

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A Construção do *Soft Power* Chinês em Angola

You Ke

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Barrento e pela Prof.^a Doutora Maria Clotilde Almeida, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A Construção do *Soft Power* Chinês em Angola

You Ke

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Barrento e pela Prof.^a Doutora Maria Clotilde Almeida, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação

2016

Agradecimentos

O desenvolvimento da presente dissertação recebeu o maior apoio e estímulo de muitos.

Gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Doutor António Barrento, cujo rico conhecimento sobre a cultura e a história chinesa me impressiona bastante, por toda a disponibilidade, sugestões pertinentes e apoio que me deu.

À minha co-orientadora, a Professora Doutora Maria Clotilde Almeida, pela sua orientação cuidadosa e profissional para melhorar a fluidez textual ao nível da língua portuguesa.

À minha amiga Natércia, pela sua grande ajuda prestada na revisão linguística do texto e pelo suporte emocional que me proporcionou.

A todos os outros professores do Curso de Mestrado em Cultura e Comunicação que me ensinaram ao longo do primeiro ano letivo, a Professora Doutora Teresa de Ataíde Malafaia, o Professor Doutor Manuel Frias Martins e o Professor Doutor Rodrigo Miguel Correia Furtado, pelas aulas interessantíssimas que lecionaram.

À minha família, em especial ao meu marido Wenlong, pela confiança incondicional que depositaram sempre nas minhas decisões.

Foram eles que tornaram possível o desenvolvimento da minha dissertação e por isso expressei a todos a minha mais profunda gratidão.

Resumo

Com a crescente participação chinesa na economia angolana desde o início do séc. XXI, cada vez maior atenção veio a ser prestada à influência dos fatores culturais e sociais no desenvolvimento das relações sino-angolanas. Esta dissertação tem como objetivo revelar os contextos e os processos da construção do *soft power* chinês em Angola, analisar as estratégias adoptadas para a promoção cultural, e discutir os desafios e as perspectivas com os quais a China se tem deparado na tentativa de aumentar o seu *soft power* no país.

A fim de contextualizar o objecto de estudo, começa-se por traçar um panorama das relações entre os dois países, por apresentar o foco e as implicações do estudo, e por introduzir a teoria do *soft power* e a abordagem adoptada nesta dissertação.

Depois disso, são ilustrados o desenvolvimento da teoria de *soft power* na China e o processo geral da promoção do *soft power* chinês ao longo da história, assim como os desafios e limitações que surgem neste processo.

Seguidamente, analisa-se o caso de Angola com base numa vasta multiplicidade de materiais, como documentos oficiais, relatos da imprensa, trabalhos académicos, e ainda entrevistas e um inquérito conduzidos pela autora da dissertação, tendo por objetivo avaliar a imagem da China aos olhos do público angolano e ilustrar as abordagens para a construção do *soft power* chinês em Angola nos últimos anos.

Em resumo, o estudo revela que a influência cultural da China tem aumentado, junto com a sua participação na economia angolana, apesar de certos desafios e lacunas, e afirma que a construção do *soft power* assumirá uma importância crescente no intercâmbio sino-angolano, com enfoque na cooperação no domínio da educação e da formação profissional.

Palavras-chave:

soft power, intercâmbio cultural, relações sino-angolanas, imagem internacional

Abstract

With China's growing participation in the Angolan economy since the beginning of the 21st century, increasing attention has been paid to the influence of cultural and social factors in the development of Sino-Angolan relations. This thesis aims to reveal the contexts and processes of the construction of Chinese soft power in Angola, analyze the strategies adopted for cultural promotion, as well as discuss the challenges and prospects for this process.

The thesis begins with the presentation of relations between the two countries and the focus of the study, as well as the introduction to the theory of soft power and the approach adopted in this dissertation.

After that, the evolution of soft power theory in China and the general process of promoting Chinese soft power throughout history are illustrated, while the challenges and limitations that arise in this process are analyzed in this chapter.

The thesis then analyzes the case of Angola on the basis of a vast array of materials, including official documents, press reports, academic papers, as well as interviews and survey conducted by the author of the dissertation, in order to evaluate China's image in the eyes of Angolan public and illustrate the approaches to its soft power building in Angola in recent years.

In conclusion, the study reveals that the cultural influence of China has increased along with its participation in the Angolan economy, despite some challenges and weaknesses, and argues that the soft power construction will acquire increasing importance in the future Sino-Angolan relations, with particular focus on cooperation in education and professional training.

Key words:

soft power, cultural exchange, Sino-Angolan relations, international image

Lista de Abreviaturas

| | |
|-------|---|
| MPLA | Movimento Popular de Libertação de Angola |
| UNITA | Independência Total de Angola |
| FOCAC | Fórum de Cooperação China-África |
| CCAC | Câmara do Comércio Angola-China |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| PCC | Partido Comunista da China |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Quadro 1. As trocas comerciais entre a China e Angola 2003 – 2014..... | 8 |
| Quadro 2. A distribuição regional da ajuda externa da China 2010 – 2012 | 10 |
| Quadro 3. O crescimento da indústria cultural da China de 2006 a 2013..... | 38 |
| Quadro 4. Volumes comerciais China – Angola (2010 – 2015)..... | 48 |
| Quadro 5. Visitas de alto nível entre a China e Angola..... | 49 |
| Quadro 6. Atitude sobre a China nos países africanos (GlobeScan)..... | 62 |
| Quadro 7. Atitude sobre a China nos países africanos (Pew Research Center)..... | 63 |
| Quadro 8. Faixa etária dos inquiridos | 68 |
| Quadro 9. Atitude geral sobre a China dos inquiridos por faixa etária..... | 68 |
| Quadro 10. Nível académico dos inquiridos | 69 |
| Quadro 11. Atitude geral sobre a China dos inquiridos por nível académico..... | 69 |
| Quadro 12. Atitude geral sobre a China..... | 70 |
| Quadro 13. Impressões gerais sobre os chineses | 71 |
| Quadro 14. Avaliação do relacionamento bilateral atual..... | 71 |
| Quadro 15. Avaliação da presença chinesa no desenvolvimento de Angola..... | 72 |
| Quadro 16. Opiniões sobre a “ameaça chinesa” | 72 |
| Quadro 17. percepção relativa à cultura chinesa..... | 73 |
| Quadro 18. Termos mais interessantes da cultura chinesa..... | 73 |
| Quadro 19. Fontes principais do conhecimento da cultura chinesa | 74 |
| Quadro 20. Obstáculos principais para a compreensão mútua | 75 |
| Quadro 21. Equipas médicas chinesas em Angola..... | 80 |

Sumário

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos..... | i |
| Resumo..... | ii |
| Abstract..... | iii |
| Lista de Abreviaturas..... | iv |
| Lista de Tabelas..... | v |
| Sumário..... | vi |
| I. Introdução..... | 1 |
| 1. Panorama Geral: Intercâmbio entre a China e Angola..... | 5 |
| 2. Teorias e Foco do Estudo..... | 12 |
| 3. Implicações e Metodologias do Estudo..... | 16 |
| II. Construção do <i>Soft Power</i> Chinês..... | 21 |
| 1. <i>Soft Power</i> e o Desenvolvimento da China..... | 21 |
| 2. Processo da Promoção do <i>Soft Power</i> Chinês..... | 30 |
| 3. Desafios para o Aumento do <i>Soft Power</i> Chinês na Nova Situação Internacional..... | 39 |
| III. Análise do Caso de Angola..... | 47 |
| 1. Enquadramento do Intercâmbio entre a China e Angola..... | 47 |
| 2. Inquérito sobre a Atitude Face à China e à Cultura Chinesa em Angola... | 61 |
| 3. Abordagens para a construção do <i>Soft Power</i> Chinês em Angola..... | 76 |
| IV. Considerações e Perspectivas..... | 88 |
| Referências Bibliográficas..... | 96 |
| Anexos..... | 105 |
| I. Entrevista com Liu Tianjiao, Ex-gerente de Relações Públicas da Huawei Technologies, Lda..... | 105 |
| II. Entrevista com Kid dos Santos Carvalho, Diretor de Planeamento da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola..... | 109 |
| III. Entrevista com Xiao Changying, Secretário da Secção Política da Embaixada da República Popular da China em Angola..... | 113 |
| IV. Questionário de Avaliação do <i>Soft Power</i> Chinês em Angola..... | 117 |

I. Introdução

A última década viu um aumento significativo da presença chinesa em África. Desde 2000 até 2014, o volume de comércio bilateral subiu dos 10 bilhões aos 220 bilhões de dólares americanos, registando uma taxa de crescimento média anual superior a 20%; e, conforme a expectativa dos líderes de ambas as partes, as trocas comerciais poderão alcançar os 400 bilhões de dólares americanos em 2020¹. A China, tendo superado os Estados Unidos em 2009, permaneceu depois disso o maior parceiro comercial de África por 6 anos consecutivos, altura em que África se tornou o segundo maior mercado de obras contratadas das empresas chinesas e o destino emergente de investimentos chineses no estrangeiro². A partir do início do séc. XXI, o surgimento da China como um país detentor de um papel importante no desenvolvimento africano, bem como os desafios lançados aos países ocidentais que, durante séculos, se assumiram como vector das economias africanas, marcaram a mudança gradual do cenário económico mundial.

É de notar que a ascensão da China não apenas se manifesta pela sua participação dinâmica na economia internacional, mas também pelo seu crescente apelo cultural. Em 2007, o então presidente da China, Hu Jintao, sublinhou o papel fundamental da cultura nacional e anunciou uma série de medidas de promoção cultural para fortalecer o *soft power* do país³, lançando uma onda de discussões académicas sobre o termo “*soft power*” e atraindo a atenção da comunidade internacional, incluindo do próprio inventor deste termo, Joseph Nye. O discurso foi considerado um passo importante para o desenvolvimento do país no contexto atual, sendo que tal *soft power* poderá aliviar a tensão provocada pelas controvérsias recentes sobre a China, bem como evitar as barreiras na cooperação com os outros países⁴.

¹ Ministério das Relações Exteriores da China, *The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan(2016-2018)*, dezembro de 2015. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1323159.shtml

² Yu Yang, “Zhongguo Lianxu 6 nian ju Feizhou diyida maoyi huoban guo”, *Economic Daily*, 27 de novembro de 2015. http://www.chinadaily.com.cn/hqcj/zgj/2015-11-27/content_14360937.html.

³ Hu Jintao, “Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007”, *Xinhua Net*, 24 de outubro de 2007.

http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm

⁴ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004).

Entre os países africanos que têm mantido intensas relações económicas com a China, Angola destacou-se como o maior fornecedor africano de petróleo da China e um dos principais destinos do investimento chinês em África. Devido à intensa cooperação económica lançada a partir de 2002, após a Guerra Civil, a China tem estabelecido considerável *hard power* económico em Angola, que é geralmente considerado como uma base fundamental para o desenvolvimento do seu *soft power* neste país. Porém, tal como os outros países africanos, Angola possui uma cultura bastante distinta daquela da China, sendo que o intercâmbio entre as duas civilizações não é sempre harmonioso, tal como verifiquei durante os meus dois anos de trabalho neste país. Ao passo que a cooperação bilateral se estende a um cada vez maior número de domínios e a economia angolana se diversifica, a cooperação cultural, especialmente no que diz respeito à formação dos recursos humanos, à tecnologia agrícola e aos cuidados de saúde, torna-se cada vez mais relevante nas relações bilaterais. Portanto, quando a parceria económica passa a ser um dos temas mais estudados pelos economistas e políticos, a construção do *soft power* chinês neste processo e o “choque cultural” enfrentados pelos dois povos passam também a merecer mais atenção.

Tanto na China como no estrangeiro, o estudo teórico sobre o *soft power* chinês não é um tema novo. Desde a década de 90 que têm surgido na China vários estudiosos e críticos que têm analisado a construção do *soft power* chinês no novo contexto mundial. Em 1993, Wang Huning, baseado na teoria de “mudanças do poder” de Alvin Toffler e no emergente conceito de “*soft power*” de Joseph Nye, destacou o papel vital da cultura na construção do poder nacional e afirmou que o “poder cultural” era o pilar do *soft power*.⁵ Porém, outros autores como Yan Xuetong consideraram que tal entendimento sobrestimava a função da cultura e insistiram em que o poder político fosse o núcleo do *soft power*.⁶ Mesmo que as duas opiniões tenham provocado amplo debate, a compreensão atual deste termo na China, tanto a nível governamental como académico, caracteriza-se pela elevada atenção concedida à

⁵ Wang Huning, “Zuowei guojia shili de wenhua: Ruan Quanli”, *Fudan Journal*, no.3 (1993): 91.

⁶ Yan Xuetong, “Ruanshili de hexin shi zhengzhi shili”, *Global Times*, 22 de maio de 2007.

cultura.⁷

Quanto ao estudo sobre a afirmação do *soft power* chinês em África, assinala-se que Liu Haifang, dedicada ao estudo sobre as relações sino-africanas, sobretudo em matéria de intercâmbio cultural e social, publicou vários ensaios que visavam analisar a diplomacia cultural chinesa em relação aos países africanos, apontando a falta duma clara estratégia da política externa cultural da China, que era considerada como uma ferramenta para quebrar o isolamento político desde a década de 50 e, posteriormente, para servir os interesses económicos do país⁸. Reconhecendo que o intercâmbio social é um tema muito negligenciado nos estudos sobre as relações sino-angolanas, devido ao alto custo de vida, à barreira cultural e linguística para pesquisadores e à reticência dos agentes do Estado de ambos os lados, a autora publicou em 2012 um estudo intitulado “*The Untold Story of Chinese Perceptions of Angola*”, em que, combinando a sua própria observação ao longo das viagens para o país com diversos materiais publicados na China, analisou a evolução das percepções chinesas sobre Angola e o papel da força social nas relações bilaterais, e apelou a uma maior atenção ao intercâmbio social e cultural que podia favorecer um relacionamento bilateral mais equilibrado⁹.

Com a ascensão económica da China nos anos recentes, observa-se também um aumento de interesse internacional pelo estudo do desenvolvimento do *soft power* chinês em África e as suas implicações para os países ocidentais. Já em 2005, notando a exclusão dos Estados Unidos na primeira Cimeira da Ásia Oriental, Nye apelou no *Wall Street Journal Asia* a que Washington não ignorasse o crescente *soft power* chinês no mundo em desenvolvimento¹⁰. Tendo estudado as relações China-África desde a década de 90, o autor britânico, Chris Alden, lançou uma obra intitulada

⁷ Zhang Guozuo, “Zhongguo Ruanshili de tese yu liliang”, *People’s Daily*, 16 de março de 2015. <http://opinion.people.com.cn/n/2015/0316/c1003-26698156.html>

⁸ Liu Haifang, “China-Africa Relations through the Prism of Culture: The Dynamic of China’s Cultural Diplomacy with Africa”, *China Aktuelle*, vol.3 (2008).

“From Equal Exchange to Learning from Each Other – Whither The China-Africa Cultural & Intellectual Cooperation?”, in Ivo Sousa *et al.* ed., *China-Africa: Emerging Relations* (Macau: Saint Joseph Academic Press, 2011).

⁹ Liu Haifang, “The Untold Story of Chinese Perceptions of Angola”, in Marcus Power e Ana Alves ed., *China and Angola: A Marriage of Convenience?* (Oxford: Fahamu Publishing house, 2012).

¹⁰ Joseph Nye, “The Rise of China’s Soft Power”, *Wall Street Asia*, 29 de dezembro de 2005. http://belfercenter.hks.harvard.edu/publication/1499/rise_of_chinas_soft_power.html

“*China in Africa*” em 2007, que analisou a nova política externa chinesa relativa a África e o crescente impacto da China nos países africanos¹¹. No mesmo ano, o autor norte-americano, Joshua Kurlantzick, denominando o aumento do *soft power* chinês um “*charm offensive*”, ilustrou no seu livro o incremento da influência chinesa e o impacto desse facto sobre os Estados Unidos¹². Em 2009, o *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*, uma organização académica norte-americana, publicou um relatório intitulado “*Chinese Soft Power and Its Implications for the United States*”, analisando o *soft power* chinês nos países em desenvolvimento e afirmando que os Estados Unidos podiam ser inspirados por alguns dos esforços chineses na tentativa de promover o seu *soft power*¹³. Ao observar o apelo chinês em Angola reforçado pela intensa cooperação económica, em 2012, foi publicada uma antologia dos trabalhos feitos por estudiosos de vários países acerca da análise das relações sino-angolanas em diversas dimensões, colocando-se a seguinte interrogação, que era o próprio título do livro: “*China & Angola: A marriage of convenience?*”¹⁴

No entanto, não obstante a abundância das obras académicas e reportagens jornalísticas dedicadas ao estudo sobre Angola, estas na maioria incidem sobre temas de “economia industrial e comercial”, “política internacional” e “petróleo e gás”¹⁵, enquanto se encontram poucas referências específicas em relação à análise do *soft power* chinês no país ou ao intercâmbio cultural. O artigo de Liu Haifang deu uma visão sobre a opinião pública chinesa relativa a Angola¹⁶, enquanto a atitude do público angolano perante a China e a sua cultura permanece um tema pouco explorado.

Tendo em consideração a presente introdução, esta dissertação terá como objetivo avaliar o *soft power* chinês em Angola com base na análise empírica, ilustrando as

¹¹ Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007).

¹² Joshua Kurlantzick, *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World* (New Haven: Yale University Press, 2007).

¹³ Carola McGiffert ed., *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World* (Washington D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2009).

¹⁴ Marcus Power e Ana Alves ed., *China & Angola: A Marriage of Convenience?* (Oxford: Fahamu Publishing house, 2012).

¹⁵ Conforme estatísticas da plataforma académica CNKI, até abril de 2016. <http://cnki.net/>

¹⁶ Liu Haifang, “The Untold Story of Chinese Perceptions of Angola”, in Marcus Power e Ana Alves ed., *China and Angola: A Marriage of Convenience?* (Oxford: Fahamu Publishing house, 2012).

abordagens para a afirmação da imagem chinesa e os obstáculos enfrentados, e apresentar algumas reflexões e perspectivas acerca da construção do *soft power* chinês em Angola.

1. Panorama Geral: Intercâmbio entre a China e Angola

1.1 História e atualidade

Na verdade, o primeiro contacto entre a China e África remonta já ao início do séc. XV, quando os navios expedidos pela corte imperial da Dinastia Ming levaram para a China girafas africanas que despertaram uma grande curiosidade junto do público chinês. Neste período, o grande navegador chinês, Almirante Zheng He, ao comando de uma frota, navegou três vezes ao longo do litoral leste de África durante as suas sete expedições, tendo tocado as costas de Mogadíscio, de Moçambique e de Zanzibar, o que foi um marco na história do intercâmbio sino-africano¹⁷. Porém, logo após os primeiros contactos com as populações africanas, o intercâmbio foi interrompido, principalmente devido ao processo de colonização dos territórios africanos pelos países europeus.

A partir da década de 50 do séc. XX, com o estabelecimento da República Popular da China e a independência de alguns países africanos, o intercâmbio sino-africano sofreu um incremento, após uma interrupção de vários séculos. África, o continente que abrange mais países em desenvolvimento, tem experiências históricas semelhantes e vastos interesses comuns com a China. Considerando África como uma terra importante do “meio-termo”, entre o campo socialista liderado pela União Soviética e o campo capitalista liderado pelos Estados Unidos, desde a década de 50, a China lançou em África uma série de investidas diplomáticas que visavam dar a conhecer a imagem da nova China. A partir de 1963, Zhou Enlai, o então primeiro-ministro da China, realizou 4 visitas oficiais a África, num espaço de 2 anos,

¹⁷ Lin Zhishen, “Feizhou qidai dierge ‘Zheng He shidai’”, *Xinhua Net*, 11 de julho de 2005. http://news.xinhuanet.com/world/2005-07/11/content_3203346.htm

tendo proclamado os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e os Oito Princípios de Ajuda Económica e Tecnológica ao Exterior, o que constituiu o primeiro ponto alto nas relações sino-africanas. Atualmente, 51 dos 54 países africanos mantêm relações diplomáticas com a China¹⁸. O recente incremento destas relações sino-africanas, que vigora há meio século, vem desempenhando um papel cada vez mais relevante na ascensão da China.

Angola, terra abundante em recursos naturais, severamente destruída pela guerra, tem vindo a assumir um papel de destaque no cenário internacional, nos últimos anos, em virtude do seu rápido ritmo de crescimento económico, baseado principalmente nas exportações dos seus ricos recursos naturais. No processo de reconstrução e desenvolvimento de Angola, após a Guerra Civil que assolou este país durante 27 anos, a China assumiu um papel de destaque, tendo concedido uma série de empréstimos e se envolvido profundamente na construção civil de Angola. No entanto, apesar da intensa cooperação entre os dois países na actualidade, a história do relacionamento bilateral sino-angolano, na verdade, não é assim tão longa.

A partir da década de 60, os movimentos de libertação encabeçaram a guerra pela independência do território que durou até ao estabelecimento da República de Angola, em 1975, anunciado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o que marcou o princípio do outro processo moroso de turbulência provocada pela luta feroz entre as duas principais forças políticas, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Nessa altura, tendo como contexto a Guerra Fria e a crise nas relações sino-soviéticas, a partir do final da década de 60, as intervenções internacionais dividiram-se em dois grupos opostos. De um lado, a União Soviética apoiava o MPLA, o partido no poder; do outro, os EUA e a China puseram-se ao lado da UNITA. Tendo em conta este contexto histórico, Angola permaneceu uma terra quase desconhecida para o povo chinês até 1983. Por esta altura, a China resolveu, então, estabelecer relações diplomáticas com o governo

¹⁸ Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, "Introduction to Forum on China-Africa Cooperation—FOCAC". <http://www.fmprc.gov.cn/chn//pds/gjhdq/gjhdqzz/zfhzlt/>

angolano dirigido pelo MPLA, sendo que os dois países estabeleceram relações diplomáticas, resultante da mitigação do Conflito Sino-Soviético¹⁹.

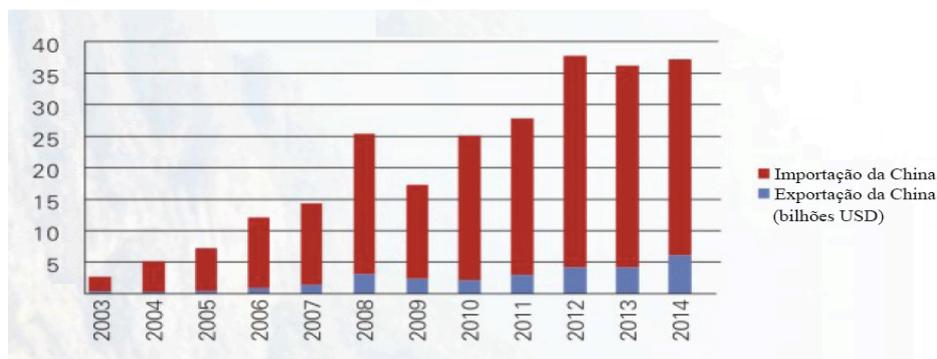
Vale a pena notar que a história conturbada das relações diplomáticas sino-angolanas não causou nenhum problema para a cooperação posterior. Logo depois do fim da Guerra Civil, em 2002, a China começou a fornecer apoio à reconstrução de Angola. Algumas empresas chinesas, principalmente da indústria de construção civil, petróleo e minerais começaram a estabelecer-se no mercado angolano, respondendo ao apelo de “*go out*” proposto pelo então presidente da China, Jiang Zemin. Durante uma visita oficial a seis países africanos, em 1996, Jiang Zemin proferiu um discurso importante na sede da União Africana, propondo o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Esta proposta passou a ser o primeiro passo decisivo para o desenvolvimento das relações sino-africanas, sendo que, com o grande apoio dos países africanos, realizou-se a primeira Conferência Ministerial do Fórum em Pequim, em 2000, que marcou uma nova fase na parceria sino-africana. Neste contexto, o governo chinês encorajou vivamente as empresas chinesas a estender os seus negócios no estrangeiro, virando-se para os países em desenvolvimento, o que representou uma etapa fulcral no desenvolvimento chinês verificado no séc. XXI. Logo depois da prolongada Guerra Civil, Angola tornou-se um território ideal para implementação de negócios envolvendo empresários chineses, devido aos seus ricos recursos naturais e à necessidade urgente da reconstrução de infraestruturas. Tal resultou em mais investimentos privados chineses, para além, evidentemente, dos provenientes das grandes empresas estatais.

A par das crescentes necessidades energéticas de petróleo da China, na última década, o volume comercial entre os dois países tem aumentado também a ritmo acelerado. Desde 2007, Angola tem sido o maior parceiro comercial africano da China, uma vez que, anualmente, esta adquire quase metade das exportações angolanas, classificando-se em primeiro lugar na lista internacional dos compradores

¹⁹ Dilma Esteves, *Relações de Cooperação China-África: o Caso de Angola*, (Coimbra: Edições Almedina 2008), 27.

de produtos angolanos e em segundo dos exportadores de produtos e serviços para Angola, em 2014. Segundo as estatísticas oficiais, as trocas comerciais entre a China e Angola mantêm uma tendência muito positiva, sendo que o volume de importações da China aumentou mais de dez vezes entre 2003 a 2014²⁰.

Quadro 1. As trocas comerciais entre a China e Angola 2003 – 2014



Fonte: Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), *Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola* (2015).

Com a crescente cooperação comercial e frequentes visitas de altos dirigentes, ambos os países divulgaram, em 2010, durante a visita oficial do então vice-presidente da China, Xi Jinping, a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parcerias Estratégicas que marcou uma nova etapa nas relações sino-angolanas. Destacou-se não só a promoção da cooperação económica bilateral, mas também o fortalecimento do intercâmbio e cooperação no domínio cultural, incluindo as áreas da educação, saúde, tecnologia, desporto, média, etc., a fim de promover o desenvolvimento integral das relações bilaterais²¹. Em junho de 2015, ao receber a visita oficial do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, à China, a porta-voz do ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, Hua Chunying, elogiou as amigáveis relações sino-angolanas, baseadas na “confiança política recíproca”, que se tornaram “um modelo da cooperação mutuamente vantajosa que a China mantém com os países

²⁰ Câmara do Comércio Angola-China, *Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola* (2015), 4.

²¹ Embaixada da República Popular da China na República de Angola, “Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China”, 21 de novembro de 2010. <http://ao.chineseembassy.org/por/zagx/t771206.htm>

africanos”²².

1.2 “Modo Angola”: Sucessos e Controvérsias

A partir da década de 50, os líderes chineses passaram a considerar África como um continente fundamental, tanto para desenvolver a sua estratégia política como para descobrir oportunidades económicas. Na base do conceito de “procurar oportunidades em África onde os outros veem problemas”²³, a China nunca deixou de explorar o modo de cooperação mais apropriado para este continente. Entre os vários modos comerciais adotados pela China, desde o início do séc. XXI, ressalta-se o plano estratégico, denominado pelo Banco Mundial como o “Modo Angola”²⁴, que vem desempenhando um papel fundamental na cooperação sino-angolana, com elevado sucesso económico para ambos os países, apesar de alguma controvérsia.

Em linhas gerais, o Modo Angola é um modelo de troca de construção de infraestruturas por recursos naturais que se desenvolveu a partir de 2004, quando Angola, severamente destruída pela guerra, que durou mais de 40 anos, necessitou urgentemente de capital estrangeiro para a reconstrução do país e para levar a cabo a luta contra a pobreza e doença. Por esta altura, os países ocidentais evidenciaram uma atitude muito cautelosa e passiva relativamente ao pedido de empréstimo do governo angolano, devido à falta de garantias e de capacidade de reembolso. Porém, no contexto da estratégia de “*go out*” implementada pelos líderes chineses, a China, ao invés dos países ocidentais, viu uma oportunidade comercial de ampliar o mercado estrangeiro das empresas chinesas. Assim sendo, o governo chinês concordou em conceder a Angola empréstimos preferenciais para a reconstrução de infraestruturas, sob a condição de que Angola reembolsasse os mesmos mediante exportações de petróleo, estratégia de trocas comerciais que ainda não tinha sido explorada até então. Assim, em 2004, foi assinado o primeiro quadro-acordo de empréstimo entre o

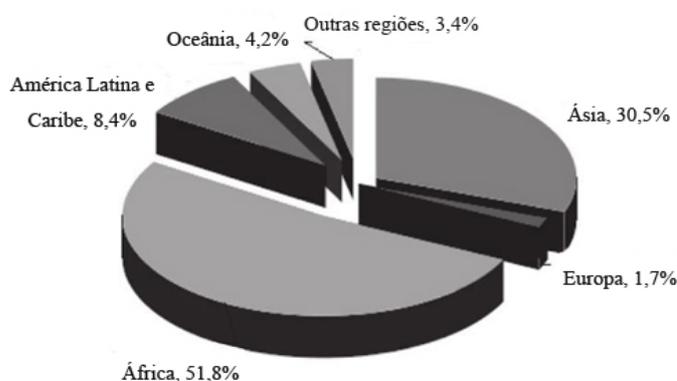
²² Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, “Conferência de Imprensa Presidida pela Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores”, 3 de junho de 2015. <http://www.fmprc.gov.cn/ce/cees/chn/fyrth/t1269905.htm>

²³ Sousa *et al.* ed., *China-Africa: Emerging Relations* (Macau: Saint Joseph Academic Press, 2011), 50.

²⁴ Foster *et al.*, *Building Bridge: China's growing role as infrastructure financier for sub-Saharan Africa* (Washington DC: The world Bank, 2009), xii.

Export-Import Bank of China e o governo angolano, o que abriu a primeira linha de crédito no valor de dois bilhões de dólares americanos, tendo-se iniciado a rápida reconstrução de Angola no pós-guerra. Embora tal comportamento da China tenha provocado descontentamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), essa cooperação trouxe benefícios notáveis para ambas as partes, sendo que, a partir daí, vários outros países africanos, tais como a Zâmbia, a RD Congo e a Nigéria, seguiram o caminho trilhado por Angola, enveredando por este mesmo paradigma nas relações comerciais sino-africanas. O Banco Mundial denominou esse modo de cooperação sino-angolano de “Modo Angola”, sendo que considerou que esta tentativa não era, de modo algum, um caso único ou inovador, mas seguia efetivamente uma longa história de transações de recursos naturais na indústria do petróleo²⁵. Como recompensa, entre 2010 e 2012, 51,8% do custo total para a Ajuda Externa da China destinou-se a África²⁶, tendo mais de um quarto desse capital sido canalizado para a construção de infraestruturas, a área-chave do apoio financeiro da China²⁷.

Quadro 2. A distribuição regional da ajuda externa da China 2010 – 2012



Fonte: Information Office of the State Council of The People's Republic of China, *China's Foreign Aid (2014)*

O período do Modo Angola coincide com o salto económico da China, e,

²⁵ Foster *et al.*, *Building Bridge: China's growing role as infrastructure financier for sub-Saharan Africa* (Washington DC: The world Bank, 2009), 17.

²⁶ Information Office of the State Council of The People's Republic of China, “China's Foreign Aid (2014)”. <http://www.scio.gov.cn/zfbps/wjbps/2014/Document/1375012/1375012.htm>

²⁷ Ministério do Comércio da China, “Discurso Proferido pelo Diretor da Divisão da Ajuda Externa do MOFCOM no Seminário de Cooperação para a Construção de Infraestrutura de África”, 6 de novembro de 2012. <http://yws.mofcom.gov.cn/sys/print.shtml?m/policies/201304/20130400096071>

consequentemente, com o acréscimo das suas necessidades energéticas. Devido ao crescimento contínuo dos preços de energia no mercado internacional, o governo chinês estava preocupado com garantir os recursos energéticos suficientes para fazer face às necessidades internas. Portanto, o Modo Angola teve um duplo propósito: apoiar o desenvolvimento africano e garantir o fornecimento contínuo dos recursos naturais à China. Porém, embora Angola, logo após o lançamento do Modo Angola, se tenha tornado num dos pioneiros do desenvolvimento económico entre os países africanos, este modo comercial foi alvo de bastante controvérsia na opinião pública internacional que sublinhou a apetência dos chineses por recursos naturais africanos e o fraco contributo das empresas chinesas para o mercado de emprego nos países africanos. Neste caso, o empenho da China em reforçar a cooperação *win-win* tem sido questionado e a imagem internacional da China está, por isso, a enfrentar alguma crítica. Curiosamente, segundo o professor visitante no *Center for Chinese Studies*, em África do Sul, Shen Chen, num seminário sobre “Se a China é Neocolonialista”, ficou patente uma atitude mais moderada dos participantes africanos perante o “Modo Angola”, sendo que alguns estudiosos africanos sublinharam que os países ocidentais estavam a usufruir das riquezas de África, recusando-se, porém, a conceder empréstimos aos países africanos, em face de “condições inadequadas”, o que constitui, de facto, uma estratégia inteligente para forçar os países africanos a fazerem mais concessões. Portanto, estes países, de uma forma geral, acolheram favoravelmente o capital da China.²⁸

Se a comunidade internacional quer obter uma visão abrangente sobre o “Modo Angola”, deve adotar uma atitude mais objectiva em relação à presença chinesa no desenvolvimento de Angola, em vez de se centrar exclusivamente na “ameaça chinesa”, enquanto a China precisa de dar ouvidos aos comentários internacionais, a fim de melhorar a sua estratégia futura. O Modo Angola baseia-se inteiramente em trocas comerciais visando benefícios mútuos, sendo considerado como o mecanismo mais eficaz e mais lucrativo naquele contexto particular da cooperação sino-africana.

²⁸ Shen Chen, “Zhongguo touzi Nanfei xu chaoyue ‘Angela Moshi’ ”, *The Paper*, 17 de Abril de 2015. http://www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1322028

No entanto, quanto ao futuro, tanto Angola como a China conhecem claramente as suas limitações. Com o desenvolvimento económico e o amadurecimento do mercado angolano, este país encetou transformações económicas estruturais, procurando um desenvolvimento mais equilibrado, abarcando todo o tecido industrial, ao invés de se concentrar numa economia fortemente dependente da exploração do petróleo e de outros recursos naturais. Quando a economia dos países africanos crescer exponencialmente, o Modo Angola tem de ser eventualmente substituído por modos que melhor se adaptam à nova situação. Está previsto que a próxima década será não só a “idade de ouro” do crescimento económico africano, mas também o período crítico de transformação económica dos países africanos. Neste contexto, o intercâmbio cultural é uma das principais medidas para a formação de recursos humanos no campo industrial, bem como para um melhor entendimento mútuo entre as duas nações. Para afirmar a imagem da China, em África, já não basta contar com o apoio económico em troca de recursos naturais, mas é necessário avançar na implementação da estratégia do *soft power*, que explanaremos de seguida.

2. Teorias e Foco do Estudo

2.1 Definição do *Soft Power*

Soft Power é um termo inicialmente proposto por Joseph Nye, em 1990, na sua obra, intitulada “*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*”, podendo ser definido do seguinte modo:

*“When one country gets other countries to want what it wants – might be called co-optive or soft power in contrast with the hard or command power of ordering others to do what it wants.”*²⁹

Registe-se que este conceito foi desenvolvido mais profundamente numa sua obra posterior, intitulada “*Soft Power: The Means to Success in World Politics*”, publicada em 2004, tendo sido definido como uma capacidade de obter o que se deseja através

²⁹ Joseph Nye, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (New York: Basic Books, 1990), 32.

da atração, em vez de coerção ou de pagamento. É de notar que esta atração, segundo Nye, está ancorada em três aspetos: a cultura (em lugares que são atrativos aos outros), os valores políticos e a política externa (quando os outros os veem como legítimos e lhes reconhecem autoridade moral). Considerando o *soft power* como um poder paralelo ao poder económico e à força militar, Nye distingue-o do *hard power*, que foi geralmente considerado como um símbolo de força nacional, fundamentalmente centrada na tecnologia militar, no tamanho da população, na reserva dos recursos naturais, na produção económica, etc. Na ótica deste autor, em muitos casos, a “atração” funcionava melhor do que a “força dura”, com o propósito claro de ampliar a influência estratégica de um país noutro país³⁰.

Obviamente, o *soft power* e o *hard power* influenciam-se reciprocamente, sendo que os países com forte *hard power* são geralmente considerados os que têm mais vantagens e potencialidades na difusão cultural. No entanto, também vale a pena notar que a construção do *soft power* não está necessariamente relacionada com a expansão do *hard power* do país; aliás, Nye apontou que, em alguns casos, o esmagador poder militar ou económico podia constituir um entrave para o desenvolvimento do *soft power* do país ou até enfraquecê-lo, visto que o imponente *hard power* podia ser tomado como uma ameaça na perspectiva dos outros países³¹.

Hoje em dia, regista-se que a globalização constitui efetivamente um processo de “ocidentalização”, uma vez que a forte vantagem económica e militar dos países desenvolvidos estabelece um ambiente mais favorável à divulgação da sua cultura a nível mundial. Pode dizer-se que o peso cultural do ocidente conduzirá à eventual extinção de culturas periféricas. Porém, esta visão é muito restrita, porque ignora a distinção conceitual entre a “cultura globalizada” e a “cultura global”: a primeira é uma ideia visionária ou utópica sobre o surgimento de uma única cultura que abrange todos os mundos e substitui a diversidade dos sistemas culturais que floresceram até agora, ao passo que a segunda se refere às transformações decorrentes das culturas no contexto de globalização. Tanto as experiências históricas como os estudos

³⁰ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), 11, 115-116.

³¹ *Ibid.*, 25.

sociológicos já tinham mostrado que o domínio de uma única cultura a nível mundial não se afigura possível, sendo que os movimentos culturais são os mais diversos na atualidade, conforme advogado por Samuel Huntington:

“As inovações de uma civilização são regularmente aprendidas por outras civilizações. Estas são, no entanto, ou técnicas, de que são resultam consequências culturais significativas, ou modas, que vêm e vão sem alterar a cultura subjacente da civilização recipiente. Estas importações ‘alojam-se’ na civilização recipiente, quer por serem exóticas, quer por serem impostas.”³²

A este propósito, Nye afirmou que cada país tem a sua própria fonte de *soft power*, sendo que o investimento neste campo pode resultar em melhores ganhos políticos no cenário internacional, na atualidade. Ao fundamentar esta teoria, o autor cita como exemplo alguns países pequenos em território e população, mas grandes em reconhecimento internacional, tais como a Suíça, Singapura e os países escandinavos³³. Desta forma, preconiza-se que o *soft power* não é apenas complementar ao *hard power*, mas antes constitui uma alternativa para consolidar a imagem internacional de um país.

2.2 A Essência do *Soft Power*: Cultura ou Política?

Após o surgimento do termo *soft power*, este passou a ser um tema frequentemente discutido nos meios políticos e intelectuais. Neste caso, surgiram inúmeros estudos sobre a essência do *soft power*, entre os quais se ressalta o debate sobre a sua dimensão cultural ou política. No contexto deste debate, alguns intelectuais apontam para o facto de que os elementos culturais, incluindo a ideologia, os valores sociais, os princípios éticos, etc., são a pedra basilar do *soft power* de um país, dado que o sistema político está ancorado num determinado contexto cultural, pelo que a cultura é um vector importante na construção do *soft power*³⁴.

³² Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, trad. Henrique M. Lajes Rebeiro (Lisboa: Gardiva, 1999), 65.

³³ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), 110.

³⁴ Li Zhi, “Ruanshili de shixian yu Zhongguo duiwai chuanbo zhanlue”, *Contemporary International Relations*,

Em geral, regista-se um forte consenso relativamente à noção de que o *soft power* do Nye possui duas vertentes, a saber, a vertente interior, que abarca as dimensões culturais e ideológicas; e a vertente exterior, que engloba as estratégias políticas e respetivas normas. Na minha ótica, sou a favor do primeiro argumento, que ressalta o domínio da cultura na construção do *soft power*, uma vez que o sistema político, apesar de poder influenciar e reformar a ideologia, é essencialmente fruto da própria cultura, e a sua influência exterior não reside nas normas rigorosas, mas sim no reconhecimento e popularidade da cultura que lhe serve de base. Esta opinião também foi suportada por um número crescente de estudiosos, citando o político americano, Daniel Patrick Moynihan: “*The central conservative truth is that it is culture, not politics, that determines the success of a society. The central liberal truth is that politics can change a culture and save it from itself.*”³⁵

Nas últimas décadas, com o processo acelerado de globalização, o choque e a convivência das culturas tem passado a ser um tema cada vez mais estudado pelos intelectuais, e tem-se observado uma tendência de crescente destaque da cultura no estudo económico e político internacional. Em 1993, o artigo intitulado “*The Clash of Civilizations?*”, publicado no jornal *Foreign Affairs*, elaborado por Samuel P. Huntington, propôs uma visão inovadora da qual o conflito entre grupos de civilizações diferentes seria “a dimensão central e a mais perigosa da nova política global”³⁶. Dado que este argumento provocou imensas discussões e reflexões a nível mundial, o autor resolveu aprofundar esta perspectiva na sua obra mais reconhecida, intitulada “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”, em 1996, em que afirma que as principais diferenças no desenvolvimento político e económico entre as civilizações estão enraizadas nas suas diferentes culturas. Assim sendo, este autor prevê que “no mundo que nasce, os choques de civilizações são a maior ameaça a paz mundial e uma ordem internacional assente nas civilizações será a mais segura

no.7 (2008): 57.

³⁵ *Apud.* Lawrence Harrison, “Culture and Economic Development”, in Lawrence Harrison *et al.*, *How Much Does Culture Matter* (Cato Institute, 2007).

³⁶ Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, trad. Henrique M. Lajes Rebeiro, (Lisboa: Gardiva, 1999), 13

salvaguarda contra uma guerra mundial”³⁷. Ao explicar as relações entre a “civilização” e a “cultura”, Huntington comparou a civilização a um “mar cultural”, tendo afirmado que ambos os termos se referem ao modo global de vida de um certo povo, incluindo os valores, as normas, as instituições e o modo de pensar.

Portanto, a argumentação apresentada foca-se principalmente no estudo sobre a promoção cultural na construção do *soft power* chinês em Angola, relegando para segundo plano a esfera política ou diplomática das relações entre os dois países.

3. Implicações e Metodologias do Estudo

3.1 Implicações do Estudo

Três décadas após a abertura económica da China, o país tornou-se uma das economias mais dinâmicas do mundo, sendo que a rápida ascensão económica do país despoletou, inevitavelmente, uma corrente de pensamento sobre a teoria da “ameaça chinesa”, fundamentalmente devido à crescente influência geopolítica. A China, dotada de uma história cultural milenar de enorme riqueza e diversidade, constitui uma inestimável fonte do *soft power*. No entanto, quando a China já se tornou a segunda maior economia no mundo em 2010 e se classificou no terceiro lugar entre as maiores forças militares em 2014, o que representa um nível considerável do *hard power*, o seu *soft power* ainda tem uma grande margem de progressão. Registe-se que a divulgação da cultura chinesa pode ser uma maneira ideal para ganhar maior entendimento internacional, que constitui o fator chave para o desenvolvimento pacífico e harmonioso da China.

A intensa cooperação sino-africana na última década tem resultado no afluxo de migrantes chineses para o continente africano. Embora não haja estatísticas oficiais, é geralmente estimado que, atualmente, mais de um milhão de chineses vivem em África, sendo que a maioria dos quais se encontra na África do Sul, Nigéria e Angola³⁸. A expansão da população chinesa em África tem reforçado o choque

³⁷ *Ibid.*, 321.

³⁸ Zhou Haijin, “The Living Condition of Overseas Chinese in Africa and Their Relations with the Local

cultural, que, embora dê um contributo para a compreensão entre as duas civilizações, tem provocado também uma série de críticas e percepções erradas sobre a “ambição chinesa”, nomeadamente de que a China visa melhorar o seu próprio desenvolvimento industrial mediante exploração dos recursos africanos, apenas em seu benefício. A fim de estabelecer uma cooperação *win-win* sustentável, como destacado no Livro Branco de *China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)*, as duas partes têm de se empenhar para melhorar o entendimento e respeito mútuo por meio do intercâmbio cultural, que é, de facto, deficitário na cooperação sino-africana atual.

O Modo Angola estimulou o salto económico de Angola, quando contribuiu significativamente para a expansão internacional das empresas chinesas. No entanto, em contraste com a prosperidade económica, ressalta-se um atraso notório no respeitante à promoção cultural. Apesar de, no meio académico, terem surgido bastantes obras que estudam a cooperação económica e a política sino-angolana, encontram-se ainda poucas referências sobre a divulgação da cultura chinesa neste país. Aliás, não são raros os casos em que o choque cultural se tem tornado o principal fator que restringe a cooperação entre as duas nações. Por exemplo, quando os angolanos se queixam de que os migrantes chineses se integram só nas comunidades chinesas, sem fazer qualquer esforço para aprender a língua portuguesa ou a cultura angolana, os chineses não deixam de apontar as condições precárias de segurança e de dos cuidados de saúde que dificultam a sua integração na sociedade angolana; e quando os angolanos expressam insatisfação com o investimento chinês em Angola, que cria mais empregos para os chineses em vez dos angolanos, os empresários chineses frisam a carência de recursos humanos qualificados. Tais fenómenos são essencialmente um resultado da falta de comunicação cultural, sendo que, a par do aprofundamento da cooperação económica, tais questões se tornam cada vez mais pertinentes.

Neste caso, o presente estudo sobre o *soft power* chinês em Angola pode dar-nos uma perspetiva alternativa para analisar os problemas e obstáculos no intercâmbio

Ethnicities”, *Southeast Asian Studies*, no.1 (2014): 80.

entre os dois países, que, em muito casos, não encontram explicação adequada de um ponto de vista económico ou político. Aliás, o contexto da cooperação sino-angolana partilha algumas semelhanças com as circunstâncias das cooperações entre a China e os países em desenvolvimento, sobretudo os países africanos. O estudo do caso angolano pode servir de referência e inspiração para um estudo futuro sobre a divulgação da cultura chinesa no mundo em desenvolvimento.

3.2 Abordagens e Métodos

Os estudos culturais são erradamente considerados como uma área científica de contornos vagos. Contudo, como qualquer outra disciplina do domínio das ciências sociais, os seus métodos de estudo, como caracteriza Chris Barker, consistem numa investigação de índole quantitativa que está centrada nos números e na contagem de coisas (e.g. estatísticas e inquéritos), bem como numa análise qualitativa que incide no significado gerado por atores reunidos através da observação de participantes, entrevistas, análise textual, etc.³⁹

Na presente dissertação adotam-se ambos os métodos de abordagem para analisar o caso angolano. Por um lado, na investigação quantitativa, são apresentados alguns dados e pesquisas anteriores relevantes para dar um enquadramento geral acerca da divulgação da cultura chinesa em Angola, o que permite salientar os problemas e falhas neste processo. Para melhor entender as opiniões do público angolano, realizaram-se, de 18 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016, questionários anónimos a angolanos sobre as suas opiniões face à presença da China em Angola e o grau de reconhecimento da cultura chinesa. A fim de se obter uma ampla amostragem dos inquiridos e se melhorar a eficiência da mesma, os questionários foram enviados pela internet. Tendo em conta a cobertura desequilibrada da internet no país, alguns inquéritos também foram realizados em suporte de papel, tendo sido efetuados por alguns voluntários em Angola. No total, o inquérito contou com 125 questionários vários, 95 sendo feitos online e 30 sendo impressos e distribuídos aleatoriamente na

³⁹ Chris Barker, *Culture Studies: Theory and Practice* (3ª ed., London: Sage, 2008), 32.

capital angolana. Os 125 inquiridos, com graus académicos distintos e idades que variaram dos 18 até mais de 50 anos, forneceram uma referência importante para a avaliação do *soft power* chinês em Angola. O conteúdo e o objetivo dos inquéritos são introduzidos no terceiro capítulo, sendo que o texto do inquérito será, por sua vez, anexado no final da dissertação.

Por outro lado, a fim de analisar o caso de Angola de um outro ângulo, realizaram-se entrevistas a três personagens envolvidas no intercâmbio cultural e comercial entre os dois países. A entrevistada chinesa, Liu Tianjiao, que trabalhou entre 2011 e 2014 como gerente de relações públicas na sucursal angolana da Huawei Technologies, Lda., responsável pela manutenção das relações com os média e as instituições governamentais locais e a promoção da imagem empresarial em Angola, tem uma boa compreensão da cultura angolana e uma experiência em comunicação intercultural. O entrevistado angolano, Kid dos Santos Carvalho, diretor de planeamento da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola – Sonangol E.P., mantém contato profissional com algumas empresas chinesas e conhece várias cidades chinesas através duma viagem de trabalho para a China em julho de 2015. Xiao Changyin, o entrevistado chinês, trabalha como secretário da Secção Política da Embaixada da República Popular da China em Angola desde 2011 e acumula uma vasta experiência no intercâmbio cultural através do seu trabalho diplomático que envolve a concessão de bolsas de estudo na China, a manutenção das relações com os *media* angolanos, a realização das atividades culturais, etc. Mesmo que algumas das suas opiniões possam revelar subjetividade, os três entrevistados, que representam, respetivamente, as óticas da empresa chinesa em Angola, do público angolano e da instituição oficial chinesa, podem fornecer dados relevantes para analisar as questões culturais de várias perspetivas. Os textos das entrevistas encontram-se no Anexo 1-3, no final da presente dissertação.

A análise quantitativa dos inquéritos, bem como a análise qualitativa das entrevistas da presente dissertação serão apresentadas no âmbito do terceiro capítulo da mesma. Estou convicta de que, a adoção desta metodologia mista de levantamento

e análise de dados pode resultar numa perspetiva abrangente de análise de questões relativas ao *soft power* chinês em Angola.

II. Construção do *Soft Power* Chinês

1. *Soft Power* e o Desenvolvimento da China

Embora o termo *soft power* surja só na década de 90, regista-se já uma longa história de estudos realizados por intelectuais chineses que conferem particular importância à influência cultural, em comparação com a força militar ou económica. Fosse para os governantes feudais ou fosse para os líderes comunistas, a cultura foi sempre reconhecida como uma força invisível com impacto em todos os campos da vida. Porém, do mesmo modo que a própria cultura se transforma ao longo do tempo, a consciência da sua importância também varia consoante os contextos históricos.

1.1 Teorias sobre o *Soft Power* na China: da Ideologia Tradicional à Política Contemporânea

Os primeiros debates entre “*hard*” e “*soft*” remontam já ao período antigo denominado “Primavera e Outono Chinês”, do séc. VIII a.C. ao séc. V a.C., quando centenas de estados feudais se insurgiram, pouco dispostos a obedecer ao controlo central do Rei da Dinastia Zhou. Na tentativa de se conquistarem uns aos outros, estes Estados formaram alianças e travavam batalhas entre si, registando-se 36 reis assassinados pelos seus inimigos ou por cortesãos traidores, 52 estados vassallos derrubados e mais de 480 batalhas realizadas em três séculos¹. Não obstante, a situação de conflito tornou-se um palco para pensadores de centenas de escolas, que propunham as respetivas visões filosóficas aos reis a quem serviam, com o propósito de inspirá-los e auxiliá-los a realizar as suas ambições políticas. Enfrentando os desafios à estabilidade e à unificação da região, os intelectuais iniciaram uma longa disputa sobre a estratégia fundamental para a governança do país, surgindo uma linha de pensamento que defendia a governação com base na “cultura, moralidade e educação” (*wende jiaohua* 文德教化), e outra que insistia na construção de um poder esmagador mediante “força armada e hegemonia” (*wugong badao* 武功霸道)².

¹ Sima Qian, “Taishigong xu”, *Shiji* (Registos do Historiador).

² Liu Deding, *Dangdai Zhongguo wenhua Ruanshili yanjiu* (Beijing: The People's Press, 2012), 29.

Entre esses pensadores eminentes destacou-se Confúcio, que dedicou toda a sua vida, percorrendo de um Estado para o outro com os discípulos, a divulgar a sua ideologia, conhecida como a “política de benevolência (*renzheng* 仁政)”, e a procurar convencer os reis dos estados por onde passava a adotar a políticas humanitárias. No ponto de vista de Confúcio, “guiem-no (o povo) pelos éditos, mantenham-no em linha com castigos e o povo comum manter-se-á afastado de problemas mas não será possuído por qualquer sentimento de vergonha; guiem-no pela virtude, mantenham-no em linha com os ritos e ele, além de ter um sentimento de vergonha, reformar-se-á”³. Ao contrário dos pensadores que insistiam na supremacia da lei e defendiam punições severas, ele aponta as limitações da legislação e enfatiza a base ideológica da “governança pela virtude” dentro do país. Conforme Confúcio, a virtude, que constitui o *soft power* pessoal do governante, é uma qualidade básica de quem governa para conquistar corações e mentes do povo.

Quanto às disputas externas, que são geralmente consideradas como uma competição entre *hard powers*, Mêncio, o eminente seguidor de Confúcio, defende que “o povo é unido não pela delimitação de fronteiras, o Estado é consolidado não pelos rios turbulentos e pelas montanhas íngremes, todo o mundo é abalado não pela força militar esmagadora. A causa justa ganha grande apoio, quando a injusta encontra escassa assistência”⁴. Segundo o pensamento confucionista, as políticas traçadas pelos legalistas, que defendem severas penalidades dentro do país e conquistas esmagadoras no exterior, podem contribuir para consolidar o poder real em certa medida, mas é impossível que vigorem por muito tempo; de outro modo, apenas a influência da cultura, educação, moralidade e virtude podem tornar o país harmonioso e ajudar o governante a ganhar o respeito mundial e, por fim, a alcançar a situação ideal de “vencer sem lutar”. No entanto, a doutrina de Confúcio não conseguiu obter o reconhecimento da maioria dos governantes na sua época, visto que a benevolência que defendia não se encaixava num contexto em que a guerra prevalecia sobre a paz. Aliás, no ambiente de agitação social e de incerteza, as

³ Confúcio, *Os Analectos*, trad. Maria de Fátima Tomás (Sintra: Europa-América, 1982), 27.

⁴ Mêncio, “Gongsun Chou xia”, *Mengzi* (tradução minha).

atividades culturais, incluindo a educação, os ritos e a promoção da virtude, eram consideradas um desperdício de recursos e de tempo, sendo que não conseguiram trazer avanços relevantes para a expansão territorial – a meta principal dos governantes de então.

Na época subsequente, conhecida como o “Período dos Reinos Combatentes”, a instabilidade social foi continuando a par com as ambições crescentes dos restantes reis que sobreviviam das frequentes guerras e que almejavam conquistar os outros estados e unificar a China inteira. No campo de batalha dos pensadores, os legalistas que defendiam a legislação e a força militar ganharam prestígio junto às outras escolas ideológicas. Nessa altura, obviamente, os reis estavam mais dispostos a aceitar as ideologias legalistas, porque o crescimento das forças armadas mostrava resultados significativos e imediatos na busca de ganhos políticos, enquanto o cultivo da virtude, etiqueta e benevolência, que contribuía para o *soft power*, se afigurava muito fraco em comparação com o ataque de força bruta.

Apesar disso, os seguidores de Confúcio não deixaram de divulgar os seus pensamentos orientados pela “humanidade” entre os governantes. O caminho da ascensão do confucionismo como a ideologia dominante da China levou, no entanto, mais dois séculos, cheios de desafios e disputas. O ponto de viragem deu-se no séc. II a.C., quando o Imperador Wu da Dinastia Han aceitou o conselho dos estudiosos e afirmou dar prioridade à escola confucionista entre as diversas escolas ideológicas prevalentes. O reconhecimento do confucionismo pela classe dominante nesta altura revelou que, até certo ponto, os governantes passaram a dedicar uma crescente atenção ao *soft power* do país. É de notar que essa transformação não é apenas o resultado das complexas disputas políticas internas e dos esforços persistentes dos confucionistas, mas também intimamente relacionada com as mudanças sociais daquela época. Em 221 a.C., Qin Shihuang, um dos reis feudais, conseguiu unificar a China, pondo fim a esses tempos turbulentos. Na Dinastia Han foi significativamente reforçado o governo centralizado, que se tornou invulgarmente poderoso. Assim sendo, a primeira preocupação da classe dominante passou a ser a construção duma

ideologia unificada junto ao povo, com o objetivo de consolidar o poder imperial e incentivar a solidariedade nacional. Neste contexto, a doutrina de “política de benevolência” e o conceito de “harmonia” da escola confucionista enquadravam-se melhor nas necessidades de estabilidade e desenvolvimento do país, e a cultura e a educação tiveram um impacto mais profundo e duradouro do que as forças militares. Desde a Dinastia Han, a ideologia confucionista vem penetrando todos os aspetos da cultura chinesa.

Influenciados pela filosofia confucionista, que tomava a “harmonia” como o fator fundamental para o desenvolvimento de um país, os intelectuais antigos não só consideraram a “governança pela cultura” (*wen zhi* 文治) uma maneira mais eficaz do que a “governança pela força” (*wu zhi* 武治), mas também se dedicaram a inculcar esta ideia nos imperadores subsequentes que procuraram a prosperidade e a estabilidade social. Tanto em termos de governança interna como de política externa, prevaleceu a ideologia sublinhada por Fan Zhongyan, o político e pensador da Dinastia Song, de que, “conquistando as pessoas com virtude, todo o mundo aplaude; conquistando-as com força, todo o mundo se indigna” (tradução minha)⁵. O contraste entre a “virtude” e a “força” refletia o papel vital do *soft power* no campo político, sendo que esse pensamento veio a influenciar não só os governantes da China antiga, mas também os políticos modernos, que se têm empenhado em procurar um equilíbrio entre a ascensão económica do país e a preservação e divulgação da cultura tradicional. A sabedoria antiga que influenciou a formação social e política da China é não apenas um património nacional, mas também, citando Xi Jinping, o atual presidente chinês, “a vantagem proeminente da nação chinesa e o *soft power* mais profundo do país”⁶.

No início da década de 90, incentivado pelo estudo de Joseph Nye sobre *soft power*, Wang Huning, político e professor da Universidade de Fudan, aplicou essa teoria à circunstância da China e desenvolveu o termo “poder cultural”. Reconhecido

⁵ Fan Zhongyan, *Zoushang shiwu shu* (1025).

⁶ *China Social Science Net*, “Xi Jinping: tisheng Ruanshili, jianghao Zhongguo gushi”.
http://www.cssn.cn/zxx/zxxzt_zxx/ryjs/gcsy/201509/t20150915_2343220.shtml

como um dos primeiros estudiosos chineses que dedicaram atenção ao impacto cultural na prática política, Wang defende que “a cultura é uma força que faz parte do poder nacional” e acrescenta que “quem possui maior *soft power* terá condições muito mais favoráveis para o desenvolvimento no cenário internacional”⁷. O “poder cultural” é uma teoria derivada do conceito *soft power* de Nye e modificada com base no contexto de desenvolvimento da China, onde, após a implementação da política de “Reforma e Abertura”, no final de 1978, se verificou uma gradual transformação social e uma acrescida importância atribuída aos assuntos culturais. Em comparação com o estudo de Nye, que atribui ao *soft power* três fontes, nomeadamente a cultura, os valores e a política, o conceito de “poder cultural” de Wang incide sobre o âmbito cultural, considerando a cultura como a raiz do *soft power* do país. Apesar dos debates académicos sobre a definição de *soft power*, a maioria dos estudos posteriores na China seguiram o caminho trilhado por Wang. À medida que os objetivos materiais do país foram atingidos, o desenvolvimento e a divulgação da cultura tornaram-se a chave do avanço do país.

Já em 2007, Hu Jintao, o então presidente da China, afirmou, num relevante discurso durante o 17º Congresso Nacional do Povo, que a cultura passava a ser uma fonte importante da solidariedade e da criatividade nacional, bem como um fator-chave da competitividade do país a nível mundial. Neste Congresso, o termo *soft power* foi utilizado pela primeira vez num relatório oficial da China, numa passagem em que se cita o presidente Hu: “Devemos manter a orientação da cultura socialista avançada, trazer um novo impulso ao desenvolvimento cultural socialista, estimular a criatividade cultural de toda a nação e reforçar a cultura como uma parte do *soft power* do nosso país, a fim de melhor garantir os direitos culturais fundamentais do povo, enriquecer a vida cultural na sociedade chinesa e inspirar o entusiasmo do povo pelo progresso (tradução minha).”⁸ Embora tenha aparecido uma única vez, esse termo passou a ser uma das palavras-chaves no discurso de analistas e académicos. O

⁷ Wang Huning, “Zuowei guojia shili de wenhua: Ruanquanli, *Fudan Journal*, no.3 (1993): 91-92.

⁸ Hu Jintao, “Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007”, *XinhuaNet*, 24 de outubro de 2007.
http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm

“*soft power*”, aqui, é efetivamente o sinónimo do “poder cultural” que já tinha sido estudado por muitos intelectuais anteriormente. Porém, a primeira presença do termo num documento oficial indicou um reconhecimento renovado da importância dos assuntos culturais na nova fase de desenvolvimento da China. Tal progresso, na perspectiva dos estudiosos chineses, corrige o antigo ponto de vista que avaliava o valor da cultura somente com base na sua função ou contributo para os outros aspetos sociais, e salienta que a própria cultura é um dos indicadores do poder nacional abrangente⁹.

Aliás, em 2014, o presidente da China, Xi Jinping, apelou num discurso para a necessidade de “aumentar o *soft power* da China, criar uma melhor narrativa chinesa, e aperfeiçoar as medidas para fazer chegar a nossa mensagem a todo o mundo”¹⁰, levando o *soft power* a um novo patamar. No prefácio da versão em língua chinesa da sua obra, Nye também observa o crescente avanço do *soft power* na China e considera que é uma “estratégia inteligente”. Segundo Nye, à medida que o poder militar e económico da China vai aumentando, alguns países vizinhos podem tomar esta ascensão como uma ameaça e formar alianças para conter o poder chinês, criando uma atmosfera hostil que restringiria o desenvolvimento de todas as partes. No entanto, se a China conseguir promover o seu *soft power* juntamente com o *hard power*, as emoções negativas contra a China serão suavizadas, resultando em um ambiente pacífico e favorável ao desenvolvimento conjunto dos países nesta região¹¹.

Em resumo, a importância da cultura para um país é reconhecida desde os tempos antigos, e esta linha de pensamento vem assumindo maior relevância na atual circunstância. Tanto na ideologia tradicional como no cenário político moderno, o *soft power*, que abarca a cultura, os valores sociais, a ideologia política, etc., vem desempenhando um papel preponderante na estabilidade e no desenvolvimento social,

⁹ Wei Zhengen, Zhang Jin, “Guanyu wenhua Ruanshili de jidian renshi he sikao”, *Theory Journal*, no.3 (2009): 13.

¹⁰ *China Social Science Net*, “Xi Jinping: tisheng Ruanshili, jianghao Zhongguo gushi”.
http://www.cssn.cn/zxx/zxxzt_zxx/ryjs/gcsy/201509/t20150915_2343220.shtml

¹¹ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), 25.

sendo que, na atualidade, este poder passou a ser um fator-chave para a “ascensão pacífica” da China.

1.2 O Papel do *Soft Power* na Ascensão Pacífica da China

Devido ao rápido desenvolvimento após a abertura económica, a China passou a ser a segunda maior economia do mundo, e o seu *hard power* vem exercendo um impacto cada vez mais notório no mundo. Na esfera militar, a China ultrapassou o Japão e tornou-se no líder da despesa militar na Ásia; e na esfera económica, o país tem mantido uma taxa média de crescimento anual do PIB de 9.8% nas últimas três décadas, tendo tirado da pobreza 700 milhões de pessoas e tornando-se um protagonista-chave na cena comercial internacional. Consequentemente, a ascensão do poder militar e económico do país despertou uma certa tensão entre si e outros países, especialmente nos seus vizinhos envolvidos em disputas territoriais com a China.

Ao observar a mudança progressiva do estatuto internacional da China, William W. Keller e Thomas G. Rawski afirmam que a ascensão económica e a transição política da China destacam-se como tanto um episódio importante na história da economia política global, como o principal condutor das mudanças amplas nos alinhamentos económico, tecnológico, diplomáticos e de segurança da Ásia.¹² Na ótica dos dois estudiosos americanos, a ascensão da China não somente é um fenómeno que alterará a estrutura de poder na Ásia e até mesmo em todo o mundo, mas também um fator relevante para paz e segurança regional. Neste contexto, surge um ponto de vista que considera a ascensão da China uma potencial ameaça à paz mundial, e escutam-se, não raras vezes, vozes que questionam o propósito real da China no seu intenso intercâmbio com os países africanos, criticando o “neocolonialismo” adotado em África que é “*da mesma forma que a Grã-Bretanha tinha feito 150 anos atrás*”¹³. Em 2003, em resposta às críticas e às teorias sobre a

¹² Keller e Rawski ed., *China's Rise and the Balance of Influence in Asia* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007), 7.

¹³ G. Mohan e M. Power, “New African choices? The politics of Chinese engagement in Africa and the changing architecture of international development”, *Review of African Political Economy*, vol.35, no.1

“ameaça chinesa”, o governo chinês apresentou uma estratégia diplomática de “ascensão pacífica”, prometendo que o esforço de desenvolvimento e de modernização do país seria conduzido sem abalar as estruturas da ordem mundial, ou seja, seria um processo conduzido de forma pacífica e harmoniosa, sem pretensões hegemónicas. Daí em diante, essa expressão foi reiterada pelo então primeiro-ministro, Wen Jiabao, tanto na Cimeira da Associação de Nações do Sueste Asiático, como na sua visita oficial aos Estados Unidos.

Na ótica das analistas políticos, o termo “ascensão pacífica” implica três princípios: primeiro, a ascensão da China será um facto reconhecido e aceite por todo o mundo; segundo, o objetivo da ascensão do país terá de ser atingido sem travar guerras; terceiro, tanto a “paz” quanto a “ascensão” são objetivos de longo prazo, em outras palavras, mesmo que a China se torne numa superpotência no futuro, não poderá sacrificar a paz para ampliar os seus ganhos políticos¹⁴. Curiosamente, no discurso ocidental, a “ascensão” é sempre considerada como o resultado de uma conquista militar, enquanto o significado dessa palavra em chinês remete apenas para um processo de crescimento. Levando em conta essa diferença cultural, alguns estudiosos chineses propõem alterar o termo para “desenvolvimento pacífico”, a fim de evitar mal entendidos. Em todo o caso, tanto o termo “desenvolvimento” como o de “ascensão” expressam o simples desejo da China de erradicar a pobreza e tornar-se num país mais próspero sem causar perturbações, como um reflexo do pensamento de “harmonia” enraizado na cultura chinesa.

A construção do *soft power* no processo de ascensão pacífica da China contribui para dois aspetos: a solidariedade nacional e a imagem internacional.

Primeiro de tudo, a China é um país com grande população e diversidade étnica; para o desenvolvimento e a estabilidade social, portanto, é muito importante manter uma cultura harmoniosa apesar da diversidade de tradições e religiões, especialmente nesta fase de desenvolvimento muito veloz. Com o influxo da cultura ocidental após a abertura económica, a cultura tradicional chinesa enfrenta desafios imensos; assim, a

(2008): 27.

¹⁴ Yan Xuetong, “ ‘Heping Jueqi’ de fenqi, yiyi he celue”, *Chinese Social Science Journal*, no. 5 (2004): 51-52.

promoção da cultura, dos valores e da ideologia tradicionais contribui para a consciência nacional, reconhecida como o grande princípio unificador da nação. Vale salientar que esta consciência não se refere a uma restrita visão nacionalista, mas sim a um sentido de responsabilidade pela preservação e melhoria da própria cultura diante do impacto das culturas estrangeiras. Aliás, conforme a ideologia confucionista, a cultura é efetivamente um elemento indispensável para atingir a “harmonia”, pedra basilar do desenvolvimento nacional.

Para além disso, a ascensão da China e a paz mundial são assuntos inseparáveis. À medida que o estatuto internacional da China tem vindo a mudar nos últimos anos, o foco diplomático tem-se deslocado das relações com os Estados Unidos para as “relações de vizinhança”. É de notar que a estratégia de “ascensão pacífica” da China não implica impedir o desenvolvimento militar. Bem pelo contrário, os orçamentos da defesa da China apresentam uma tendência crescente no séc. XXI, com uma taxa de crescimento anual de 12% a 20%, tendo sido atingido em 2014 o valor de 129,4 bilhões de dólares americanos que ficou apenas atrás do dos Estados Unidos, e é previsto ainda um aumento de 10% em 2015¹⁵. Conforme a propaganda do governo chinês, tão pesado investimento no âmbito militar não visa concretizar os seus objetivos políticos por meios militares, porém, é uma medida imprescindível para manter um ambiente pacífico para o desenvolvimento normal do país. Assim sendo, o *soft power* desempenha um papel importante na reconciliação entre a atitude pacífica e o fortalecimento do poder militar, o que constitui a primeira preocupação dos políticos chineses.

Ao invés dos tempos turbulentos da China antiga, atualmente, o avanço tecnológico trouxe a evolução do equipamento militar e aumentou o custo da guerra, pelo que o diálogo e a cooperação passaram a ser meios fundamentais para lidar com os assuntos internacionais. Efetivamente, a concorrência política entre os países na era da informação, nas palavras de Nye, “*depends not only on whose army wins, but also*

¹⁵ Jeremy Bender, “China's military budget is booming”, *Business Insider*, 4 de março de 2015. <http://www.businessinsider.com/chinas-military-budget-is-booming-2015-3>

on whose story wins”¹⁶. De mesma maneira, o presidente Xi tem sublinhado repetidamente a importância de “contar uma boa história sobre a China”¹⁷. Nos anos recentes, a China tem sido alvo de controvérsia devido às questões de direitos humanos, disputas territoriais, mecanismos de censura, poluição ambiental, etc., o que constitui um grande ameaça para a imagem da China na cena internacional. Como destacou o presidente chinês, o desenvolvimento da China necessita não somente do esforço permanente do povo chinês, mas também o entendimento e respeito de todo o mundo. Quando alguns críticos questionam a “ambição chinesa” no Mar do Sul da China e em África, acreditam que a divulgação do *soft power* chinês pode promover a compreensão mútua e aliviar a tensão entre os países que consideram a China como uma ameaça.

Em conclusão, não obstante a teoria da “ameaça chinesa” e as críticas contra a política chinesa, a emergência da China no séc. XXI é já um facto indiscutível. Nesta situação, o *soft power* desempenha um papel progressivamente mais relevante para a manutenção da paz regional e o desenvolvimento sustentável. O salto económico que se verificou na China nas últimas décadas despertou um interesse crescente a nível mundial, tendo sido, conforme alguns estudiosos chineses, um motivo para outros países aprofundarem o conhecimento sobre a China, o que indica precisamente um bom início da promoção do *soft power* chinês¹⁸.

2. Processo da Promoção do *Soft Power* Chinês

É do reconhecimento geral que, em alguns períodos da história, como na Dinastia Tang (618 d.C. – 907 d.C.), a China era um centro de intercâmbio cultural e económico da região asiática, tendo exercido uma grande influência cultural que irradiava por muitos países asiáticos, que em parte permanece até hoje. Porém, nos

¹⁶ Joseph Nye, “The Rise of China’s Soft Power”, *Wall Street Journal Asia*, 29 de dezembro de 2015. http://belfercenter.hks.harvard.edu/publication/1499/rise_of_chinas_soft_power.html

¹⁷ *China Social Science Net*, “Xi Jinping: tisheng Ruanshili, jianghao Zhongguo gushi”.

http://www.cssn.cn/zxx/zxxzt_zxx/ryjs/gcsy/201509/t20150915_2343220.shtml.

¹⁸ Liu Deding, *Dangdai Zhongguo wenhua Ruanshili yanjiu* (Beijing: The People’s Press, 2012), 80.

séculos recentes, especialmente após a “política de portas fechadas” implementada durante a Dinastia Ming (1368 d.C. – 1644 d.C.), o desenvolvimento económico foi severamente estrangulado devido ao atraso tecnológico e político, pelo que o país finalmente se tornou alvo de agressão das potências ocidentais.

Logo após o Partido Comunista Chinês ter chegado ao poder, em 1949, a construção da imagem internacional duma “Nova China” passou a ser um dos objetivos principais da diplomacia chinesa, sendo que o Partido, liderado por Mao Tsé-Tung, necessitava ansiosamente do reconhecimento e apoio da comunidade internacional. Tendo em conta o contexto acima referido, para a nova República, por um lado, a história longa e a diversidade étnica forneciam uma grande riqueza cultural, o que constitui uma fonte importante do *soft power*; por outro lado, porém, no que diz respeito ao poder nacional abrangente, a China, que tinha sofrido constantes invasões estrangeiras e perturbações internas a partir do séc. XIX, estava tão fraca e pobre que a fraqueza do seu *hard power* restringia de forma grave o desenvolvimento do *soft power*. Como foi apontado por Nye, o *soft power* e o *hard power*, em muitos casos, estão intimamente integrados e influenciam-se reciprocamente¹⁹. Por consequência, as abordagens para a promoção do *soft power* chinês também se vêm alterando à medida que o seu *hard power* se desenvolve, o que, em linhas gerais, se divide em três fases.

2.1 Primeira Fase: 1949-1978

A primeira fase das tentativas de construção do *soft power* chinês registou-se na década de 50, quando o país recém-estabelecido alcançou o seu primeiro clímax diplomático em África. Em virtude do atraso económico e da diferença de regime político, a nova China desejava ansiosamente o reconhecimento e apoio dos outros países. Apanhado no meio dos Estados Unidos e da União Soviética, Mao Tsé-Tung depositou as suas esperanças em África, denominando-a o “terceiro campo” no meio dessas duas superpotências. Assim sendo, África foi considerada como o palco principal para a construção da imagem da China. Nesta altura, os países africanos recém-independentes necessitavam urgentemente de capital para melhorar as

¹⁹ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), 25.

condições das infraestruturas que tinha sido destruídas pelas guerras. Assim sendo, para além da troca de visitas de altos dirigentes, o apoio financeiro tornou-se uma das principais maneiras para consolidar as relações sino-africanas, demonstrando ser o meio mais eficaz de aumentar o apelo chinês em África. Apesar da grave dificuldade financeira por que a própria China passava naquela altura, o apoio económico a África atingiu 4,5% da Despesa Nacional da China em 1967, sendo que o número subiu ainda até 7,2% em 1973²⁰. Por meio do generoso apoio financeiro, o Partido Comunista Chinês conseguiu obter o reconhecimento da maioria dos países africanos, e a imagem da China e dos seus líderes políticos foi crescendo bastante no mundo em desenvolvimento. Por fim, essa abordagem levou, em 1971, à dramática admissão da República Popular da China na ONU após uma votação no seio da organização. Mao Tsé-Tung comentou com emoção que “fomos trazidos para a ONU pelos nossos irmãos africanos”²¹.

Neste fase, a construção do *soft power* chinês baseava-se em grande medida no apoio financeiro unidirecional e incondicional aos países africanos, procurando estabelecer as relações amigáveis com os países em desenvolvimento para quebrar as restrições das superpotências mundiais e expandir o seu espaço diplomático. Esta abordagem desempenhou um papel significativo em determinado contexto histórico, tendo estabelecido o apelo chinês rapidamente nos países em desenvolvimento e aumentado a participação da China na cena internacional. No entanto, com o desenvolvimento da China e dos países africanos no período subsequente, esta estratégia já não conseguia enquadrar-se na nova situação internacional.

2.2 Segunda Fase: 1978-2000

Na 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central do PCC realizada no final de 1978, a China implementou a importante política de “Reforma e Abertura” que marcou uma nova estratégia de desenvolvimento do país, permitindo que outros países com regimes políticos distintos investissem na China, bem como reforçando o

²⁰ Zhao Ning, “Huiyu canban de Zhongguo duifei yuanzhu, *21CCOM*, 20 de julho de 2015. http://www.21ccom.net/articles/world/zlwj/20150710126692_all.html

²¹ Qu Xing, *Zhongguo wajijiao wushi nian* (Nanjing: Jiangsu People's Publishing House, 2000), 132.

desenvolvimento das indústrias nacionais. Desde então, a China inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento económico em ritmo acelerado. Ao mesmo tempo, os países africanos encontravam-se num período de definição dos seus regimes políticos, alguns deles seguindo o caminho socialista liderado pela União Soviética, enquanto outros mantinham o modo capitalista. Fosse qual fosse o regime adotado, esses países enfrentaram muitas dificuldades no início da prática, e a economia africana entrou numa altura em estagnação. Dado o exposto, o desenvolvimento económico tornou-se a maior preocupação de ambas as partes e, conseqüentemente, o objetivo principal das estratégias diplomáticas chinesas em África passou de ganhos políticos para uma cooperação económica mutuamente vantajosa.

No início de 1983, durante uma visita oficial à Tanzânia, o então primeiro-ministro, Zhao Ziyang, anunciou os quatro princípios para a cooperação económica e tecnológica sino-africana, nomeadamente “a igualdade e benefício mútuo, a atenção aos resultados práticos, a diversidade de formas e a realização do progresso comum”²² (tradução minha). Até hoje, os quatro princípios vigoram como a ideologia orientadora para o desenvolvimento das empresas chinesas em África. Com efeito, as abordagens para aumentar o *soft power* apresentaram maior diversidade quando o então presidente da China, Jiang Zemin, propôs em 1992 a estratégia de “*go out*”, que encorajava as empresas chinesas a explorar o mercado internacional e a promover a diversificação do comércio exterior, dando o início à construção do *soft power* chinês mediante cooperação comercial e intercâmbio tecnológico a nível mundial.

Quando a China abriu a porta para as empresas se desenvolverem fora do país, a dinâmica comercial internacional conduziu a um aumento dos fluxos populacionais, promovendo a interação entre a China e as outras nações nas esferas da sociedade civil. Nesta fase, a China viu duas ondas de emigração: a primeira registou-se no início da abertura económica, quando muitas pessoas, com ajuda dos seus familiares no estrangeiro, saíram do país em busca de melhores oportunidades profissionais ou

²² Apud. Shu Yunguo, “China’s Aid to Africa: History, Theory and Features”, *Journal of Shanghai Normal University (Philosophy & Social Sciences Edition)*, Vol.39, 5ªed. (2010): 4.

condições de vida; ao mesmo tempo, com o influxo das culturas e tecnologias estrangeiras, observou-se um crescimento significativo no número de estudantes que resolveram frequentar o ensino superior nos países desenvolvidos. Já a segunda onda teve lugar na década de 90, quando vários países desenvolvidos começaram a acolher de bom grado imigrantes altamente qualificados. Ao invés dos emigrantes chineses convencionais que costumavam assumir o trabalho braçal nas indústrias de construção civil ou mineração e que constituíam as “classes baixas” no contexto de discriminação racial nos países desenvolvidos, estas duas ondas de migração, especialmente a última, caracterizaram-se pelo grau de escolaridade mais elevado e pela maior diversidade de competências profissionais que envolviam os sectores de comércio, tecnologia, educação, finança, etc., registando-se ainda alguns emigrantes chineses que vieram a tornar-se membros das elites industriais²³. Com a crescente participação dos chineses em todas as indústrias no mundo e a mudança de estatuto social dos emigrantes, muitos elementos importantes da cultura chinesa foram levados para fora do país, incluindo as tradições, a ideologia, a culinária, a língua, etc. De um país fechado e misterioso para um participante ativo no mercado internacional, a China viu um aumento significativo do seu *soft power* por meio de intenso intercâmbio comercial e cultural com resto do mundo. Ainda convém lembrar que, nesta etapa, o avanço económico e tecnológico da China também deu um enorme impulso à construção do seu *soft power*.

2.3 Terceira Fase: de 2000 até hoje

Chegado o séc. XXI, com a emergência da China e dos outros países em desenvolvimento, o cenário internacional encontra-se numa era de “*mudança na Ordem Mundial*” salientada por Huntington. O crescente *hard power* chinês chamou a atenção internacional e despoletou, inevitavelmente, algumas controvérsias. Confrontado com este facto, o governo chinês resolveu dedicar um maior esforço à construção do seu *soft power*, a fim de aliviar tensões políticas e afirmar a sua imagem internacional como um país amigo de todo o mundo.

²³ Yan Haiyan, “Zhongguo ‘xinyilun Yiminchao’ de yuanyin ji duice tanjiu”, *Social Science Review*, vol. 26, no.2 (2011): 86.

Primeiro de tudo, a China procurou aumentar o seu apelo a nível mundial aproveitando os ricos recursos culturais, entre os quais se destaca a língua chinesa. Em 2002, o governo chinês estabeleceu o Gabinete do Conselho Internacional do Ensino de Chinês (*Hanban*) que se dedica à divulgação da cultura tradicional e da língua chinesa, sendo que em 2004 inaugurou o primeiro Instituto Confúcio na Coreia do Sul. Segundo estatísticas oficiais do *Hanban*, até ao final de 2015, foram inaugurados 500 Institutos Confúcio e 1.000 Cursos associados²⁴ em 134 países e regiões, desempenhando o papel de plataforma principal de ensino da língua e cultura chinesa. Citando Gao Zhanxiang, um estudioso cultural chinês, “a língua não somente é um veículo de informação, mas também uma ferramenta de pensamento, sendo que ela influencia não só o conteúdo da cultura, mas também o modo de pensar dum nação” (tradução minha)²⁵. À medida que a língua chinesa se tem vindo a espalhar pelo mundo, o país tem encontrado um canal para melhor apresentar a ideologia e os valores sociais, facilitando assim a divulgação da China em todo o mundo. Ao mesmo tempo, o país tem incentivado o intercâmbio no ensino superior e introduz um conjunto de medidas para atrair os estrangeiros a estudar na China. Segundo *The Blue Book of Global Talent: Annual Report on the Development of Chinese Students Studying Abroad (2015)*, em 2014, contaram-se aproximadamente 377.100 estrangeiros a estudar na China, havendo uma tendência ascendente constante nos últimos anos. No entanto, levando em consideração a disparidade em relação ao grande número dos chineses que estudam no estrangeiro, o *Blue Book* apelou ainda a um aumento das abordagens para atrair estudantes estrangeiros e promover o intercâmbio de talentos.

Quanto às relações com África, o velho amigo da China, o governo vem ajustando as formas de apoio e ampliando a cooperação a mais domínios. O “milagre económico” chinês após a abertura não só melhorou a vida do povo chinês, mas também forneceu uma boa referência para os países em luta contra a pobreza. Dessa

²⁴ Curso estabelecido pelo Instituto de Confúcio no ensino primário e secundário que visa ensinar a língua e cultura chinesa.

²⁵Gao Zhanxiang, *Wenhua Li* (Beijing: Peking University Press, 2008), 24.

forma, para além do apoio financeiro, observa-se uma maior cooperação em diversos âmbitos, que visa ajudar na erradicação da pobreza por meio da educação e da tecnologia, especialmente na área da agricultura. Nos últimos anos, cada vez mais empresas chinesas têm investido nas atividades agrícolas em África, tais como a produção de sementes, o cultivo seletivo e a transformação de produtos agrícolas. Conforme o “livro branco” *China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)* elaborado pelo Conselho de Estado, entre 2009 e 2012, o volume de investimento direto chinês para o sector agrícola africano aumentou de 30 milhões de dólares para os 82,47 milhões, tendo sido registado um aumento de 175% em três anos. Até 2015, o governo chinês auxiliou a estabelecer 22 Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola em África, e continua a enviar especialistas e técnicos agrícolas para partilhar as suas experiências nesta área. Aliás, no que diz respeito ao ensino superior, o governo vem fornecendo mais bolsas para os jovens africanos a estudar na China. Conforme estatísticas do Ministério de Educação, em 2011, embora os alunos africanos ocupassem apenas 7,09% dos estudantes internacionais na China, registou-se um aumento de 26,46% face ao ano anterior.

Para além disso, os novos *media*, que se baseiam na internet e se caracterizam pela alta velocidade de divulgação e pelo amplo alcance de informação, passaram a ser um dos meios relevantes para construção da imagem dos líderes de estado e para a divulgação dos “discursos chineses”. Essa abordagem é cada vez mais adotada desde que o presidente Xi Jinping chegou ao poder, em 2013, observando-se que tanto os políticos como os *media* oficiais começam a adotar uma linguagem mais acessível e popular. Em 2013, um utilizador chamado *Fuxinglushang Animation Studio* publicou o seu primeiro vídeo na internet, atraindo rapidamente os olhares do público. Neste vídeo, intitulado “Como os Líderes São Seleccionados”²⁶ (tradução minha), fazia-se uma breve introdução do caminho para chegar a presidente, respetivamente, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na China, apresentando pela primeira vez imagens de desenhos animados dos líderes chineses e criando uma atmosfera

²⁶ “Lingdaoren shi zenyang liancheng de”. www.youtube.com/watch?v=liLUcE_2FSk

excepcionalmente vívida para um tema político, concluindo no final que, “seja qual for o caminho para chegar a presidente, se o público estiver satisfeito e a sociedade estiver a avançar, podemos dizer que é esse o caminho correto” (tradução minha). Embora os políticos já tivessem expressado opiniões semelhantes em resposta às críticas sobre a “ditadura comunista”, o bom humor fez com que o vídeo se destacasse entre os muitos casos de propaganda estereotipada que os *media* tradicionais costumavam transmitir. Recentemente, este estúdio, cujo nível de vinculação ao governo se desconhece, lançou um vídeo musical em inglês intitulado “*Pay Attention to the Shi San Wu*”²⁷ que vem circulando amplamente pelas redes sociais. Tal como o vídeo acima referido, este chamou a atenção internacional devido à sua inovadora combinação de propaganda comunista com música popular ocidental. O vídeo mostra os pontos principais do 13º Plano Quinquenal do país mediante uma música alegre com inspiração “*folk*”, sendo amplamente interpretado como um dos esforços de Pequim para melhorar a sua imagem dentro e fora do país. *The Telegraph* considera que o vídeo é “*very friendly and even contains some tame toilet humour*”, e concebe que “*the propaganda masters over in China are attempting to reach the young and hip*”²⁸. A revista americana *Time* também aponta que o vídeo é “*probably the most twee attempt ever to champion Communist Party policies*”²⁹. Acredita-se que a utilização dos novos *media* contribuiu para estabelecer uma imagem mais amigável e simpática da China, o que atende com precisão às necessidades da sua “ascensão pacífica”.

Por último, mas não menos importante, reconhecendo a importância da cultura tradicional na construção do *soft power* no séc. XXI, o governo chinês reforçou as ações de conservação dos bens culturais e empenha-se em promover a indústria da cultura. O processo de globalização acelerada e o impacto da cultura ocidental aumentam o debate entre o “folclórico” e o “estrangeiro”, o que faz soar o alarme de

²⁷ “Shisan Wu”, é a abreviatura em chinês do 13º Plano Quinquenal (2016-2020) da China.

²⁸ Helena Horton, “Chinese Communist Party release bizarre English-language propaganda music video about their Five Year Plan”, *The Telegraph*, 27 de outubro de 2015. <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/11958034/Chinese-Communist-Party-release-bizarre-English-language-propaganda-music-video-about-their-Five-Year-Plan.html>

²⁹ Joanna Plucinska, “Watch the Utterly Inane Music Video China Is Using to Promote Its New Five-Year Plan”, *Time*, 27 de outubro de 2015. <http://time.com/4088362/china-five-year-plan-music-video/>

declínio da cultura tradicional. Por conseguinte, em 2003, o governo aprovou a minuta da “Lei de Proteção da Cultura Tradicional da República Popular da China”, colocando o património cultural imaterial sob a proteção jurídica pela primeira vez. Já em 2004, a China integrou, como um dos primeiros membros, à “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” iniciada pela UNESCO, introduzindo uma série de políticas com base no princípio de “dar prioridade à proteção, colocar no primeiro lugar o salvamento; utilização racional, sucessão e desenvolvimento” (tradução minha)³⁰. A legislação proporciona uma base importante para a proteção da cultura tradicional. Até o final de 2013, a China possuía 37 itens na Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, classificando-se em primeiro lugar no mundo. É de notar que, a fim de melhor preservar e desenvolver a cultura tradicional, esta deve atender à procura do mercado e apresentar o seu valor económico ou ideológico na nova era. Para atingir tal meta, o governo resolveu combinar a proteção do património cultural com a exploração do mercado, incentivando não somente a divulgação da cultura tradicional pelo turismo, mas também a criação artística inspirada pela cultura tradicional. Desta maneira, nos últimos anos, tanto o tamanho do mercado cultural como a sua proporção no PIB têm registado um aumento constante, sendo que a indústria cultural não só evidencia grande potencial económico, mas também fornece um campo ideal para a preservação e o desenvolvimento da cultura tradicional.

Quadro 3. O crescimento da indústria cultural da China de 2006 a 2013



Fonte: *Forward Industry Research Institute*, 2014.

³⁰ Ministério da Cultura, *Interim Measures for the Protection and Administration of National Intangible Cultural Heritages*, art. 3 (2006).

No séc. XXI, tem-se observado um aumento no número dos académicos que se dedicam à análise do impacto da cultura sobre a economia, política e desenvolvimento social, inclusive Samuel Huntington, Lawrence Harrison, Zhang Guozuo, Yan Xuetong, etc. Nos trabalhos destes argumenta-se em uníssono que a cultura já não deve ser considerada apenas como um acessório dum país, mas sim uma ferramenta importante para o avanço social e a competição internacional. De uma forma geral, apesar das abordagens distintas em diferentes períodos históricos, a construção do *soft power* tem sido um dos focos principais do país, sendo considerado um meio auxiliar para alcançar os fins políticos.

A maior força económica e militar faz com que a voz da China seja mais escutada pelo mundo, fornecendo uma base para a divulgação da sua cultura; reciprocamente, o aumento do *soft power* mediante a divulgação cultural reforça a imagem positiva da China, proporcionando condições favoráveis para a futura cooperação internacional. Este ciclo virtuoso tem sido sempre a meta ideal para os políticos, no entanto, no esforço de alcançar tal objetivo, a China ainda enfrenta diversos desafios, sendo que algumas das suas abordagens são consideradas como propaganda excessiva ou têm efeitos contrários à sua intenção original.

3. Desafios para o Aumento do *Soft Power* Chinês na Nova Situação Internacional

Com a globalização acelerada, observa-se nesta nova situação internacional um aumento da dependência mútua entre os países, ao passo que a concorrência internacional vem-se intensificando e estende-se às mais diversas vertentes. A este propósito, a emergência da China, o país mais populoso, suscita muitas incertezas no “jogo de poder” internacional. Por um lado, a China torna-se um membro indispensável nos assuntos internacionais, sendo que o crescente *hard power* chinês leva mais países a buscar cooperação e concede mais peso no cenário político

internacional; por outro lado, alguns políticos adotam uma atitude defensiva contra a ascensão da China, alertam para o facto de que poderá prejudicar a paz mundial em virtude da crescente tensão territorial com os países vizinhos, bem como ameaçar a ordem comercial internacional devido às suas práticas comerciais agressivas nos países africanos³¹. Apesar das medidas ativas adotadas para afirmar o seu *soft power*, a China ainda tem um longo caminho a percorrer e muitos desafios para enfrentar.

Em primeiro lugar, a liberdade de imprensa e expressão na China tem sido um “tema sensível” que provoca constantes debates internacionais. Não há evidência suficiente para prever uma mudança no sistema político dirigido pelo Partido Comunista Chinês e a sua poderosa intervenção na comunicação social; aliás, a comparação entre regimes políticos encontra-se fora do âmbito do estudo realizado na presente dissertação. Porém, do ponto de vista cultural, é de notar que as restrições em relação à liberdade de imprensa na China tornaram-se um dos obstáculos mais relevantes para o aumento do *soft power* chinês na “era da internet”.

Núcleo da filosofia confucionista, a “harmonia” é uma ideologia orientadora da cultura e política chinesa. Desta forma, confrontado com as opiniões dissonantes que se espalham rapidamente pela internet, o governo considera a censura uma ferramenta indispensável para a “manutenção da harmonia”, um dos focos principais do trabalho político na atual fase de desenvolvimento. Uma autora chinesa, Zhao Yuezhi, observa que o poder do partido na comunicação pública da China tem poucos paralelos no mundo contemporâneo, e considera evidentes a determinação do PCC para sustentar este regime a todo o custo e por todos os meios, a sua capacidade de renovar constantemente e aperfeiçoar este regime, bem como a sua ampliação progressiva e modernização desde o início da década de 1990³². No entanto, com o surgimento dos novos meios de comunicação e das redes sociais, tanto a velocidade como o alcance

³¹ Edward C. Chow, “China’s Soft Power in Developing Regions: New Major Player in the International Oil Patch”, *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World* (Washington D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2009), 91.

³² Zhao Yuezhi, *Communication in China: Political Economy, Power, and Conflict* (Lanham : Rowan & Littlefield, 2008), 121.

da informação divulgada pela internet fogem ao controlo da censura convencional, sendo que as medidas de “bloqueio” afiguram-se ineficazes para impedir a transmissão das informações “indesejadas”. Numa época de maior transparência na informação e liberdade de expressão, a censura rígida só faz com que o governo perca a credibilidade junto do povo e que a criatividade cultural seja oprimida.

A fim de manter o equilíbrio entre a estabilidade social e a liberdade de opiniões, na minha ótica, o governo tem de buscar o aperfeiçoamento do sistema de censura por meios de legislação abrangente sobre comportamentos na internet, garantindo o direito de expressão das pessoas, mas ao mesmo tempo restringindo os comportamentos irresponsáveis segundo a lei. Aliás, quanto às críticas ou notícias negativas divulgadas pela internet, na ótica de Nye, a melhor abordagem é, ao invés do “bloqueio”, adotar uma atitude ativa para responder ou corrigir, sendo que a credibilidade é o recurso mais escasso nesta era da informação, na qual “a melhor propaganda não é propaganda”³³. Recentemente, com o constante crescimento de utilizadores da internet e a emergência dos “*grassroots media*” nas redes sociais, o público tem tido mais expectativas relativamente ao aumento da liberdade de expressão e a um ambiente mais aberto nos meios de comunicação. Neste contexto, a censura aplicada aos *media* e à criação cultural pode vir a ser um dos maiores obstáculos para a promoção do *soft power* chinês.

É do conhecimento geral que a boa divulgação duma cultura exige não somente ricos conteúdos culturais, mas também canais eficazes e influentes de comunicação, o que constitui, na atualidade, outro ponto fraco da China. Apesar de ter registado progressos no que diz respeito à diversidade e à objetividade das informações divulgadas, os *media* chineses, no entanto, mantêm uma voz relativamente fraca no cenário internacional.

Um série de fatores contribuem para a influência limitada dos *media* chineses, incluindo a diferença cultural e ideológica, a concorrência intensa dos *media*

³³ Joseph Nye, “China's Soft Power Deficit”, *Wall Street Journal*, 9 de março de 2012.
<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>

ocidentais, a censura que restringe as opiniões dos *media*, etc. Além disso, ainda convém notar que o atraso no desenvolvimento do *hard power* do país, que sofreu sucessivamente invasões, guerra civil, perturbação política, pobreza e fome no séc. XX, dificulta a luta dos *media* chineses para ganhar mais “direito de falar” no mundo. Mesmo que a China tenha registado um grande avanço económico a partir da década de 80, o rendimento per capita ainda revela uma grande margem para progressão, e a distribuição desigual de recursos sociais permanece um fenómeno prevaiente. Na atualidade, o poder principal da comunicação de massa internacional encontra-se nas mãos dos “*mainstream media*” ocidentais, sendo que os discursos dos *media* chineses ainda não conseguem ter uma influência tão grande como o seu poder militar ou económico. Com o propósito de ampliar a sua influência mundial, a Xinhua, a maior agência de notícias oficial do país, tem lançado uma série de estratégias de localização no estrangeiro, contratando pessoal local para melhorar a comunicação externa, bem como obter uma visão internacional. Até o final de 2010, contavam-se 168 funcionários estrangeiros em África e 55 na América Latina, porém, o número caiu para 33 na Europa e para apenas 2 na América do Norte, o que é revelador da baixa aceitação dos *media* chineses nos países desenvolvidos³⁴.

Conforme Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”³⁵. Porém, na atualidade, estima-se que mais de 90% das notícias internacionais são divulgadas pelos *media* europeus ou norte-americanos, sendo que 60% a 80% dos conteúdos emitidos pelos *media* dos países em desenvolvimento vêm dos maiores grupos de *media* ocidentais³⁶. Desta forma, os países desenvolvidos revelam uma vantagem notável em relação à manipulação da opinião pública em todo mundo, como diz o poeta norte-americano, Allen Ginsberg, “*whoever controls the media, the images, controls the culture*”³⁷. Dado o exposto, o

³⁴ Liu Deding, *Dangdai Zhongguo wenhua Ruanshili yanjiu* (Beijing: The People's Press, 2012), 168.

³⁵ Michel Foucault, *A Ordem do Discursotrad*, trad. Laura Sampaio (São Paulo: Edições Loyola, 1999), 10.

³⁶ Guo Ji, “Xinwen ziyou yu meiti zeren”, *Qiushi Journal*, no.16 (2009):17.

³⁷ *Apud.* Michael S. Levy, *Celebrity and Entertainment Obsession: Understanding Our Addiction* (Lanham: Rowman & Littlefield), 77.

aumento da influência internacional dos *media* chineses não só contribuirá para melhor responder às controvérsias divulgadas pelos *media* ocidentais, mas também desempenhará um papel decisivo para a divulgação da própria cultura. Indiscutivelmente, o crescente *hard power* contribuirá para este esforço. Porém, se a China não tomar medidas adequadas para promover a liberdade da imprensa, os *media* chineses serão sempre rotulados como o “veículo da propaganda comunista”, continuando a dificultar a divulgação da sua voz e gerar mal-entendidos sobre a ascensão da China.

Para além disso, alguns problemas expostos na cooperação entre a China e os países em desenvolvimento, sobretudo em África, tornaram o país alvo de controvérsia, prejudicando a sua imagem no mundo. Desde a década de 60, o apoio financeiro aos países africanos deu grande contributo no aumento da influência chinesa, bem como reforçou as relações bilaterais. Todavia, no novo contexto mundial, o modo de cooperação orientado para os recursos naturais apresenta várias limitações em relação ao desenvolvimento sustentável de ambas as partes, sendo que o grande investimento chinês em África é amplamente interpretado como uma medida para satisfazer a sua própria avidez por recursos naturais.

A partir do início do séc. XXI, a China tem dedicado significativa atenção à cooperação sino-africana, considerando a África não somente um importante parceiro político, mas também um fornecedor confiável de recursos naturais e um mercado enorme para os seus produtos. Tendo como foco principal o crescimento económico, a cooperação sino-africana anterior tem revelado uma lacuna no que diz respeito ao intercâmbio cultural, envolvendo a formação de recursos humanos, atividades de promoção cultural, apoio à educação, etc. Numa entrevista realizada por Howard W. French, escritor e jornalista norte-americano, um guineense queixa-se de que os chineses nunca ensinam como se manter as obras ou máquinas estabelecidas, pelo qual mesmo os trabalhos mais básicos, como a troca de lâmpadas, têm de ser feito

pelos chineses³⁸. À medida que a economia africana se desenvolve, estes países mostram uma crescente necessidade de recursos humanos qualificados, e o fraco contributo para a formação é um facto pelo qual as empresas chinesas são criticadas. Tal como mais esforços são dedicados a ampliar a cooperação cultural e educacional, como o que é referido na última sessão, acredita-se que a situação da formação profissional local será melhorada no futuro.

Não obstante, é de destacar que os comportamentos de algumas empresas chinesas que não cumprem as regras do mercado ou que manifestam uma falta de responsabilidade social reforçam os argumentos em relação à “exploração e extorsão” da China em África, lançando densas sombras sobre a futura cooperação sino-africana. As acusações em relação ao suborno, à concorrência desleal, à poluição ambiental e à exploração laboral constituem temas muito controversos na opinião internacional, danificando não somente a imagem das empresas chinesas no mercado internacional, mas também o *soft power* chinês nestes países. Devido à lacuna de regulamentação do governo chinês e à imaturidade do mercado africano, algumas empresas adotam meios injustos em busca de maiores benefícios comerciais. Tais factos, embora sejam casos individuais, são facilmente sublinhados pelos *media* estrangeiros que influenciam a opinião pública a nível mundial, sendo considerados como uma prova do “neocolonialismo” da China que vai “explorando os recursos da África enquanto ignora o impacto ambiental e despeja produtos industriais baratos no continente”³⁹. O comportamento das empresas e indivíduos chineses no estrangeiro reflete não somente as suas próprias qualidades, mas também a imagem do país, sendo que, na era da globalização económica, as atividades comerciais exercem uma certa influência sobre o *soft power* do país. Para lidar com estas críticas, é necessário que a China melhore a supervisão e reforce a política de responsabilidade social das empresas dedicadas ao mercado internacional, bem como adote uma regulamentação mais eficaz em relação aos seus comportamentos comerciais.

³⁸ Howard W. French, *China's Second Continent: How a Million Migrants Are Building a New Empire in Africa* (New York: Knopf, 2014), 124.

³⁹ He Qinglian, “‘Modelo Chinês’ Prejudica o Mundo”, *Epoch Times*, 26 de abril de 2013. <https://www.epochtimes.com.br/modelo-chines-prejudica-o-mundo/#.VpTCfjOLSAX>

Também vale a pena acrescentar que, em termos objetivos, a diferença ideológica e a resistência cultural dos outros povos constituem uma barreira para a divulgação do *soft power* chinês no mundo, especialmente nos países desenvolvidos que defendem uma “civilização universal”.

As opiniões ocidentais sobre a China variam ao longo da história. Desde o Oriente fantástico esboçado por Marco Polo até ao próspero “Império do Oriente” retratado pelo Padre Matteo Ricci, a China era considerada uma terra misteriosa e florescente na perspectiva ocidental. A partir do séc. XVIII, porém, com a publicação de “O Espírito das Leis” de Montesquieu e a narração do diplomata britânico George Macartney, essa curiosidade tornou-se numa atitude de desprezo, sendo que a China veio a ser caracterizada como um país atrasado e ignorante que vivia sufocado pela tirania. Já nos tempos modernos, quando a ascensão da China intensificou o “choque das civilizações” no mundo, surge uma visão que alertava contra a “ameaça chinesa”, uma vez que o seu crescente *hard power* provocava grande incerteza quanto à paz regional. Neste contexto, algumas estratégias da China que visavam promover a sua cultura foram interpretadas como uma tentativa de “invasão cultural”, facto pelo qual, nos países norte-americanos, o estabelecimento do Instituto Confúcio enfrenta alguma oposição e causa controvérsia. Apesar do investimento pesado na tentativa de divulgar a cultura e aumentar o seu *soft power* a nível mundial, o esforço do governo chinês trouxe retorno limitado nestas regiões.

Como aponta Huntington, cada civilização vê-se como o centro do mundo e escreve a sua história como a narrativa central da história humana⁴⁰. Assim sendo, a divulgação duma cultura em outros países está sempre confrontada com alguma resistência cultural e preconceitos. Não obstante Ruth Benedict sublinhar que “*each culture is self-contained, autonomous, separate but equal, and all you have to do is know the context to understand what the people are doing and why they are doing*

⁴⁰ Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, trad. Henrique M. Lajes Rebeiro, (Lisboa: Gardiva, 1999), 36.

*it*⁴¹, esse relativismo cultural tem encontrado muitos obstáculos na prática, sendo que as pessoas costumam contemplar os factos objetivos dum perspectiva subjetiva e julgar outras culturas conforme a sua própria ideologia. A resistência e preconceito cultural fica mais patente quando uma cultura dum país menos desenvolvido é introduzida em outra civilização mais privilegiada e “avançada”.

Muito embora seja confrontada com diversos desafios e dificuldades, a China sublinha a promoção do *soft power* como um dos seus objetivos principais neste momento. A construção do *soft power* deve ser não somente uma tarefa do governo, mas também um processo que envolva o esforço de toda a nação. Entretanto, o contributo da sociedade civil para tal fim ainda é limitado, especialmente no respeitante à cultura popular, às organizações não-governamentais e à literatura moderna. Posto isso, para aumentar o seu *soft power*, ainda é necessário que a China incentive a criatividade do povo e estimule o potencial invisível na sociedade civil.

Ainda convém lembrar que, nos estudos sobre o *soft power* chinês, Nye aponta repetidas vezes a divergência entre a compreensão chinesa do conceito de “*soft power*” e a sua própria ideia original, sendo que esse poder, no ponto de vista dos autores chineses, baseia-se decisivamente na influência da própria cultura, quando o autor defende a igual importância da estratégia política e diplomática. Dessa forma, Nye salienta alguns defeitos na política interna e externa chinesa que teriam restringido o desenvolvimento do seu *soft power*, e acrescenta que, para além de encarar os próprios defeitos e lançar estratégias contínuas para promover a sua cultura e a imagem internacional, a China precisa ainda de repensar as suas políticas domésticas e no exterior, limitando as reivindicações sobre os seus vizinhos, de aprender a aceitar críticas, a fim de libertar os talentos completos de sua sociedade civil⁴².

⁴¹ *Apud.* Renato Rosaldo, “Of Headhunters and Soldiers”, *Issues in Ethics*, Vol.11, No. 1 (2000).

⁴² Joseph Nye, “The Limits of Chinese Soft Power”, *Project Syndicate*, 10 de julho de 2015.

<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-civil-society-nationalism-soft-power-by-joseph-s-nye-2015-07>

III. Análise do Caso de Angola

1. Enquadramento do Intercâmbio entre a China e Angola

Devido ao facto de a China ter apoiado a UNITA, o principal opositor do atual partido no poder, e à agitação social provocada pela guerra, não obstante as relações diplomáticas estabelecidas em 1983 e os Acordos Comerciais assinados no ano seguinte, o intercâmbio comercial desenvolveu-se lentamente no séc. XX. Embora os dois governos mantivessem visitas de alto nível na década de 90, Angola atraiu poucos empresários chineses nessa altura, por o seu ambiente comercial ser considerado muito arriscado e instável. O ponto de viragem deu-se em 2002, quando terminou a Guerra Civil Angolana que durava há 27 anos. Nesta circunstância, Angola necessitou urgentemente de recursos financeiros para a reconstrução das infraestruturas gravemente destruídas pela guerra, quando encontrou grande dificuldade em pedir empréstimo ao FMI, que exigiu que o governo angolano aumentasse a transparência nas contas governamentais. Considerando o dilema de Angola uma oportunidade de cooperação, o Export-Import Bank of China chegou a acordo com o governo angolano sobre o estabelecimento duma linha de crédito no valor de dois bilhões de dólares americanos, garantida pelo petróleo, sem exigências semelhantes às do FMI¹. Mesmo que tal modo de cooperação tivesse suscitado o descontentamento do FMI e aceso debate na comunidade internacional, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, a atribuição do empréstimo contribuiu para um subsequente aumento da plena cooperação sino-angolana.

A procura de capital e tecnologia por parte de Angola e a demanda chinesa por matérias primas e recursos naturais, bem como a expectativa de internacionalização das empresas chinesas, constituíram os principais motivos que conduziram à intensificação dos laços sino-angolanos na primeira década do séc. XXI. Na atualidade, Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo e o segundo maior

¹ David Hale, "How China's Economic Rise Is Changing Global Commodity Markets", in Michael Hudson, *et al.*, *China in the Next 30 Years* (Beijing: Central Compilation & Translation Press, 2013)

parceiro comercial africano da China, bem como o terceiro principal destino de investimentos chineses em África, assumindo grande relevância nas relações internacionais da China; por sua vez, a China tem liderado a compra da exportação angolana desde 2008, e os empréstimos e investimentos chineses constituem uma importante fonte do capital para a reconstrução de infraestrutura e o desenvolvimento industrial de Angola². Aliás, face à queda da cotação internacional do barril de petróleo bruto e da entrada de divisas em Angola, em 2015, os dois governos começaram a acertar os pormenores de um acordo monetário para a aceitação das respetivas moedas em ambos os países, o que facilitará, em grande medida, as trocas comerciais no futuro³.

Quadro 4. Volumes comerciais China – Angola (2010 – 2015)

| ANO | VOLUME TOTAL | | EXPORTAÇÕES DA CHINA | | IMPORTAÇÕES DA CHINA | |
|------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | valor (bilhões USD) | taxa de crescimento | valor (bilhões USD) | taxa de crescimento | valor (bilhões USD) | taxa de crescimento |
| 2010 | 24,82 | 45,4% | 2,01 | -16,0% | 22,81 | 55,4% |
| 2011 | 27,70 | 11,6% | 2,78 | 39,0% | 24,92 | 9,2% |
| 2012 | 37,57 | 35,6% | 4,04 | 45,1% | 33,53 | 34,6% |
| 2013 | 35,94 | -4,4% | 3,97 | -1,8% | 31,97 | -4,7% |
| 2014 | 37,07 | 3,2% | 5,98 | 50,7% | 31,09 | -2,7% |
| 2015 | 19,70 | -46% | 3,72 | -37,8% | 15,98 | -48,6% |

Fonte: Administração Geral das Alfândegas da RPC, *apud*. Instituto de Cooperação Comercial e Económica Internacional do Ministério do Comércio da China, *et al.*, *Guia de Investimento e Cooperação no Exterior: Angola* (2015): 22.

O avanço das relações comerciais também beneficiou das intensas atividades diplomáticas entre os dois países, como ilustrado no quadro abaixo. Com o término da guerra em Angola, registou-se, a partir de 2002, um aumento progressivo dos

² Rui P. Pereira, “A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e Suas Implicações para Portugal: O Setor da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso”, *Nação e Defesa*, N.º. 128, 5ª Série (2011): 193-194.

³ *Macauhub*, “China e Angola negociam acordo sobre conversão monetária”, 1 de dezembro de 2015. <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/12/01/china-e-angola-negociam-acordo-sobre-conversao-monet-aria/>

encontros bilaterais ao mais alto nível entre os líderes de ambas as partes, implicando a crescente importância concedida às relações sino-angolanas. A frequência do intercâmbio passou a ser mais elevada desde 2010, quando os dois países divulgaram a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parcerias Estratégicas, durante a visita oficial do então vice-presidente Xi Jinping ao país africano, tendo como objetivo não somente fortalecer o intercâmbio existente, mas também alargar a cooperação em domínios mais abrangentes. A última visita presidencial realizou-se em junho de 2015, quando o presidente angolano, sob a pressão da queda do preço do petróleo, se dirigiu a Pequim solicitando uma moratória de pelo menos dois anos no reembolso da dívida à China e a concessão de novas linhas de crédito ou a ampliação das já existentes⁴. No final do mesmo ano, o presidente José Eduardo dos Santos voltou a reunir-se com o seu homólogo chinês, à margem da segunda cimeira do FOCAC que ocorreu em Joanesburgo, abordando questões relevantes para a cooperação bilateral, sobretudo ao nível do desenvolvimento económico. Ao observar o constante intercâmbio diplomático entre a China e os países africanos nas últimas décadas, Howard French, ex-jornalista do New York Times, considerou que tal estratégia chinesa se encontra em contraste gritante com a dos Estados Unidos, país para o qual uma visita presidencial ou mesmo de um Secretário de Estado a África é considerada um acontecimento infrequente⁵.

Quadro 5. Visitas de alto nível entre a China e Angola

| ANO | VIISTA A ANGOLA | VISITA À CHINA |
|------|---|--|
| 1983 | GONG DAFEI Vice-Ministro das Relações Exteriores | |
| 1988 | | JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS Presidente da República de Angola |
| 1989 | QIAN QICHEN Ministro das Relações Exteriores | |

⁴ *Agência Angola Press*, "Angola: Visita do PR à China é destaque político", 13 de junho de 2015. http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/5/24/Angola-Visita-China-destaque-politico,feaab8d2-d8f9-4132-ac89-033893aae56d.html

⁵ Howard W. French, *China's Second Continent: How a Million Migrants Are Building a New Empire in Africa* (New York: Knopf, 2014), 4.

| | | |
|------|---|--|
| 1993 | | FERNANDO FRANÇA VAN-DÚNEM Presidente da Assembleia Nacional |
| 1994 | | VENÂNCIO DA SILVA MORA Ministro das Relações Exteriores |
| 1995 | ZHU RONGJI Vice Primeiro Ministro | |
| 1996 | LI ZHAOXING Vice-Ministro das Relações Exteriores | |
| 1997 | JI PEIDING Ministro Assistente das Relações Exteriores | |
| 1998 | | JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS Presidente da República de Angola |
| | | LOPO DO NASCIMENTO Secretário-Geral do MPLA |
| 2000 | | JOÃO LOURENÇO Secretário-Geral do MPLA |
| | | KUNDI PAYHAMA Ministro da Defesa Nacional |
| 2001 | TANG JIAXUAN Ministro das Relações Exteriores | |
| | LI TIEYING Membro do Bureau Político do Comité Central do PCC | |
| 2002 | WANG WENYUAN Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política da RPC | |
| | YANG WENCHANG Vice-Ministro das Relações Exteriores | |
| 2004 | | ANTÓNIO PITRA NETO Vice-Presidente do MPLA |
| 2005 | ZENG PEIYANG Vice Primeiro-Ministro | ANTÓNIO PITRA NETO Vice-Presidente do MPLA |
| | LYU XINHUA Vice-Ministro das Relações Exteriores | |
| 2006 | WEN JIABAO Primeiro-Ministro | FERNANDO DOS SANTOS Primeiro Ministro |
| 2007 | ZHANG DEJIANG Membro do Bureau Político do Comité Central do PCC | |
| 2008 | HE GUOQIANG Membro do Comité Permanente do Bureau Político do Comité Central do PCC | JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS Presidente da República de Angola |

| | | |
|------|---|--|
| 2009 | CHEN DEMING Ministro do Comércio | |
| 2010 | XI JINPING Vice-Presidente | FERNANDO DOS SANTOS Vice-Presidente |
| 2011 | WANG QISHAN Vice Primeiro-Ministro | CARLOS FEIJÓ Ministro de Estado e da Casa Civil de Angola |
| | WU BANGGUO Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China | |
| 2012 | LIU QI Membro do Bureau Político do Comité Central do PCC | SEBASTIÃO MARTINS Ministro do Interior |
| 2013 | | GEORGES CHIKOTI Ministro das Relações Exteriores |
| 2014 | LI KEQIANG Primeiro-Ministro | |
| | ZHANG MING Vice-Ministro das Relações Exteriores | |
| 2015 | | JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS Presidente da República de Angola |
| | | JOÃO LORENÇO Ministro da Defesa |

Fonte: Quadro elaborado a partir de análise de um vasto conjunto de fontes abertas, com base no estudo feito por Esteves (2008:124).

À medida que a cooperação comercial, económica e política se tem vindo a intensificar nos últimos anos, tem-se observado também um incremento do intercâmbio cultural entre os dois povos resultante do aumento da comunidade chinesa em Angola. De acordo com Xu Ning, o presidente da Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), havia apenas 22 chineses no país em 1999, incluindo os diplomatas⁶. Já em 2014, contavam-se cerca de 260.000 chineses residentes em Angola, maioritariamente trabalhadores de empresas chinesas de construção civil⁷. Mesmo que em 2015 uma grande parte deles tenha “fugido” de Angola devido à crise

⁶ Liu Haifang, “The Untold Story of Chinese Perceptions of Angola”, in Power e Alves ed., *China and Angola: A Marriage of Convenience?* (Oxford: Fahamu Publishing house, 2012), 169.

⁷ *Diário do Povo Online*, “Cria-se uma nova situação na Parceria Estratégica Sino-Angolana”, 8 de junho de 2015. <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0608/c310816-8903670.html>

económica resultante da forte desvalorização do petróleo, estima-se que o número atual desses migrantes chineses seja ainda superior a 100.000⁸. Em Luanda, a capital angolana, o impacto da cultura chinesa manifesta-se em muitos aspetos da sociedade: encontram-se cada vez mais restaurantes chineses que fazem chegar a culinária chinesa ao país africano; alguns angolanos começam a experimentar ou mesmo a estudar a medicina tradicional chinesa; surge nos mercados uma maior diversidade de legumes chineses, e alguns vendedores angolanos, ao atender os clientes asiáticos, usam fluentemente os nomes e os valores em mandarim; e, curiosamente, como frequentemente observado na capital angolana, onde residem uma boa parte dos migrantes chineses, ao invés do hábito da língua portuguesa de usar o tratamento “senhor” ou “senhora”, os dois povos costumam tratar-se por “amigo” ou “amiga”, um tratamento informal muito frequente na língua chinesa.

Em 2008, quando José Eduardo dos Santos efetuou uma visita presidencial à China, os dois governos firmaram um acordo que definiu a cooperação cultural sino-angolana; mais tarde, em 2012 foi assinado o programa de implementação para os anos de 2012 a 2014 no âmbito do acordo sobre cooperação cultural, segundo o qual, nesses 3 anos, estavam previstas diversas atividades culturais entre a China e Angola, designadamente, troca de visitas de delegações culturais a nível governamental, realização de exposição de artistas plásticos ou escritores, formação de quadros qualificados, cooperação em termos de preservação do património cultural, cooperação na indústria editorial e na proteção da propriedade intelectual⁹.

No entanto, é de notar que, em contraste com as frutíferas relações económicas, a comunicação cultural entre as duas nações nem sempre é fácil. A título de exemplo pessoal, de 2011 a 2013, eu trabalhei para a ZTE Corporation, uma empresa chinesa que estabeleceu uma sucursal em Angola desde 2002, responsável pela exploração do mercado angolano e a manutenção das relações com os clientes-chave em Angola.

⁸ *Xinhua News*, “Jianchi jiuyou shouhuo”, 8 de janeiro de 2016.
http://news.xinhuanet.com/fortune/2016-01/08/c_1117714388.htm

⁹ *Embaixada da República Popular da China em Angola*, “Entrevista ao Embaixador da China em Angola, S.E.Sr.Gao Kexiang, pelo Jornal de Cultura”, 21 de janeiro de 2013.
<http://ao.chineseembassy.org/por/sghd/t1006715.htm>

Esta experiência deixou-me uma profunda impressão sobre o “choque cultural” entre as duas civilizações, que também tem sido observado por vários autores e *media* estrangeiros. Por exemplo, em 2011, a BBC produziu um documentário intitulado “*The Chinese Are Coming*”, em que o repórter, Justin Rowlatt, junto com a sua equipa, mergulhou na sociedade africana investigando a influência da presença chinesa e as visões dos africanos em relação aos laços sino-africanos, tendo Angola como o primeiro caso de estudo. Mesmo que a maioria dos entrevistados angolanos tivesse manifestado uma atitude positiva para com a China, Rowlatt apontou que muitos chineses costumavam viver numa comunidade fechada, sem contato com as pessoas locais, nem a vontade de conhecer a língua ou a cultura africana¹⁰, impedindo a sua integração na sociedade local. Essa ideia também foi sublinhada por Howard French, que percorreu quinze países africanos para analisar o impacto sociocultural resultante da cooperação sino-africana. Denominando África como “o segundo continente da China”, o autor estudou o fluxo de migrantes chineses em África e apontou alguns obstáculos para a compreensão mútua e a afirmação da imagem chinesa, sobretudo os preconceitos culturais, o fraco contributo das empresas chinesas para o mercado de emprego africano, e ainda a falta de responsabilidade social de algumas empresas chinesas¹¹.

Tanto a minha própria experiência como as observações dos autores revelam um panorama cultural contrastante com as estatísticas comerciais impressionantes. A fim de melhor analisar a situação atual e as suas causas, entrevistei um angolano, Kid dos Santos Carvalho, e dois chineses, Liu Tianjiao e Xiao Changyin, referidos no primeiro capítulo da dissertação. Combinando os pontos de vista dos entrevistados com alguns dados objetivos, resumem-se a seguir os problemas principais para o intercâmbio cultural e a afirmação do *soft power* chinês em Angola.

Primeiro, tanto a nível governamental como empresarial, a cooperação cultural

¹⁰ Justin Rowlatt, *The Chinese Are Coming: Episódio 1* (BBC TWO), 24 de fevereiro de 2011.

¹¹ Howard W. French, *China's Second Continent: How a Million Migrants Are Building a New Empire in Africa* (New York: Knopf, 2014).

obteve muito menos atenção do que a cooperação económica, em virtude de um relacionamento bilateral baseado principalmente no comércio da energia e no crescimento económico. Embora se tenham registado elevadas taxas de crescimento económico nos últimos anos, os dois países revelam ainda muitas deficiências no que diz respeito ao rendimento per capita e à distribuição equitativa dos recursos sociais, apresentando uma disparidade significativa em relação aos países desenvolvidos. Assim, o benefício económico é o objetivo comum e assume sempre a primazia na cooperação das duas partes, facto pelo qual o intercâmbio cultural é mais considerado como um “acessório” desta parceria pragmática.

Uma das evidências reside nas disposições institucionais da autoridade diplomática chinesa em Angola. Ao fazer uma comparação dos organigramas das Embaixadas Chinesas nos principais países parceiros africanos da China, nomeadamente a África do Sul, a Nigéria, o Zimbabué, a Etiópia e Angola, pode-se notar a ausência da Secção Cultural nesta última¹². Xiao Changying, o secretário da Secção Política da Embaixada Chinesa em Luanda, confirma na entrevista que ainda não foi criada uma Secção Cultural no país, nem foi nomeado um “conselheiro cultural”. Neste momento, todos os assuntos culturais e educacionais, tais como a concessão da bolsa de estudo do governo chinês, a manutenção das relações com os *media* angolanos, a realização das atividades culturais, etc., fazem parte do trabalho da Secção Política, que conta com três funcionários, incluindo o próprio entrevistado. Considerando que esta situação resulta principalmente da “carência de pessoal”, Xiao também admite a prioridade relativamente baixa dada ao domínio cultural no trabalho diplomático neste país. Em contraste, o Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada exerce uma forte influência, tendo cinco funcionários chineses e supervisionando a Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), que conta com 62 empresas-membros. No entanto, Xiao afirma que a cooperação cultural vai assumindo um papel cada vez mais importante na cooperação sino-angolana à medida que o país africano procura ajustar a estrutura económica e diversificar as indústrias

¹² Conforme sites oficiais das embaixadas referidas.

nacionais, pelo que nos anos recentes já se tem visto uma tendência crescente do intercâmbio nas áreas sociocultural e educativa a nível governamental.

Na perspectiva das empresas, o benefício económico é obviamente a preocupação principal. No entanto, a lacuna no domínio cultural constitui uma barreira considerável à adaptação ao mercado e ao aprofundamento do desenvolvimento. Liu Tianjiao, a entrevistada que trabalhou em Angola de 2011 a 2014 como Gerente de Relações Públicas da Huawei Technologies, afirma que a empresa tem enfrentado certos desafios em relação à colaboração entre os colegas angolanos e chineses. Por exemplo, os colegas angolanos dão muita importância à vida pessoal, e, portanto, não gostam de trabalhar horas extras, o que parece estranho nesta empresa conhecida pela agressiva cultura corporativa. Neste caso, alguns colegas chineses queixam-se de que os angolanos são “preguiçosos” e “ineficientes”, ao passo que os colegas angolanos consideram que os chineses são “gananciosos” e não respeitam o seu espaço privado. Mantendo uma posição neutra, Liu atribui tal facto à diferença cultural, uma vez que os angolanos mantêm uma separação nítida entre o espaço privado e o espaço de trabalho e consideram mais importante reunir-se com a família aos fins-de-semana, enquanto os chineses, sobretudo os homens, seguindo o provérbio tradicional chinês “primeiro comes o amargo, depois sentes o doce”, tomam o sucesso profissional como uma meta mais elevada.

Conforme Ruth Benedict apontou, a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, sendo que, pela diversidade de “lentes”, os homens têm visões desencontradas das coisas¹³. Alguns elementos na cultura africana são muito “exóticos” do ponto de vista da cultura chinesa. Por exemplo, quando eu trabalhava em Angola, alguns colegas chineses mostravam grande relutância em provar o funge, o acompanhamento culinário típico de Angola, pois “parecia primitivo e sujo”. Havia também chineses que, cansados da música muito alta das festas aos fins-de-semana, questionavam “porque é que os angolanos preferiam dançar toda a noite em vez de trabalhar, mesmo quando as suas famílias ainda estavam a passar fome?” Tais

¹³ Ruth Benedict, *The Chrysanthemum and the Sword. Patterns of Japanese Culture*, reprinted edition (Boston: Mariner Books, 1989).

preconceitos culturais dificultam a adaptação dos chineses à sociedade angolana, mas pior ainda é que, a fim de evitar qualquer risco de segurança, algumas empresas chinesas, sobretudo as construtoras, que têm um grande número de trabalhadores braçais chineses, chegam a estabelecer regras para controlar a saída dos seus funcionários das instalações ou a restringir as suas interações com as pessoas locais, um fenómeno também observado por Gegenheimer no seu estudo do caso de Tanzânia¹⁴.

O segundo facto mais relevante que dificulta o intercâmbio cultural e o entendimento mútuo é a língua. Devido ao contexto histórico e político, o ensino das línguas estrangeiras na China foi negligenciado durante décadas, particularmente durante a Revolução Cultural, que ocorreu de 1966 a 1976¹⁵. Como resultado, quando as empresas começaram a responder ao apelo “*go out*” do governo chinês a partir da década de 90, os empresários encontraram grande dificuldade de comunicação e, assim sendo, os profissionais com bom domínio das línguas estrangeiras tornaram-se bastante procurados. Porém, a situação era ainda mais difícil em Angola, uma vez que, diferentemente do caso da maioria dos países africanos, cujas línguas oficiais são o inglês ou francês, as línguas mais faladas e ensinadas mundialmente, em Angola fala-se o português, uma língua muito pouco conhecida na China até recentemente.

Antes de 2000, apenas 4 universidades na China tinham cursos de língua portuguesa, havendo menos de cem licenciados por ano nesta matéria. Curiosamente, embora Macau tenha sido um laço entre a China e Portugal, a implantação no que diz respeito à língua portuguesa é fraca, com 2,44% da população a saber falar português e apenas 0,75% a usar o português na vida quotidiana em 2011¹⁶. Assim sendo, no início do séc. XXI, quando a cooperação económica deu um salto com a abertura da primeira linha de crédito da China a Angola, muitos empresários chineses começaram

¹⁴ Anneliese I. Gegenheimer, “China’s African Policy and Its Application in Tanzania”, in Ivo Carneiro Sousa *et al.* ed., *China-Africa: Emerging Relations* (Macau: Saint Joseph Academic Press, 2011), 280.

¹⁵ Hu Wenzhong, “The Strengths and Weaknesses of China’s Foreign Language Education in the Past 60 Years”, *Foreign Language Teaching and Research (bimonthly)*, vol.41, no.3 (2009): 64.

¹⁶ Yang Linhuan, “A Contrastive Analysis of Competitiveness Between English and Portuguese in Macau”, *Journal of Xiamen University of Technology*, vol. 20 no.2 (2012): 37.

a perceber o potencial deste território e a estabelecer-se no mercado angolano, quando foram confrontados com uma grave escassez de funcionários chineses que falassem português.

Desde aproximadamente 2007, respondendo à intensificação da cooperação entre a China e os países lusófonos, regista-se a rápida multiplicação de cursos de português na China, tendo o número das universidades a formar profissionais de língua portuguesa aumentado para os 26 em 2015¹⁷. Além disso, têm surgido também várias instituições de formação da língua portuguesa que visam aumentar a competitividade dos trabalhadores unilingues. Não obstante, os entrevistados ainda salientam a escassez de pessoal qualificado, explicando que, por um lado, o português não é uma língua de fácil aprendizagem para os chineses, sendo bastante complicado dominá-la apenas com formação a tempo parcial; e, por outro lado, muitos jovens que se licenciam nas universidades e que possuem bom domínio da língua portuguesa mostram sempre grande relutância em trabalhar em Angola por causa da deficiência de infraestruturas e do problema da insegurança, apesar da promessa de um salário bastante elevado.

O entrevistado angolano, Kid dos Santos Carvalho, que trabalha na empresa estatal de petróleo de Angola, Sonangol E.P., também sublinha a barreira da língua. O trabalho de Kid Carvalho envolve alguns contactos com as empresas chinesas, durante os quais, na maioria dos casos, a comunicação é feita em inglês. Apesar de considerar que o uso da língua inglesa não traz problemas para o entendimento no trabalho, ele reconhece que o domínio da língua dos angolanos seria “um modo de mostrar apreço e respeito pelos parceiros”. Acreditando que a ampla cooperação sino-angolana poderia criar mais empregos para pessoas multilíngues, Carvalho defende o estabelecimento de instituições que ensinem o mandarim em Angola e a inclusão dessa língua no ensino secundário, o que também foi defendido pelo embaixador angolano na China, Garcia Bires, em 2014¹⁸. Com a expansão dos

¹⁷ Liu Gang, “Português Língua Estrangeira na China em Números”, *Portu-Nês*, N^o1, edição especial (2016): 4-5.

¹⁸ *Agência Angola Press*, “Diplomata defende inclusão de Mandarim no ensino”, 8 de maio de 2014. http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2014/4/19/Diplomata-defende-inclusao-

projetos de intercâmbio no ensino superior e o aumento das bolsas, os alunos angolanos de intercâmbio para a China poderiam estabelecer uma ponte para ultrapassar a barreira da língua. A inauguração do primeiro Instituto Confúcio na Universidade Agostinho Neto de Angola, em 2015, vem fornecer uma nova alternativa para lidar com os obstáculos linguísticos no futuro.

Outro facto muito prevaiente é o de que os chineses costumam integrar uma comunidade geralmente fechada, em vez de penetrar na sociedade local. Ao analisar o impacto sociocultural das relações sino-angolanas, Dilma Esteves considera os chineses como “um povo tendencialmente fechado, de cultura rígida”¹⁹. Esta característica também é revelada no documentário “*The Chinese Are Coming*” transmitido pela BBC, quando o repórter Rowlatt pergunta a um trabalhador chinês se ele já provou comida africana. O homem, que faz parte da tripulação de uma barçaça operando em Angola há 18 meses, sacode a cabeça indiferentemente. Tal fenómeno é mais evidente entre os trabalhadores chineses pouco qualificados, sobretudo no sector de construção civil. Entre as dezenas de milhares de trabalhadores braçais, não é nada invulgar encontrar alguém que, após vários anos de trabalho em Angola, nunca tenha experimentado a comida local, nem tenha assistido a programas de TV angolanos ou mantido algum contato significativo com as pessoas locais e que fale não mais do que algumas palavras portuguesas simples.

O fechamento da comunidade chinesa resulta de vários fatores objetivos. Primeiro, a barreira da língua e a diferença cultural trazem muitas dificuldades para a vida quotidiana dos chineses, impedindo não somente a comunicação com os angolanos, mas também a compressão da cultura local, facto pelo qual os trabalhadores chineses, maioritariamente monolingués, formam a sua própria comunidade que partilha língua e cultura comuns. Segundo, as condições precárias de segurança e dos cuidados de saúde criam um sentimento de insegurança entre os

Mandarim-ensino,ed261d7a-3ba4-4b8d-a3f3-e4110db7099b.html

¹⁹ Dilma Esteves, *Relações de Cooperação China-África: o Caso de Angola*, (Coimbra: Edições Almedina 2008), 167.

chineses, enquanto a comunidade fechada lhes fornece um “abrigo” e uma plataforma para a divulgação de informações. Terceiro, a ideologia tradicional asiática tem uma natureza coletiva, sendo que, como observado por Richard E. Nisbett na sua obra intitulada *The Geography of Thought*, a vida social chinesa é interdependente, e a harmonia, em vez da liberdade, é considerada como a “palavra de ordem”²⁰, ao contrário da sociedade ocidental, que dá muita importância à independência ou ao individualismo.

Assim sendo, muitas empresas chinesas, particularmente as grandes empresas de construção, estabelecem no próprio terreno instalações para o pessoal chinês, equipadas com cozinheiros chineses, televisão com programas chineses e lojas que vendem mercadorias chinesas. Vivendo neste pequeno “mundo chinês”, o pessoal mantém pouco relacionamento com a sociedade angolana, e não demonstra o interesse de conhecer a cultura angolana. Tal hábito não apenas impede o intercâmbio cultural, mas também resulta, em alguma medida, na alta proporção de empregados chineses nas empresas chinesas contratadas em Angola, suscitando interrogações sobre o contributo dessas empresas chinesas para o mercado de emprego angolano. Reconhecendo que a barreira da língua e as diferenças da cultura empresarial constituem os principais obstáculos objetivos para o envolvimento das empresas chinesas na sociedade angolana, o Conselheiro Político da Embaixada Chinesa em Angola, Li Chong, afirma que o governo chinês tem promovido a localização das empresas e irá concentrar ainda mais esforços neste sentido, apesar de “necessitar de mais tempo para se aperfeiçoar”²¹.

Mesmo que, tal como aponta Chris Alden, com a intensificação e a diversificação do intercâmbio sino-africano, as relações bilaterais sejam determinadas de forma crescente pelas experiências dos dois povos, em vez de pelas declarações governamentais ou pelas negociações entre as elites²², a fraca interação social entre os

²⁰ Richard E. Nisbett, *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently...and Why* (New York: Free Press, 2003), 19.

²¹ *Embaixada da República Popular da China em Angola*, “Zhu Angela shiguan linshi daiban Li Chong jieshou An guojia dianshitai zhuanfang”, 26 de junho de 2015.

<http://ao.chineseembassy.org/chn/sghd/t1276487.htm>

²² Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007), 6.

migrantes chineses e os povos locais tem sido observada em muitos países africanos para além de Angola. Por exemplo, num estudo sobre a presença chinesa na Tanzânia, cujas relações diplomáticas com a China remonta já ao início da década de 60, a autora sublinha que, crescendo continuamente o tamanho da comunidade chinesa, os dois povos não socializam no entanto muito por causa da “*tight-knit community*” estabelecida entre os chineses, e sugere que tanto as empresas como o governo chinês se empenhem em incentivar a integração dos dois povos, a fim de manter uma relação amigável e sustentável.²³

Se os três fatores acima referidos impedem a construção do *soft power* chinês em Angola, já outro prejudica severamente a imagem da China. Devido à imaturidade do mercado e à escassez de materiais, particularmente no período logo após o término da Guerra Civil Angolana, alguns dos primeiros “garimpeiros de ouro” chineses resolveram acumular grande riqueza, aproveitando a falta de supervisão do mercado. Com efeito, a corrupção, a migração ilegal e a má qualidade das mercadorias “*made in China*” constituem as principais acusações contra as empresas chinesas em Angola.

Apesar de adotar uma atitude positiva sobre a presença chinesa, Kid Carvalho também revela a sua preocupação com o impacto negativo que algumas empresas chinesas exercem, afirmando que as notícias negativas, embora sejam casos individuais, podem influenciar facilmente a opinião dos angolanos que não conhecem bem a China e entravar as relações bilaterais. Por exemplo, registam-se casos de alguns empresários que, a fim de economizar dinheiro e evitar os procedimentos rigorosos, levam trabalhadores chineses para Angola com vistos de negócios de curta duração, que não permitem, juridicamente, aos detentores o trabalho permanente no país. Quando os vistos expiram, estas pessoas residem em Angola sem nenhuma documentação legal, deixando os seus próprios interesses e direitos sem proteção e perturbando a ordem do mercado de emprego. É de notar que o número significativo de imigrantes ilegais ainda constitui um solo fértil para a corrupção dos polícias e

²³ Anneliese Gegenheimer, “China’s African Policy and Its Application in Tanzania”, in Ivo Carneiro Sousa *et al.* ed., *China-Africa: Emerging Relations* (Macau: Saint Joseph Academic Press, 2011), 281.

funcionários de imigração, sendo uma experiência comum para os chineses serem parados na rua por um polícia que inspeciona o passaporte e, tenham o visto apropriado ou não, que lhes pede uma “gasosa”.

Preocupando-se com este problema, o Serviço de Migrantes e Estrangeiros realizou uma operação de fiscalização em grande escala em Luanda, em dezembro de 2014, levando à detenção de 884 estrangeiros ilegais, entre os quais 300 chineses, o que motivou mesmo a Embaixada da China em Angola a interferir junto das autoridades angolanas²⁴. Curiosamente, neste caso, os *media* angolanos afirmaram que os 300 chineses eram “estrangeiros ilegais”, quando o governo chinês denunciou a “detenção indiscriminada dos cidadãos chineses” pela polícia angolana²⁵. Embora as duas partes mantivessem opiniões díspares relativamente à realidade, é certo que este assunto teve um impacto negativo sobre as relações diplomáticas e o *soft power* chinês em Angola.

Em suma, baseada na íntima cooperação económica sino-angolana, a China tem espalhado a sua cultura e influência em Angola nos últimos anos, porém, comparado com as intensas relações comerciais, o intercâmbio cultural ainda é deficiente. Os fatores acima referidos, que dificultam a afirmação do *soft power* chinês em Angola, merece mais atenção tanto a nível oficial como na sociedade civil.

2. Inquérito sobre a Atitude Face à China e à Cultura Chinesa em Angola

2.1 Referências e Inspirações

As entrevistas constituem um enquadramento geral relativo ao intercâmbio cultural entre as duas nações, no entanto, a fim de ter uma visão abrangente sobre a construção do *soft power* chinês em Angola, vale também ouvir as opiniões do

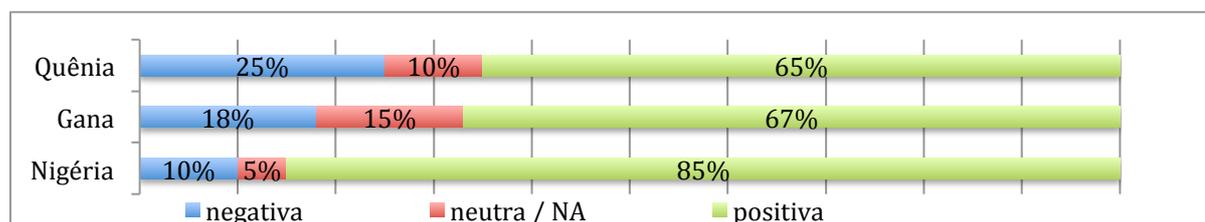
²⁴ Rede Angola, “Mais de meio milhão de imigrantes ilegais no país”, 6 de janeiro de 2015. <http://www.redeangola.info/mais-de-meio-milhao-de-imigrantes-ilegais-no-pais/>

²⁵ *BBC China*, “Rengyou 30 duo ming Zhongguo gongmin zai Angala bei jiya”, 21 de dezembro de 2014. http://www.bbc.com/zhongwen/simp/china/2014/12/141221_chinese_workers_angola

público angolano em relação à presença chinesa no seu país e as suas atitudes perante a cultura chinesa. Nos últimos anos registaram-se vários inquéritos de grande escala conduzidos por organizações ou *media* que visavam avaliar as atitudes internacionais em relação a certos países, o que deu um panorama sobre a imagem internacional da China, no qual as atitudes dos inquiridos africanos assumem mais relevância para o presente estudo.

Desde 2005, o BBC World Service lança anualmente um inquérito conhecido como o “*Countries Rating Poll*”, realizado pela consultoria GlobeScan. Conforme o último relatório em 2014, embora os dados nos últimos dez anos indicassem que a China tinha sofrido a maior queda da imagem entre os 17 países avaliados, com 42% dos inquiridos adotando uma atitude positiva e classificando-se no 8º lugar em 2014, ressalta a grande popularidade da China entre os 3 países africanos investigados, o Quênia, o Gana e a Nigéria, onde os inquiridos apresentaram as altas taxas de atitudes positivas de, respetivamente, 85%, 67% e 65%²⁶.

Quadro 6. Atitude sobre a China nos países africanos (GlobeScan)



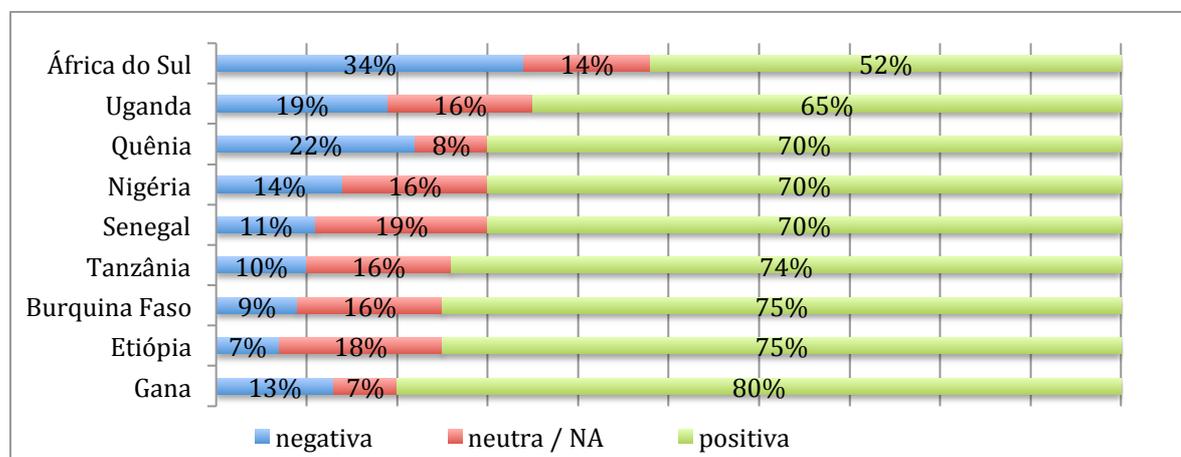
Fonte: GlobeScan, *Countries Rating Poll 2014*.

A boa imagem chinesa nos países africanos foi sublinhada também no último “*Global Attitudes Survey 2015*” conduzido pelo Pew Research Center. Envolvendo 45.435 inquiridos de 40 países, o inquérito apresentou pequenas divergências do resultado da pesquisa da BBC e revelou que a China obtém avaliações geralmente positivas, com 55% dos inquiridos a emitir um parecer favorável relativo a esta. É de notar que os maiores elogios também vieram de África, sendo que, nos 9 países africanos envolvidos, uma média de mais de 70% dos inquiridos partilharam uma

²⁶ GlobeScan, “Negative Views of Russia on the Rise: Global Poll”, *BBC World Service* (2014), 15.

visão positiva²⁷, entre os quais os inquiridos do Gana revelaram uma taxa mais alta de 80%.

Quadro 7. Atitude sobre a China nos países africanos (Pew Research Center)



Fonte: Pew Research Center, *Spring 2015 Global Attitudes Survey*.

Ambos os inquéritos referidos relevaram a alta taxa de reconhecimento da China nos países africanos, como resultado dos fortes laços económicos e da política diplomática favorável adotada pelo governo chinês. Porém, os dois incidem na avaliação geral da imagem de cada país e na comparação horizontal entre estes, sem que haja análise aprofundada dos fatores que influenciam a imagem dos países, ou seja, os elementos relevantes do seu *soft power*. A este respeito, o inquérito realizado nos EUA por Guan Shijie em 2011²⁸, não obstante os dados relativamente antigos, fornece mais informação detalhada sobre o *soft power* chinês e constitui uma referência para o questionário do estudo do caso de Angola.

Tendo como objetivo estudar a situação do *soft power* chinês nos Estados Unidos, o inquérito desenvolveu-se em torno de quatro eixos, que são, respetivamente, o regime político, a política diplomática, a cultura e a imagem global da China, avaliados com base em 1175 questionários válidos. Entre estes quatro domínios, Guan deu maior importância ao âmbito cultural, apresentando as quatro perguntas

²⁷ Richar Wike *et al.*, "Global Publics Back U.S. on Fighting ISIS, but Are Critical of Post-9/11 Torture", *Pew Research Center* (2015), 28.

²⁸ Guan Shijie, "Zhongguo wenhua Ruanshili: zai Meiguo de xianzhuang yu sikao", *Social Sciences Abroad*, no.5 (2012).

seguintes:

1. Quais são os elementos culturais mais atraentes?
2. Qual são os valores essenciais mais atraentes?
3. Quais são os meios mais eficazes para a divulgação da cultura chinesa?
4. Como é a consciência e atitude geral relativa à cultura chinesa?

Quanto à imagem global da China, o autor analisa os seguintes três pontos relevantes:

1. A opinião em relação aos chineses.
2. A imagem da China em comparação com a de outros países (Rússia, Japão, Alemanha, Índia).
3. O contributo da cultura para a construção da imagem da China.

O resultado da pesquisa confirmou o contributo significativo da cultura para a construção do *soft power* chinês, sendo que 55,8% dos inquiridos consideraram a “riqueza cultural” o principal motivo pelo qual gostam da China. Entre os elementos culturais, a culinária (64,94%), a história (42,98%) e as artes marciais chinesas (32,9%) foram consideradas mais atraentes, enquanto os *media* norte-americanos (84,26%), os imigrantes (32,60%) e os restaurantes chineses (30,81%) desempenharam um papel fulcral na divulgação da cultura chinesa nos Estados Unidos. Quanto à impressão relativa aos chineses, as três características com pontuações mais altas foram “eficiente” (média 4,21/5), “educado” (média 4,13/5) e “enérgico” (média 4,07/5). Além disso, na comparação entre as culturas dos cinco países, nomeadamente a Rússia, o Japão, a Alemanha, a Índia e a China, 56,9% dos inquiridos (excluindo os descendentes chineses) afirmaram gostar mais da cultura chinesa, caracterizando-a como a mais atraente entre as cinco culturas listadas, pelo que o autor previu um aumento potencial do *soft power* chinês no país aproveitando a promoção cultural²⁹.

²⁹ *Ibid.*

2.2 Desenho do Conteúdo do Questionário

As pesquisas acima referidas constituem uma referência importante para o estudo do *soft power* chinês no cenário internacional, no entanto, não incluem nenhuma estatística relativa a Angola. A este propósito, realizei um inquérito anónimo junto dos angolanos para analisar especificamente a sua postura sobre a China e os seus conhecimentos relativos à cultura chinesa, como um complemento essencial ao estudo do *soft power* chinês neste país.

O questionário consistia em onze questões que se dividiam nos seguintes três aspetos:

1. Enquadramento pessoal do inquirido:
 - i. faixa etária (19-29, 30-39, 40-49, superior a 50)
 - ii. qualificação académica (ensino secundário ou inferior, licenciado, mestrado).

O “*Global Attitudes Survey*” levado a cabo pelo Pew Research Center em 2015 revela que a taxa de opiniões positiva sobre a China encontra-se inversamente correlacionada com a idade dos inquiridos, uma vez que, em 18 dos 19 países investigados, pessoas com a idade entre os 18 e os 29 anos mostram uma posição mais favorável à China do que os inquiridos nas faixas etárias mais elevadas³⁰, o que pode resultar da crescente participação chinesa no cenário económico e político internacional e das diversas abordagens adotadas para a construção da imagem do país nos últimos anos. Levando em consideração a curta história das intensas relações sino-angolanas, pode partir-se do princípio de que a atitude relativa à China também será mais positiva junto dos jovens angolanos. Aliás, a divisão segundo o nível de qualificação académica resulta da inspiração do entrevistado Kid Carvalho, cuja experiência indica que, curiosamente, as pessoas com os níveis mais elevados de educação adotam uma atitude geralmente mais positiva sobre a China do que os outros grupos.

³⁰ Richar Wike *et al.*, “Global Publics Back U.S. on Fighting ISIS, but Are Critical of Post-9/11 Torture”, *Pew Research Center* (2015), 28

2. Opinião global em relação à imagem da China:

- i. atitude geral sobre o país (positiva, neutra, negativa);
- ii. impressão relativa aos chineses (escolher três entre dez termos apresentados, ou, se aplicável, adicionar outros);
- iii. avaliação do atual relacionamento bilateral (bom, neutro, mau);
- iv. consideração sobre a cooperação sino-angolana (mutuamente vantajosa, beneficia mais os chineses do que os angolanos, prejudica os interesses angolanos quando beneficia somente os chineses);
- v. postura relativa à teoria da “ameaça chinesa” (a favor, neutra, contra).

Conforme os inquéritos conduzidos respetivamente pelo BBC World Service e pelo Pew Research Center, o povo africano tem mantido uma atitude consideravelmente favorável perante a China³¹, o que leva a supor que Angola, sendo o segundo maior parceiro africano da China, poderá partilhar esta visão. Considerando a grande dimensão da comunidade chinesa em Angola, a opinião geral sobre os migrantes chineses por parte dos angolanos também deverá afetar o *soft power* chinês. Para além disso, convém ainda conhecer os seus comentários sobre a teoria da “ameaça chinesa”, motivo importante pelo qual o governo chinês tem investido fortemente na afirmação da imagem do país a nível internacional.

3. Apreciação da cultura chinesa:

- i. percepção sobre a cultura chinesa (interessante, neutra, desagradável);
- ii. elementos culturais mais atraentes (escolher entre onze termos apresentados, ou, se aplicável, adicionar os outros);
- iii. fontes principais do conhecimento da cultura chinesa (escolher entre nove termos apresentados, ou, se aplicável, adicionar outros);
- iv. barreiras principais para a compreensão mútua (escolher três entre sete termos apresentados, ou, se aplicável, adicionar outros)

As questões visam avaliar a imagem da China e a sua influência cultural na

³¹ *Ibid.*

perspetiva dos angolanos. Com inspiração na pesquisa de Guan, apresentam-se igualmente questões de escolha múltipla sobre os elementos culturais mais interessados e os canais principais de conhecimento da cultura chinesa por parte dos inquiridos angolanos, o que não somente fornecerá uma perspetiva aprofundada sobre a divulgação da cultura chinesa, mas também proporcionará uma referência para as futuras abordagens no sentido de promover a divulgação cultural da China em Angola. Quanto às barreiras no intercâmbio cultural introduzidas na última questão, será pedido aos inquiridos que selecionassem três principais obstáculos dos vários fatores apresentados, para complementar a visão a partir de um ângulo diferente. Como referido no primeiro capítulo, a cultura é amplamente considerada pelos políticos e estudiosos chineses como o núcleo do seu *soft power*, facto pelo qual a avaliação da influência cultural em Angola apresentaria um panorama do *soft power* chinês neste país.

2.3 Análise dos Resultados do Inquérito

Realizado de 18 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016, o inquérito contou com 127 questionários no total, entre os quais 97 foram realizados pela internet³² e 30 foram impressos e distribuídos aleatoriamente por 4 voluntários em Luanda, Angola. Tendo em conta que 2 questionários recolhidos online foram considerados inválidos devido à inconsistência nas respostas e ao não cumprimento dos requisitos estabelecidos nas perguntas (um inquirido selecionou todas as opções das perguntas 9, 10 e 11, dando respostas contraditórias; e o outro escolheu sempre a opção “A” de cada pergunta, mesmo nas questões de escolha múltipla), a análise dos dados baseou-se nos restantes 125 inquéritos válidos. Os resultados obtidos no inquérito foram os seguintes:

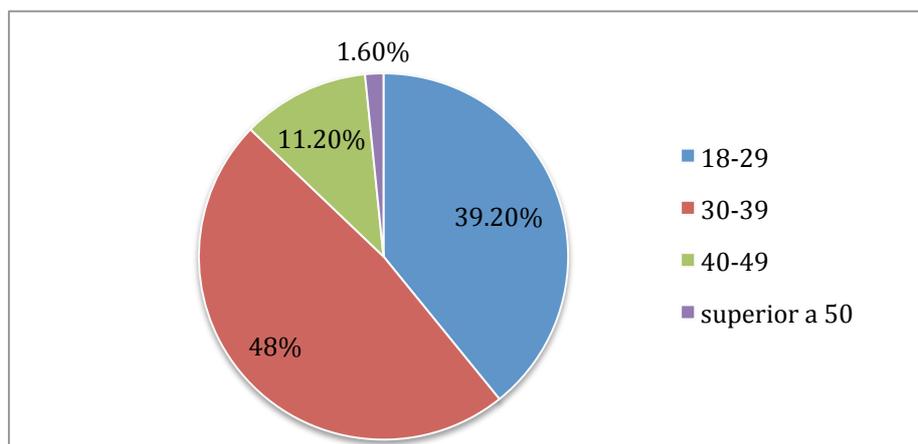
1. Enquadramento pessoal do inquirido.

Os inquiridos encontram-se principalmente na faixa etária dos 30 aos 39 anos, sendo a distribuição por idade ilustrada no gráfico seguinte. Combinando com as respostas das questões seguintes, 69,39% dos inquiridos com idade entre os 18 aos 29

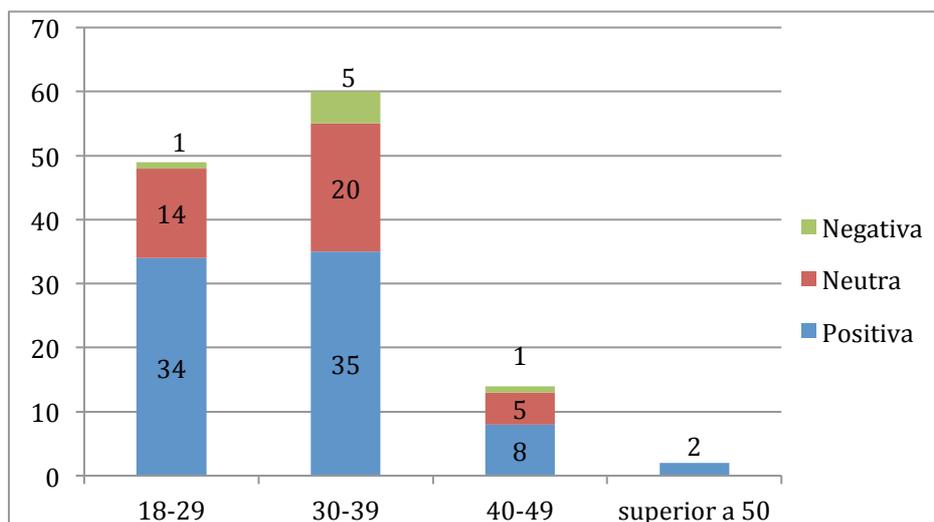
³² Questionário online. <http://www.surveio.com/survey/d/C9A9Y5K2D5Y9F9R6F>

anos apresentam uma atitude favorável à China, uma proporção ligeiramente maior do que a dos outros grupos etários (exceto no grupo com idade superior a 50 anos que consiste em apenas dois inquiridos e que é considerado, portanto, pouco representativo), o que corresponde ao resultado dos inquéritos feitos pelo Pew Research Centre e pelo GlobeScan.

Quadro 8. Faixa etária dos inquiridos



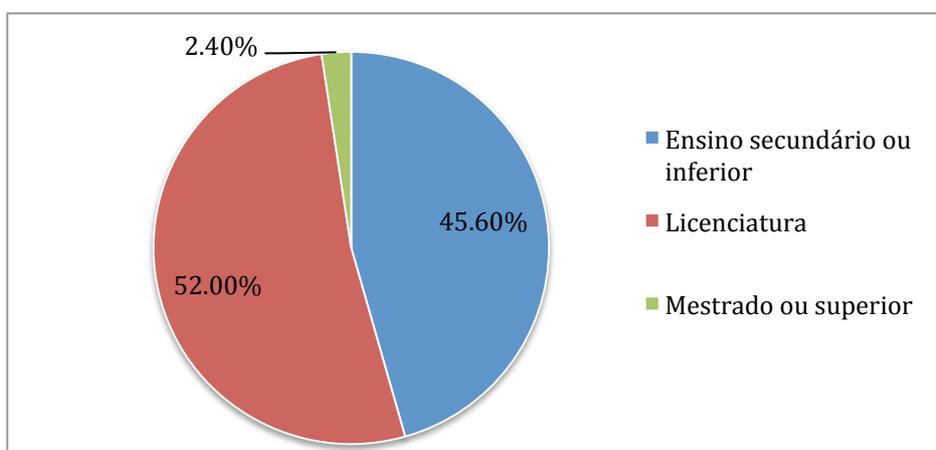
Quadro 9. Atitude geral sobre a China dos inquiridos por faixa etária



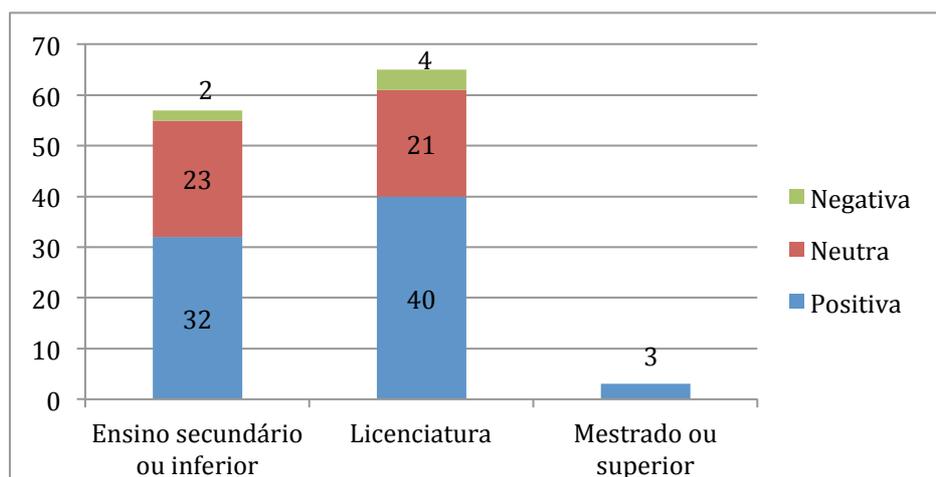
52% dos inquiridos têm o grau académico de licenciatura, 45,6% frequentam o ensino secundário ou inferior, enquanto apenas 2,4% possuem diploma de mestrado ou superior. Quanto às relações entre o nível académico do inquirido e a sua atitude perante a China, curiosamente, o resultado está em conformidade com a opinião de Kid Carvalho: entre os 68 inquiridos com diplomas universitários (licenciatura e

mestrado), 63.24% avaliam positivamente a China, enquanto 56,14% dos inquiridos com níveis educacionais mais baixos partilham a mesma visão. No entanto, não convém já concluir que a educação escolar contribui para a formação de uma opinião a favor da China, uma vez que, por um lado, o pequeno tamanho da amostra é insuficiente para explicar a ligeira divergência de opiniões dos dois grupos, por outro lado, pessoas com distintos níveis académicos podem ter, em geral, diferentes posições sociais, profissionais e económicas, o que pode também influenciar a sua opinião relativamente ao país.

Quadro 10. Nível académico dos inquiridos



Quadro 11. Atitude geral sobre a China dos inquiridos por nível académico

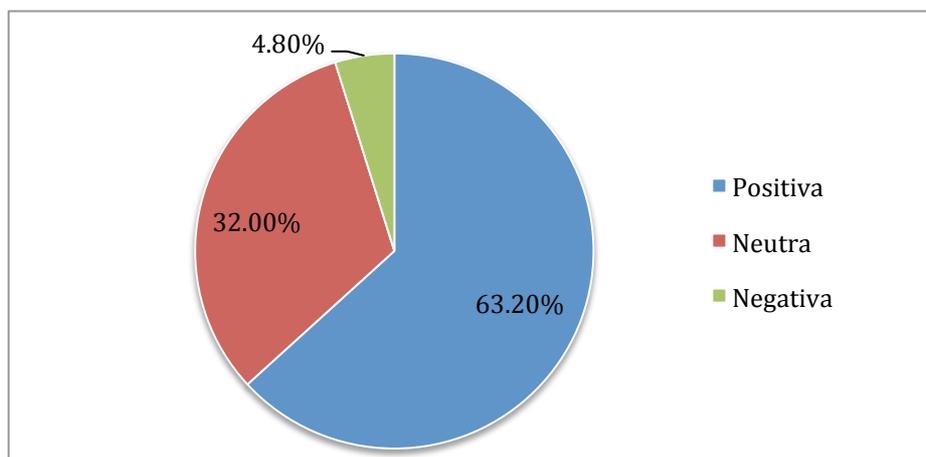


2. Opinião global em relação à imagem da China.

Com base nos dados recolhidos, a atitude relativa à China encontra-se

geralmente em consonância com a dos outros povos africanos inquiridos pelo Pew Research Centre³³, sendo que 63,2% dos inquiridos afirmam ter uma imagem positiva e 32% neutra, quando apenas 4,8% confirmam uma atitude negativa.

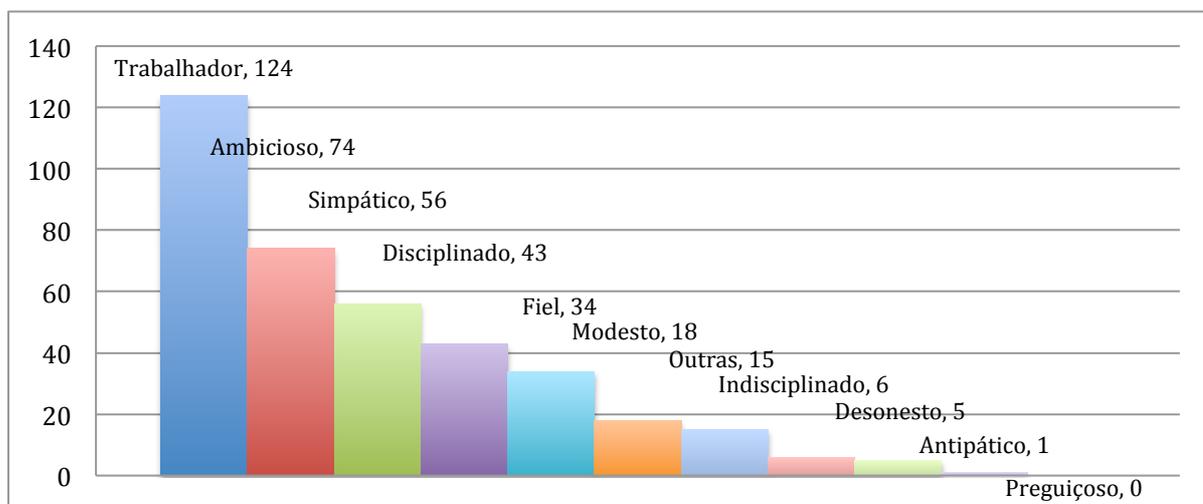
Quadro 12. Atitude geral sobre a China



Quanto à impressão relativa aos chineses, o resultado também é geralmente positivo. A característica mais marcante dos chineses do ponto de vista dos angolanos é a capacidade de trabalho, a opção “trabalhador” registrando 99,2% dos votos totais. É de notar que, mesmo que a modéstia seja uma virtude importante legada pela ideologia tradicional chinesa, os angolanos ficam mais impressionados com a ambição profissional dos chineses, tendo 59,2% dos inquiridos considerado os chineses “ambiciosos”. Segue-se a avaliação como “simpático”, que obtém 44,8% dos votos. Curiosamente, embora os termos mais selecionados pelos inquiridos sejam geralmente positivos, algumas descrições adicionadas pelos inquiridos refletem uma certa opinião negativa sobre os chineses, como por exemplo, “pouco higiénico”, “astuto”, “impaciente” e “arrogante”.

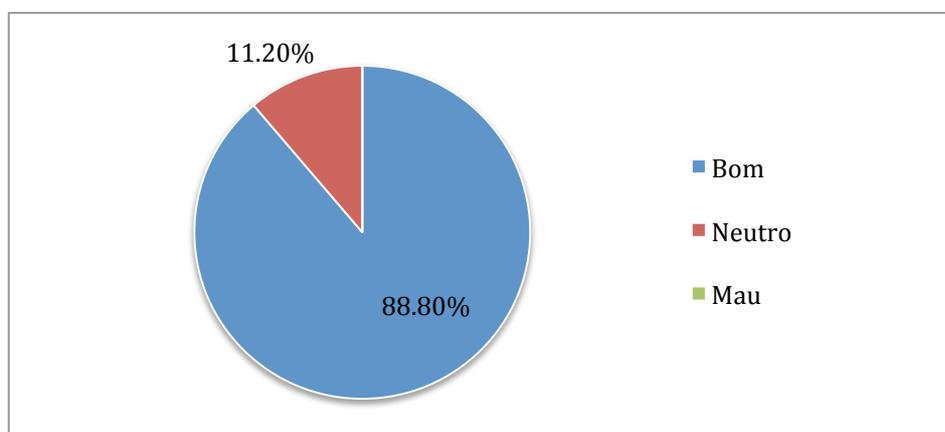
³³ Richar Wike *et al.*, “Global Publics Back U.S. on Fighting ISIS, but Are Critical of Post-9/11 Torture”, *Pew Research Center* (2015), 28

Quadro 13. Impressões gerais sobre os chineses

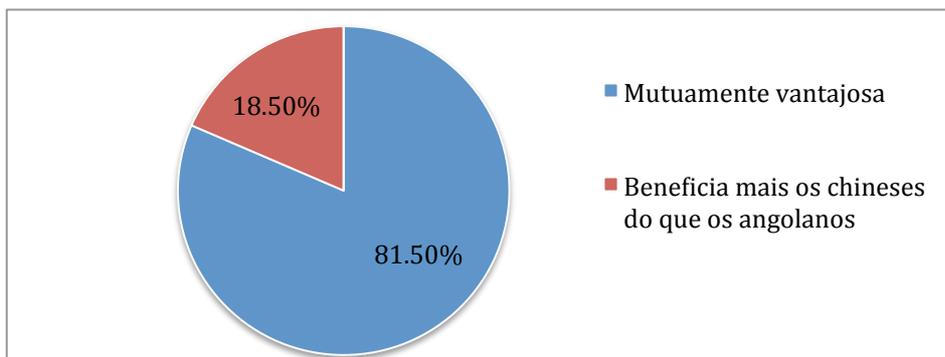


88,8% dos inquiridos avaliam o relacionamento bilateral como “bom” e 11,2% consideram “neutro”, enquanto ninguém escolhe o “mau”. Da mesma forma, também não se encontra ninguém a considerar que a presença chinesa no desenvolvimento de Angola “prejudica os interesses angolanos quando beneficia os chineses”. No entanto, ainda que o governo chinês tenha enfatizado a igualdade e o benefício mútuo da cooperação sino-angolana, regista-se 18,5% dos inquiridos que julgam que tal facto, efetivamente, “beneficia mais os chineses do que os angolanos”. Aliás, em relação à teoria da “ameaça chinesa”, apenas quatro dos inquiridos acreditam que a China causará uma ameaça à paz mundial, quando 36,8% adotam uma atitude neutra e 60% negam que a China seja ameaçadora.

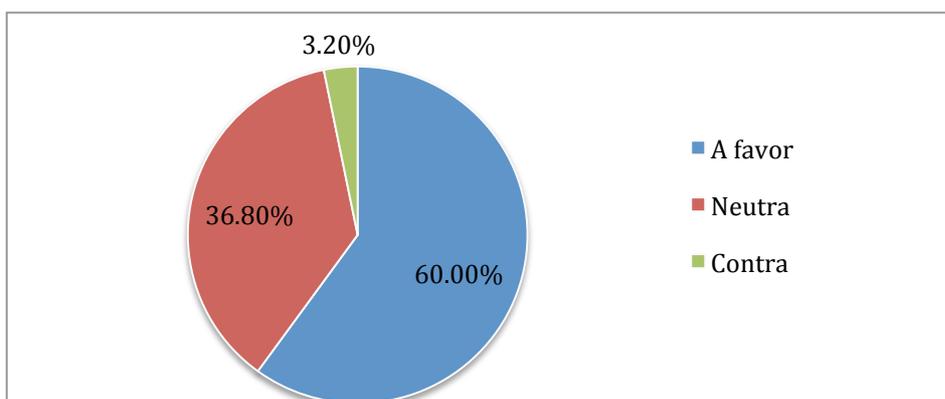
Quadro 14. Avaliação do relacionamento bilateral atual



Quadro 15. Avaliação da presença chinesa no desenvolvimento de Angola



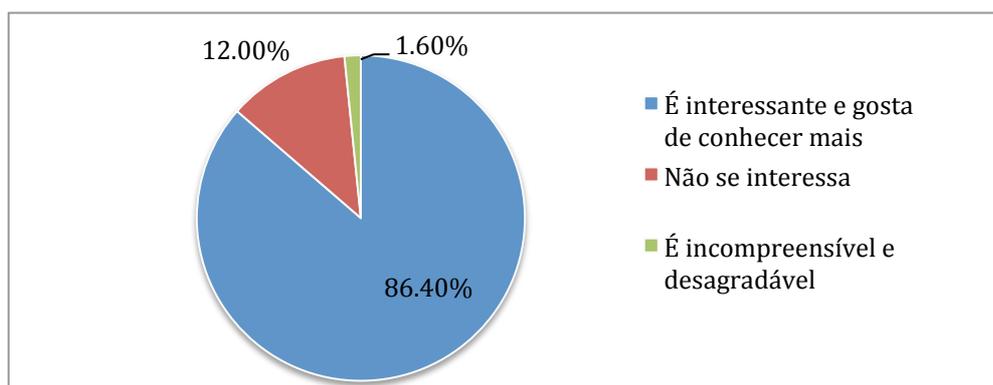
Quadro 16. Opiniões sobre a “ameaça chinesa”



3. Apreciação da cultura chinesa.

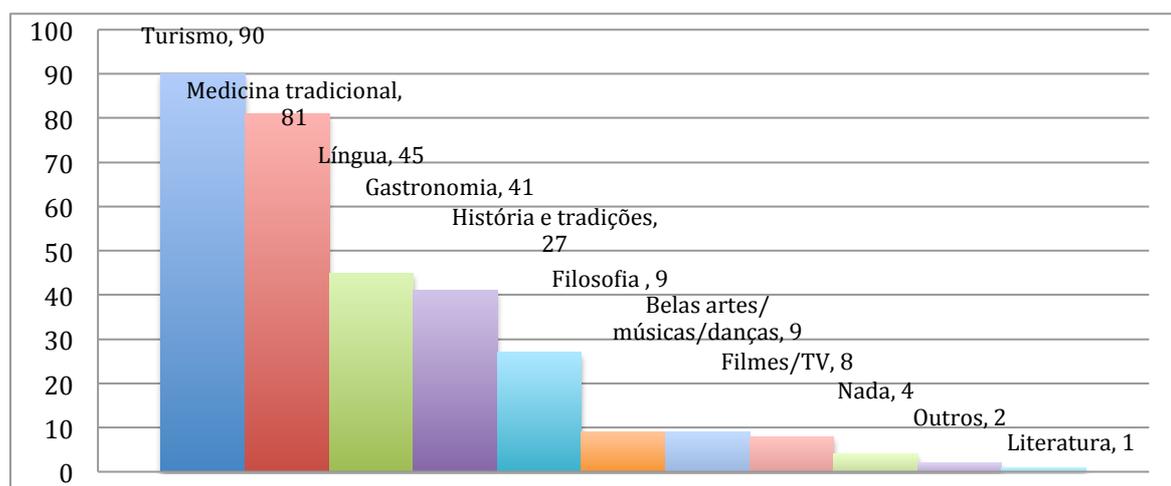
Quando questionados sobre a sua percepção relativa à cultura chinesa, 86,4% do total revela interesse em conhecer mais, enquanto apenas 12% considera indiferente, registam-se ainda dois inquiridos que consideram que é “incompreensível e desagradável”. O resultado indica geralmente uma atmosfera muito favorável para a promoção da cultura chinesa neste país.

Quadro 17. percepção relativa à cultura chinesa



Mais especificamente, os termos mais interessantes da cultura chinesa, para os inquiridos angolanos, são “turismo” (72%), “medicina tradicional” (64,8%) e “Língua” (36%). O alto nível de reconhecimento da medicina tradicional chinesa no país deve resultar da “diplomacia da saúde” da China em Angola, iniciada em 2006. Ao mesmo tempo, poucos inquiridos revelam interesse pela “literatura” ou pelos “filmes e programas de TV”, o que reflecte uma óbvia falta de influência da indústria da edição e da comunicação social da China a nível mundial. Além disso, dois inquiridos acrescentam à lista ainda as “artes marciais” e o “kung fu”.

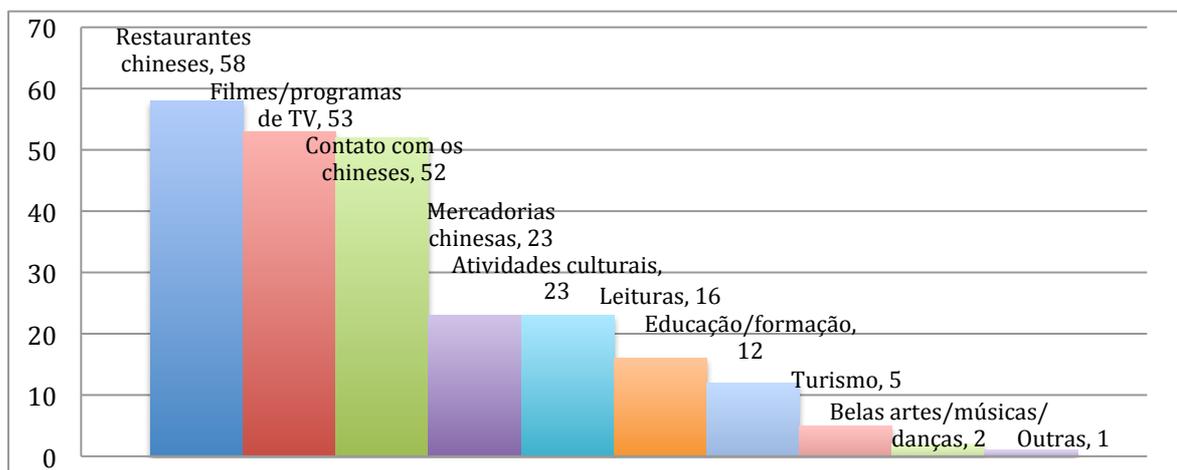
Quadro 18. Termos mais interessantes da cultura chinesa



No que diz respeito às fontes principais do seu conhecimento da cultura chinesa, 46,6% dos inquiridos afirmam o papel importante dos “restaurantes chineses”, classificando-os como o primeiro meio de divulgação da cultura chinesa no país, o

que corresponde ao grande interesse pela gastronomia chinesa revelado na última questão. Os “filmes e programas de TV” e os “contactos com os chineses no trabalho ou estudo” assumem também a mesma importância, sendo a opção de, respetivamente, 42,4% e 41,6% dos inquiridos. Curiosamente, embora 72% deles se afirmem interessados pelo turismo na China, apenas 5 tem a oportunidade de visitar a China. Dispondo de ricos recursos turísticos, um ambiente social estável e um mercado dinâmico e diversificado, a China é considerada como um local ideal não somente para viagens turísticas, mas também para negócios e compras, mostrando um grande potencial para a promoção do turismo entre os angolanos e a afirmação do seu *soft power*.

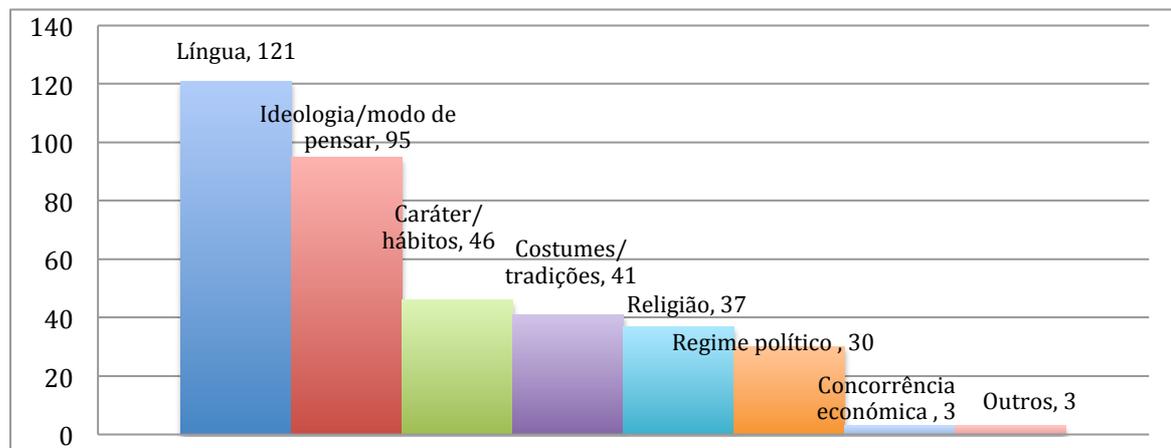
Quadro 19. Fontes principais do conhecimento da cultura chinesa



Quando questionados sobre os três principais obstáculos para a compreensão mútua entre os dois povos, como os entrevistados chineses que trabalham em Angola, os angolanos também consideram a “língua” como a barreira principal, tendo 96,8% dos inquiridos escolhido esse termo. Além disso, 76% deles consideram a “ideologia/modo de pensar” como o segundo maior obstáculo, enquanto o “caráter/ hábitos” e o “costumes/ tradições” apresentam mais ou menos a mesma relevância (36,8% e 32,8%, respetivamente). Vale a pena notar que alguns inquiridos acrescentam ainda a “corrupção dos governantes”, “a má gestão dos lucros” e a “exploração laboral” como fatores relevantes, refletindo o impacto negativo significativo das irregularidades nas

atividades comerciais de algumas empresas chinesas.

Quadro 20. Obstáculos principais para a compreensão mútua



Levando em conta o que foi observado, pode afirmar-se que a China possui uma imagem global positiva em Angola, sendo que a maioria dos angolanos não somente avalia positivamente a cooperação “win-win”, mas também manifesta certo interesse pela cultura chinesa, o que constitui uma boa base para o *soft power* chinês neste país. No entanto, quando os inquiridos consideram o turismo, a medicina tradicional e a língua chinesa como as áreas mais interessantes, boa parte deles conhece a cultura chinesa através dos *media* e dos contatos com os migrantes chineses, ao passo que apenas menos de 20% afirmam obter o conhecimento por meio das atividades culturais realizadas pelas entidades chinesas e da educação ou formação. Aliás, as “culturas eruditas”, tais como as belas artes, músicas e danças, exercem uma influência muito fraca no país africano.

O estudo deu-nos um panorama geral das atitudes dos angolanos quanto à China e ao *soft power* chinês baseado no intercâmbio cultural com Angola, porém, também convém notar que existem alguns limites neste inquérito: tanto os questionários online como os impressos foram distribuídos por amigos, colegas e voluntários em Luanda, e revela-se, portanto, uma certa falta de diversidade social dos inquiridos, ou seja, seria necessário ainda um estudo de maior escala para verificar se as opiniões dos inquiridos deste estudo refletem exatamente a opinião do público em geral. A fim de aprofundar o tema num estudo futuro, há que alargar a dimensão do grupo de

inquiridos, cobrindo não somente a capital angolana, mas também outras cidades interiores, para a obtenção de dados mais abrangentes.

3. Abordagens para a construção do *Soft Power* Chinês em Angola

Com base no estudo das estratégias diplomáticas e as atividades empresariais da China em Angola, as principais abordagens para a afirmação do *soft power* chinês neste país encontram-se, em linhas gerais, nos três aspetos seguintes:

3.1 Empréstimos e Investimentos

Nye define o *soft power* como o poder de influenciar o comportamento ou interesses de outros organismos políticos por meios culturais ou ideológicos, enquanto a economia, a força militar, a população, a reserva dos recursos naturais, etc. compõem o *hard power* do país. No entanto, o autor também ressalta a influência recíproca entre o *soft power* e o *hard power*, exemplificando que a força económica, por um lado, pode ser utilizada de maneira “dura” com a aplicação de sanções ou a aquisição de mercadorias ou recursos dos outros países; e por outro lado, pode ser um fator de motivação para os estrangeiros conhecerem a sua própria cultura, afirmando assim o *soft power* desse país³⁴. A este respeito, a construção do *soft power* chinês em Angola, e até mesmo em toda África, corrobora este ponto de vista.

Estima-se que, até meados de 2015, o país africano já tenha recebido pelo menos 20 bilhões de dólares americanos em empréstimos concedidos pela China, tendo o pagamento sido garantido por Angola através do fornecimento de petróleo³⁵. Já no final de 2015, o Vice-Presidente de Angola, Manuel Vicente, assinou ainda um novo acordo com o governo chinês que previa mais uma linha de crédito de 6 bilhões de dólares americanos, a canalizar para o investimento público e para assegurar a

³⁴ Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), 7-8.

³⁵ Reuters, “Angola’s dos Santos in China Seeking Cash for Ailing Economy”, 10 de junho de 2015. <http://uk.reuters.com/article/angola-china-idUKL5N0YW03820150610>

execução de projetos identificados em 2016 e 2017³⁶. Os empréstimos da China têm aliviado, até certo ponto, a pressão financeira da reconstrução das infraestruturas e do desenvolvimento industrial de Angola, bem como reforçado a imagem da China através desta parceria benéfica. O embaixador Cui Aimin revelou, numa entrevista realizada durante a segunda cimeira do FOCAC, que Angola conseguiu, com as linhas de crédito da China, recuperar ou construir 2800 quilómetros de caminhos-de-ferro, mais de 2000 quilómetros de estradas e 130 mil habitações sociais, etc.³⁷

Para além dos empréstimos garantidos pelo petróleo angolano, o investimento chinês também desempenha um papel importante no desenvolvimento do país. Na perspectiva da maioria dos economistas ou empresários ocidentais, Angola nunca foi considerada como um destino promissor do investimento: o Banco Mundial classificou-a no 181º lugar entre as 189 economias em função da facilidade em fazer negócios, no último relatório “*Doing Business 2015: Going Beyond Efficiency*”³⁸; já no “*Global Competitive Index 2014-2015 Ranking*” lançado pelo *World Economic Forum*, Angola situa-se no 140º lugar entre os 144 países avaliados³⁹. Apesar disso, o país tem atraído cada vez mais investidores chineses que acreditam na possibilidade de converter o risco numa oportunidade. Em 2014, os investimentos chineses somaram um total de 8,48 bilhões de dólares americanos, posicionando-se no quarto lugar entre todos os investimentos estrangeiros em Angola⁴⁰. O Ministério do Comércio da China avalia Angola como um território com “forte potencial de atração de investidores” devido à abundância dos recursos naturais, ao potencial do desenvolvimento agrícola, à oportunidade promissora nas indústrias transformadoras e à necessidade contínua de construção de infraestruturas⁴¹.

³⁶ *Angola 24 Horas*, “Empréstimos Contraídos por Angola Aproximam-se de 10 Bilhões de Dólares”, 5 de novembro de 2015.

<http://www.angola24horas.com/index.php/economia/item/5075-emprestimos-contraidos-por-angola-aproximam-se-de-10-bilhoes-de-dolares>

³⁷ *Mcauhub*, “China e Angola negociam acordo sobre conversão monetária”, 1 de dezembro de 2015.

<http://www.mcauhub.com.mo/pt/2015/12/01/china-e-angola-negociam-acordo-sobre-conversao-monetaria/>

³⁸ World Bank Group, *Doing Business 2015: Going Beyond Efficiency* (World Bank, 2015), 4.

³⁹ Klaus Schwab, ed., *The Global Competitiveness Report 2014-2015* (Geneva: World Economic Forum, 2014), 13.

⁴⁰ Instituto de Cooperação Comercial e Económica Internacional do Ministério do Comércio, *et al.*, *Guia de Investimento e Cooperação no Exterior: Angola* (2015), 22.

⁴¹ *Ibid.*, 12

Ao observar a consolidação das relações sino-africanas, Alden afirma explicitamente que, do ponto de vista dos africanos, o papel mais significativo da China no desenvolvimento africano é ser uma fonte potencial do capital de investimento e de ajuda ao desenvolvimento, que as fontes ocidentais não demonstram nenhum interesse ou vontade de proporcionar⁴². A afirmação do *soft power* chinês em Angola baseia-se em grande medida na intensa cooperação económica bilateral. Com o grande impacto económico, a China atrai cada vez mais os olhares do povo angolano, trazendo, com efeito, um aumento do intercâmbio no âmbito de cuidados de saúde e de educação, tópicos que serão aprestados nas sessões seguintes.

Tal como no caso de Angola, na Nigéria, outro importante parceiro comercial africano e fornecedor de petróleo da China, a participação económica chinesa desempenha um papel fundamental para a promoção do intercâmbio cultural. Sendo a economia da Nigéria centrada em produtos de base como a de Angola, também a Nigéria viu um acréscimo considerável da cooperação económica com a China a partir do final da década de 90, tendo-se as trocas comerciais bilaterais elevado dos 856 milhões de dólares americanos em 2000 para os 14,94 bilhões em 2015⁴³. Angola e a Nigéria partilham muitas semelhanças tanto nas estruturas económicas como nas relações comerciais com a China, mas esta última estabeleceu o intercâmbio com a China mais cedo e apresenta um laço cultural relativamente mais estreito do que o de Angola. Por exemplo, foram inaugurados dois Institutos Confúcio no país, respetivamente em 2008 e em 2009⁴⁴; dois canais do *Chinese Central Television (CCTV)* são transmitidos na Nigéria desde 2010; foi estabelecido em Abuja, em 2013, o Centro Cultural da China, onde se exibem obras artísticas chinesas e se realizam atividades culturais chinesas; e a Universidade de Lagos foi selecionada como uma das 20 universidades africanas parceiras no âmbito da educação superior, ao abrigo do

⁴² Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007), 135.

⁴³ *Premium Times*, "Nigeria-China Trade Hits \$101 Billion in 11 Years", 31 de março de 2016. <http://www.premiumtimesng.com/business/201067-nigeria-china-trade-hits-101-billion-11-years.html>

⁴⁴ Site oficial do *Hanban*, http://www.hanban.edu.cn/confuciousinstitutes/node_10961.htm

“20+20 Cooperation Plan” lançado pelo governo chinês⁴⁵. Em geral, o *hard power* económico constitui uma base sólida para a consolidação do *soft power* chinês nos países africanos, tal como afirma Huntington: “[Uma cultura e uma ideologia] tornam-se atraentes quando são entendidas como radicadas no sucesso e na influência material. O ‘poder suave’ só é poder quando assenta numa base de ‘poder duro’.”⁴⁶

3.2 Cuidados de Saúde

Para além dos apoios financeiros, a ajuda humanitária é também um domínio fundamental da diplomacia chinesa nos países africanos, destacando-se a assistência continuada à prestação de cuidados de saúde. Em 1963, a China mandou a primeira equipa médica à Argélia, iniciando um programa de apoio médico e sanitário que vigora até hoje. Durante seis décadas, a China tem enviado mais de 20,000 médicos para 69 países e regiões em desenvolvimento, tratando centenas de milhões de pacientes⁴⁷. Tendo em conta as condições limitadas de assistência médica e as doenças epidémicas que têm ameaçado a vida do povo angolano, em outubro de 2006, os dois países assinaram um acordo no sentido de enviar de equipas médicas chinesas para Angola. Em junho de 2009, a China enviou a primeira equipa médica que consistia em 18 médicos selecionados da província de Sichuan⁴⁸. Desde então, a China já enviou três equipas para o país africano, e está previsto o envio de uma quarta equipa em 2016, para o Hospital Geral de Luanda, de forma a oferecer gratuitamente serviços médicos ao povo angolano. Para além de fornecer assistência médica, os médicos chineses também são responsáveis pela formação do pessoal médico local.

⁴⁵ Ministério das Relações Exteriores da China, “Zhongguo tong Niriliya de guanxi, julho de 2014. http://www.fmprc.gov.cn/chn//gxx/cgb/zcgmyzsyx/fz/1206_41/1206x1/t6666.htm

⁴⁶ Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, trad. Henrique M. Lajes Rebeiro, (Lisboa: Gardiva, 1999), 107.

⁴⁷ Zhang Chun, “Yiliao waijiao yu Ruanshili peiyu”, *Contemporary International Relations*, no.3 (2010): 49.

⁴⁸ Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar da China, “Zhongguo yuanwai yiliao dashi ji 1963.4 - 2012.12”, 1 de agosto de 2013. <http://www.nhfpc.gov.cn/gjhzs/gzdt/201308/15eb6805aa0c4da9a5c0c092bda08082.shtml>

Quadro 21. Equipas médicas chinesas em Angola

| | Líder da equipa | Número de médicos | Duração do mandato | Autoridade responsável |
|-----------|-----------------|-------------------|--------------------|--|
| 1ª equipa | Gu Xia | 18 | 06.2009 - 10.2011 | Comissão de Saúde e Planeamento Familiar da Província de Sichuan |
| 2ª equipa | Yao Honglin | 17 | 10.2011 - 12. 2013 | |
| 3ª equipa | Ma Yukui | 11 | 12.2013 - 12.2015 | |

Fonte: Quadro elaborado a partir de análise de um vasto conjunto de fontes abertas.

Enfrentando a deficiente infraestrutura, um trabalho de alta intensidade e a ameaça das doenças epidémicas, os médicos chineses tornaram-se uma força importante para a afirmação da imagem da China em Angola. É de notar que o apoio chinês na área da saúde também tem promovido a divulgação da medicina tradicional chinesa, através da introdução de terapias tradicionais, tais como a acupunctura e o *Tui Na*, estimulando o interesse pela cultura chinesa junto do público angolano, como ficou ilustrado no inquérito pelo facto de 64,8% dos inquiridos terem afirmado o interesse na medicina chinesa tradicional.

Para além do apoio ao capital humano, são também notáveis as ajudas materiais na área de saúde, canalizadas principalmente para o financiamento da construção de facilidades médicas e para a doação de medicamentos contra epidemias no país. Conforme as estatísticas de AidData, de 2003 a 2013, o governo chinês tem fornecido financiamento no valor de cerca de 561,1 milhões de dólares americanos a esta área, abrangendo 24 projetos de assistência⁴⁹. Mais recentemente, no seguimento do consenso alcançado em 2015 pelos presidentes dos dois países, o governo chinês confirmou também, em fevereiro de 2016, a doação de materiais e equipamentos hospitalares, no valor de 5 milhões de yuan (equivalente a aproximadamente 785 mil de dólares americanos), para melhorar as condições sanitárias e médicas em Angola, bem como uma doação financeira de 500 milhões de dólares americanos para combater a epidemia da febre-amarela, visando fortalecer e aprofundar a cooperação

⁴⁹ AidData. <http://china.aiddata.org/map>

bilateral na área da saúde⁵⁰.

A diplomacia da saúde nos países em desenvolvimento é reconhecida, conforme a experiência da China desde a década de 60, como o modo de apoio mais económico, eficaz e influente na afirmação do *soft power* chinês⁵¹. Para além de Angola, muitos outros países africanos, sobretudo os subsaarianos onde se têm desenvolvido doenças epidémicas ao mesmo tempo que se tem registado uma escassez de materiais e instalações médicas, têm beneficiado do apoio médico da China. Na luta contra o ébola, por exemplo, entre 2014 e 2015, o governo chinês enviou mais de 1200 médicos para os países afetados e lançou 4 ciclos de apoio, no valor total de cerca de 750 milhões de yuan (aproximadamente 118 milhões de dólares americanos). Foi anunciada pelo presidente chinês no final de 2015 ainda um quinto ciclo, destinado à reconstrução económica e à melhoria do sistema de saúde pública nos países atingidos, marcando a maior ação de ajuda exterior desde a fundação da República⁵². Devido à dedicação admirável que desempenharam nesta tarefa, as equipas médicas chinesas foram honradas com prémios nacionais na Serra Leoa e na Libéria, os países mais afetados pela doença, e ganharam o *South-South Awards* em 2015⁵³, desempenhando um papel importante na promoção das relações sino-africanas e na afirmação da imagem chinesa a nível mundial.

Vale a pena notar que, ao passo que alguns críticos apontam para a ideia segundo a qual que os apoios médicos a África são essencialmente uma ferramenta para satisfazer o apetite chinês pela matéria prima, o governo chinês tem sublinhado a preocupação humanitária e a dedicação altruísta ilustradas nestas ações, destacando que, por um lado, as relações económicas sino-africanas ainda eram muito fracas quando a China iniciou a enviar as equipas médicas desde 1963; e, por outro lado, os países africanos que obtêm os apoios em mais larga escala e a mais longo prazo, ao

⁵⁰ Agência Angola Press, “Angola: China apoia país no combate a febre-amarela”, 18 de fevereiro de 2016 http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/saude/2016/1/7/Angola-China-apoia-pais-combate-febre-amarela,69c33407-847e-4aba-a6cb-3729e76aacd4.html

⁵¹ Zhang Chun, “Yiliao waijiao yu Ruanshili peiyu”, *Contemporary International Relations*, no.3 (2010):47-48.

⁵² *Xinhua News*, “Chinese aid contributes to West Africa’s fight against Ebola”, 7 de janeiro de 2016. http://news.xinhuanet.com/english/2016-01/07/c_134988086.htm

⁵³ *Ibid.*

contrário de Angola, nem sequer se tratam de territórios ricos em recursos naturais⁵⁴.

3.3 Educação e Formação Profissional

Há um provérbio chinês antigo que diz: “Vale mais ensinar a pescar do que dar o peixe”. A educação tem sido considerada desde há muito a chave para o desenvolvimento, pelo que o apoio nesta área tem sido um dos temas principais das Conferências Ministeriais do FOCAC desde 2000. Em dezembro de 2015, durante a cimeira do FOCAC realizada em Joanesburgo, tentando levantar a relação sino-africana a uma parceria de cooperação abrangente, Xi Jinping anunciou um pacote de programas que visaria acelerar a industrialização e modernização agrícola e fomentar o desenvolvimento independente e sustentável dos países africanos. A falta de mão-de-obra qualificada foi apontada como o maior problema, pelo que a China se comprometeu a estabelecer diversos centros regionais de educação profissional e várias faculdades para a formação de capacidade em África, o que possibilitará a formação de 200.000 técnicos africanos e fornecerá aos países africanos 40.000 oportunidades de formação na China. Além disso, Xi prometeu oferecer aos alunos africanos 2.000 oportunidades de educação superior em território chinês e 30.000 bolsas de estudo, bem como convidar 200 estudiosos africanos para visitar e 500 jovens africanos para estudar na China todos os anos⁵⁵. No encontro com o presidente angolano durante a cimeira do FOCAC, Xi destacou o investimento, a indústria, as finanças e a construção de infraestruturas como os campos de ação privilegiados na cooperação entre os dois países – não deixando, porém, de salientar a importância da educação, cultura, cuidados de saúde, *media*, juventude, turismo e dos recursos humanos⁵⁶.

Conforme as estatísticas do Ministério das Relações Exteriores da China, até ao

⁵⁴ Zhang Chun, “Yiliao wajiao yu Ruanshili peiyu”, *Contemporary International Relations*, no.3 (2010): 48.

⁵⁵ FOCAC, “Xi Announces 10 Major China-Africa Cooperation Plans for Coming 3 Years”, 8 de dezembro de 2015. http://wcm.fmprc.gov.cn/pub/zflt/eng/ltada/dwjbzjjhys_1/t1322068.htm

⁵⁶ *Diário do Povo*, “Xi Jinping e José Eduardo dos Santos Encontram-se para Aprofundar as Relações Bilaterais”, 4 de dezembro de 2015. <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/1204/c310816-8985898.html>

final de 2014, o governo chinês tinha atribuído bolsas de estudo a 202 alunos angolanos, e contaram-se 534 jovens angolanos a estudar na China, entre os quais 115 eram bolsheiros e 419 a expensas próprias. Para além das bolsas governamentais, as empresas chinesas também ofereceram oportunidades aos jovens angolanos para frequentar o ensino superior ou formação profissional na China. Por exemplo, em 2007, a Corporação de Estrada e Ponte da China, uma das maiores empresas estatais chinesas no mercado angolano, inaugurou um programa de formação de quadros com o Ministério da Construção de Angola, proporcionando 31 vagas para estudar construção e engenharia civil na Universidade de Ciência e Tecnologia de Changsha, com todas as despesas de subsistência e propinas financiadas pela empresa, com um investimento total de mais de três milhões de dólares americanos no projeto⁵⁷. Após a licenciatura dos primeiros bolsheiros em 2012, a empresa chinesa assinou um novo Memorando de Cooperação com o Ministério da Construção, tendo como finalidade, para além de financiar continuamente o estudo dos alunos angolanos, criar oportunidades de estágio que proporcionassem a acumulação de experiência e o intercâmbio de boas práticas, o que foi positivamente avaliado por José Joanes André, o então Ministro da Construção angolano. A partir de 2008, outra empresa estatal de grande dimensão, a Sinohydro, financiou 60 alunos angolanos para estudarem engenharia elétrica na Universidade de Wuhan, entre os quais 18 se licenciaram em 2013 e 40 em 2014⁵⁸, desempenhando atualmente um papel importante na empresa chinesa e no desenvolvimento angolano. Além disso, segundo as notícias divulgadas pelo Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada, o contributo das empresas privadas chinesas é também notável: em 2014, sendo que a Jinxin Engenharia Internacional patrocinou 14 angolanos para estudar na Província de Anhui, China; e o China Hyway Group enviou, no mesmo ano, 30 alunos angolanos para a Universidade Jimei, na província de Fujian⁵⁹.

⁵⁷ *China Daily*, “31 ming Angela liuxuesheng jinri Changsha biye”, 29 de junho de 2012.

http://www.chinadaily.com.cn/hqgj/jryw/2012-06-29/content_6312316.html

⁵⁸ Zhong Nan, “Power Giants Work on Local Touch”, *China Daily*, 20 de dezembro de 2013.

http://africa.chinadaily.com.cn/weekly/2013-12/20/content_17187099.htm

⁵⁹ Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial em Angola, “Empresa Chinesa Patrocina 30 Jovens Angolanos para Estudar na China numa Iniciativa Chamada ‘PELA AMIZADE COM ANGOLA’”, 26 de agosto

Para além do financiamento oferecido ao ensino superior, o governo chinês e algumas empresas de construção doaram novas escolas primárias ao governo angolano, ajudando a colmatar a escassez de recursos educativos e a melhorar as condições escolares das crianças. Em 22 de março de 2011, os dois governos assinaram Notas que confirmaram a construção gratuita duma escola primária pela China em Angola, ao abrigo do Plano de Ação (2010-2012) da 4ª Conferência Ministerial do FOCAC realizada em Sharm el-Sheikh em 2009. Localizada na cidade do Huambo, esta escola de amizade Angola-China foi inaugurada em fevereiro de 2014, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Educação de Angola, o Governador em exercício da província do Huambo e o Embaixador chinês acreditado em Angola. Além disso, a Sinohydro, a China Railway 20 Bureau Group Corporation e a Citic Construções construíram gratuitamente mais três escolas primárias para o governo angolano nas cidades de, respetivamente, Malanje, Munhango e Cacuso, inauguradas entre 2013 e 2014⁶⁰. Na cerimónia de inauguração da Escola de Amizade em Huambo, o Ministro das Relações Exteriores angolano, Georges Rebelo Pinto Chikoti, elogiou o contributo da China para o combate ao fenómeno de crianças fora do sistema normal de ensino, e afirmou que a construção da escola era “o testemunho vivo dos fortes laços de amizade” e constituía um ganho para ambas as partes, sendo que ganhava a amizade e reforçava a cooperação bilateral⁶¹.

Enfrentando o dilema entre as críticas internacionais contra o fraco contributo chinês para o mercado de trabalho africano e a dificuldade em recrutar pessoal especializado por parte das empresas chinesas em África, o governo chinês e as empresas chinesas também têm prestado cada vez mais atenção à formação profissional em Angola nos últimos anos. Em 2005, a Huawei Technologies lançou o

de 2014. <http://ao2.mofcom.gov.cn/article/chinanews/>

⁶⁰ Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial em Angola, “Inauguração da Escola Primária Doada pela China para Angola”, 24 de fevereiro de 2014.

<http://ao.mofcom.gov.cn/article/sqfb/201402/20140200497843.shtml>

⁶¹ *Agência Angola Press*, “Huambo: Escola de amizade Angola/China reflecte empenho do Governo”, 24 de fevereiro de 2014.

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2014/1/9/Huambo-Escola-amizade-Angola-China-reflecte-empenho-Governo,04c10ae4-afef-4290-ae41-c6114351ebdf.html

projeto de doação de um centro de formação na área da informática e telecomunicações para o Ministério de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, com um investimento de aproximadamente sete milhões de dólares, visando formar profissionais locais e promover o desenvolvimento da indústria de telecomunicações de Angola. A entrevistada Liu Tianjiao revela que o centro, cedido formalmente ao governo angolano em maio de 2011, já formou mais de mil técnicos angolanos até a atualidade, e que, segundo um acordo assinado em 2014 com o Ministério, a empresa promete financiar mais talentos para estudar na China. Outra empresa gigante chinesa, a construtora CITIC, tendo como princípio “beneficiar o povo e construir um futuro melhor”, estabeleceu o Centro de Formação Profissional BN-Angola. Inaugurado em maio de 2014 pelo Vice-Presidente angolano Manuel Vicente e pelo Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang, o Centro destina-se à formação técnica de jovens com idades dos 16 aos 25 anos, de famílias com baixos rendimentos, oferecendo cursos gratuitos de construção civil, eletricidade e operação de máquinas com a duração de um ano. Durante a visita ao centro, Li Keqiang sublinhou que a formação profissional não somente proporcionaria mais oportunidades de carreira aos jovens angolanos, mas também contribuiria para reforçar o intercâmbio cultural entre as duas nações⁶².

Aliás, com a maior participação das empresas chinesas no desenvolvimento de Angola, observa-se também a crescente demanda por profissionais bilíngues. Quando surgem na China cada vez mais cursos universitários para ensinar a língua portuguesa, a China também se tem dedicado ao ensino da língua e cultura chinesa no país africano. Nesta tentativa, foi inaugurado, em fevereiro de 2015, o primeiro Instituto Confúcio em Angola e o 443º no mundo, no âmbito da cooperação entre a Universidade Normal de Harbin e a Universidade Agostinho Neto. Patrocinado pela empresa CITIC, a construção do Instituto foi concluída em dezembro de 2015⁶³. Com

⁶² *Agência Angola Press*, “Primeiro-Ministro Chinês Inaugura Centro de Formação Profissional”, 09 de maio de 2014.

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/4/19/Primeiro-ministro-chines-inaugura-Centro-Formacao-Profissional,24d2db66-752d-4af9-b4e2-ca88aa79d514.html

⁶³ *Diário do Povo Online*, “Angola vai ter o seu primeiro Instituto Confúcio”, 9 de fevereiro de 2015. <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0209/c310888-8848066.html>

uma superfície de mais de 600 metros quadrados, o Instituto Confúcio entrou em funcionamento em fevereiro de 2016, destinando-se não somente aos estudantes da Universidade Agostinho Neto, mas também a todo o público angolano, fornecendo acesso à língua, à cultura, à história chinesa, entre outros.

Tendo em conta as condições fracas de educação de Angola, a cooperação educacional entre os dois países ainda revela um modo unidirecional e apresenta uma lacuna ao nível de intercâmbio entre instituições de ensino superior. Em contrapartida, a África do Sul, embora tenha instaurado relações diplomáticas com a China somente em 1998, caracteriza-se como o maior parceiro africano da China na cooperação educacional e académica. Tendo desenvolvido condições educacionais e um ambiente económico e social relativamente estável, a África do Sul atraiu mais de 10 universidades chinesas a estabelecerem cooperação com as universidades do país, dos quais a Universidade de Stellenbosch e a Universidade de Pretória foram selecionados como parceiros do “*20+20 Cooperation Plan*” ao abrigo do FOCAC. Convém também notar que, estando a China a receber cada vez mais estudantes e formados angolanos, a África do Sul se destaca como o país africano que tem atraído mais estudantes chineses, estando registados, até 2014, cerca de 6500 chineses na frequência do ensino superior no país⁶⁴. A maior interação nos domínios da educação, pesquisa e formação entre os dois países estimula a troca dos talentos e o entendimento mútuo, o que pode constituir uma medida mais eficaz para ultrapassar as barreiras culturais. Mesmo que o desenvolvimento da educação em Angola ainda requeira um compromisso a longo prazo, a China pode procurar desenvolver ainda maior intercâmbio na educação superior com o país, em áreas tais como exploração geológica, linguística, civilização africana, etc.

Para além da abordagem nos âmbitos acima referidos, ainda convém lembrar que projetos significativos de construção civil realizados pelas empresas construtoras chinesas, tais como a reconstrução dos caminhos de ferro de Luanda, Benguela e

⁶⁴ Ministério das Relações Exteriores da China, “Zhongguo tong Nanfei de guanxi”, setembro de 2014. http://www.mfa.gov.cn/chn//pds/gjhdq/gj/fz/1206_39/sbgx/t6639.htm

Moçâmedes, a construção do Novo Aeroporto de Luanda, o projeto de habitação social de Kilamba Kiaxi e os projetos de abastecimento de água em Luanda e Menongue, etc., satisfizeram as necessidades mais prementes dos angolanos e, portanto, são considerados como uma vitrina da China no país, consolidando uma base sólida para a construção do *soft power* chinês.

IV. Considerações e Perspectivas

Na atualidade, a ascensão da China e de África é um dos temas mais discutidos no cenário internacional. A presente dissertação pretende avaliar as relações sino-angolanas para lá da parceira económica, ilustrar as tentativas da China para aumentar o seu *soft power* no país africano nos últimos anos, e avaliar a situação da influência cultural e da imagem da China do ponto de vista dos angolanos.

De acordo com o estudo feito, importa apresentar as conclusões da nossa reflexão relacionada com as relações sino-angolanas e como processo de construção do *soft power* chinês em Angola, as quais são explicitadas nos cinco pontos que se seguem:

i. A China estabeleceu as relações com Angola baseando-se, como reiterado pelo governo chinês, numa perspetiva de benefício e respeito mútuo, sem impor quaisquer exigências políticas à cooperação. Com efeito, os dois países exploraram um modo de desenvolvimento pragmático que conferiu um novo vigor à cooperação sino-africana. Os intensos laços económicos contribuíram para a afirmação do papel chinês no país, assim estimulando o interesse do povo angolano em conhecer mais sobre esse parceiro asiático, sobretudo nas áreas de turismo, medicina tradicional e língua.

ii. Tanto no desenvolvimento nacional como na diplomacia com Angola, a China tem sempre adotado a filosofia marxista de que a infraestrutura económica determina a superestrutura, colocando o desenvolvimento económico no centro do intercâmbio bilateral. Ao contrário dos países ocidentais, que insistem que as políticas e a capacidade administrativa do governo determinam o desenvolvimento do país e, portanto, prestam maior atenção à construção da capacidade institucional e à democratização dos países africanos, a China tem incidido na construção das infraestruturas e no apoio financeiro, visando satisfazer, em primeiro lugar, as necessidades materiais básicas do povo angolano. Como observa Philip Snow,

“[A] frank quest for profits by both China and its African Partners might well, in the end, prove a more solid basis for their future relationship than the continuing attempt to sustain a rhetorical unity which has sometimes disguised the pursuit of profoundly different goals.”¹

A este respeito, Pál Nyíri argumenta que uma das diferenças essenciais entre os discursos de desenvolvimento ocidental e chinês é a de que o ocidental, ao buscar o desenvolvimento económico, manifesta preocupação sobre os termos culturais, inclusive a preservação cultural, a participação comunitária, o equilíbrio étnico e a promoção da democracia, enquanto o chinês não². Este ponto de vista pode explicar o nítido contraste entre a intensa cooperação económica e a moderada intercâmbio cultural entre a China e Angola. No entanto, na minha opinião, em vez de afirmar que a China NÃO presta atenção aos termos culturais, seria mais adequado dizer que ela considera o desenvolvimento cultural como uma ferramenta de apoio para o desenvolvimento económico, ao invés de um processo paralelo a este. Portanto, como aponta Liu Haifang, a promoção cultural da China caracteriza-se pela falta de estratégia clara ou de atenção contínua e focalizada, tendo sido um instrumento para servir os interesses políticos ou económicos nos respectivos contextos históricos.³

As distintas ideologias resultaram em diferentes modalidades de cooperação e de ajuda externa, mas a paz e o desenvolvimento são sempre, como sublinhou Deng Xiaoping, o falecido líder político chinês, os temas mais relevantes do mundo contemporâneo⁴, o que exige da China a exploração dum caminho de “ascensão pacífica” baseada no aumento do seu *soft power* no novo cenário internacional.

iii. Comparada com as outras grandes economias africanas, tais como o Egito, a África do Sul e a Nigéria, Angola afigura-se como o mais novo amigo da China, sendo um dos últimos países africanos a estabelecer relações diplomáticas com a

¹ *Apud.* Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007), 135.

² Pál Nyíri, “The Yellow Man’s Burden: Chinese Migrants on a Civilizing Mission”, *The China Journal*, no. 56 (2006): 86.

³ Liu Haifang, “China-Africa Relations through the Prism of Culture: The Dynamic of China’s Cultural Diplomacy with Africa”, *China Aktuelle*, vol.3 (2008): 12.

⁴ *Apud.* Zhao Baoxu, *To Build a Harmonious World: Ideal of Traditional Chinese Thinking* (Heidelberg: Springer, 2014), 59.

China. Devido aos fatores históricos e ao próprio enquadramento socioeconómico de Angola, diferentemente dos casos desses países que têm mantido intercâmbio constante com a China nos domínios de turismo, educação, pesquisa científica, etc., a presente cooperação sino-angolana encontra-se principalmente na área económica, pelo que, na atualidade, a afirmação do *soft power* chinês em Angola depende em grande medida dos laços comerciais.

A crescente participação da China no desenvolvimento económico angolano no séc. XXI promove a exportação da sua cultura junto com as centenas de milhares de migrantes chineses para o país africano, enquanto conduz cada vez mais angolanos a conhecer a cultura chinesa. No entanto, é de notar que, com base na experiência nos outros casos, o intercâmbio económico tem o potencial para contribuir, durante um certo período de tempo, para a divulgação cultural e a construção da imagem chinesa num país estrangeiro, mas não se apresenta como uma solução duradoura para a construção do *soft power*. Por exemplo, segundo o “*Global Attitudes Survey 2015*” conduzido pelo Pew Research Center, a Alemanha e a Itália apresentaram as atitudes mais negativas relativas à China (60% e 57%, respetivamente) entre os países europeus inquiridos⁵, ao passo que os dois são listados entre os principais destinos de investimentos chineses na Europa. Em geral, os laços económicos estabeleceram uma base fundamental para a promoção do *soft power* chinês em Angola, mas vêm apresentando efeitos limitados à medida que a cooperação se alarga e os dois países se desenvolvem, o que requer uma melhoria no modelo e nos âmbitos de cooperação.

iv. Para a China, quando as suas atividades comerciais e diplomáticas atraírem cada vez mais olhares da comunidade internacional, a promoção do *soft power* poderá servir como a melhor resposta às dúvidas relativas à teoria do “neocolonialismo” proposta por alguns *media* ocidentais, bem como levar ao melhoramento das circunstâncias de desenvolvimento e expansão das empresas chinesas no país africano. Com o afluxo de chineses em Angola na última década, a convivência em harmonia

⁵ Richar Wike *et al.*, “Global Publics Back U.S. on Fighting ISIS, but Are Critical of Post-9/11 Torture”, *Pew Research Center* (2015), 28.

entre as duas nações destacou-se como um fator-chave para a cooperação “*win-win*” sustentável. A este respeito, a China necessita de transmitir não somente a imagem de um parceiro de desenvolvimento, mas também de um amigo de confiança em Angola.

As abordagens adotadas pelo governo chinês, tal como referidas no último capítulo, contribuem em grande medida para consolidar o *soft power* chinês em Angola, no entanto, convém recordar que a China precisa ainda de dedicar maior atenção à afirmação das responsabilidades sociais das empresas e à regulamentação dos comportamentos dos individuais em Angola, a fim de prevenir a violação das leis ou regras que poderá prejudicar a confiança e reconhecimento mútuos.

v. Visto da perspectiva de Angola, cujo governo se tem dedicado à reestruturação económica nos últimos anos, as abordagens adotadas pela China para a construção do *soft power* podem trazer benefícios ao país em vários domínios, sobretudo no que diz respeito à educação, saúde e agricultura. Na ótica da autora portuguesa, Esteves, “Angola padece de um défice de especialização que, à luz da cooperação instaurada (com a China) permitirá elevar o número de formação”⁶. Se Angola continuar a manter um bom clima de cooperação com os investidores chineses, a consolidação da cooperação sino-angolana na área educacional, cultural e humanitária contribuirá para o desenvolvimento industrial sustentável do país.

Angola e a China são dois países que desempenham um importante papel nas respetivas regiões devido à situação geográfica, à ampla área territorial e ao desenvolvimento económico acelerado, pelo que a sua cooperação assume grande relevância para ambos os lados. Não obstante alguns desafios enfrentados, é indiscutível que os dois governos se empenham em manter e aumentar a cooperação, que tem trazido benefícios significativos para ambas as nações. Como observado por Chris Alden, a China e África, partilhando uma história parecida enquanto vítimas da exploração pelos imperialistas e tendo sofrido os danos das guerras civis e das

⁶ Dilma Esteves, *Relações de Cooperação China-África: o Caso de Angola*, (Coimbra: Edições Almedina 2008), 183

turbulências políticas, possuem experiências semelhantes que poderão servir como uma base sólida para uma parceria de longo prazo⁷. Quanto às considerações sobre as perspectivas futuras da construção do *soft power* chinês em Angola e das relações sino-angolanas, estas assentam em quatro pontos que seguidamente são apresentados:

i. Embora o volume comercial entre os dois países tenha sofrido uma queda significativa em 2015 devido à desvalorização do valor do petróleo, pilar das exportações de Angola, prevê-se que a intensa cooperação comercial entre os dois países vigorará por um longo período no futuro, uma vez que, por um lado, Angola demonstra ainda grande demanda por infraestruturas e pela alta tecnologia para o desenvolvimento nacional, enquanto os seus ricos recursos naturais constituem um grande atrativo para todo o mundo; e, por outro lado, o mercado doméstico gradualmente saturado faz com que as empresas chinesas prestem grande atenção ao mercado estrangeiro, sobretudo nos países emergentes. Além disso, com o estabelecimento previsto do acordo monetário entre os dois países, as relações bilaterais entrarão ainda num novo patamar.

ii. A queda do preço do petróleo lança um desafio ao governo angolano e às empresas chinesas, que enfrentam grande dificuldade em receber o pagamento dos contratantes ou clientes angolanos, mas também é um incentivo para a transformação do modelo de cooperação. Nos últimos anos, o governo angolano tem-se empenhado na diminuição da dependência económica em relação ao sector de petróleo, ressaltando no Plano Nacional de Desenvolvimento lançado em 2012 a perspectiva de que a taxa de crescimento anual médio do PIB, de 2013 a 2017, seja de 7,1%, “com o sector não petrolífero a crescer 9,5% e o sector petrolífero não mais de 1,7%”⁸. Por parte da China, o embaixador chinês, Cui Aiming, afirmou aos *media* angolanos que a China iria “avaliar a prosperidade da futura cooperação no sentido de promover a

⁷ Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007), 136.

⁸ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* (2012), 36.

industrialização da região, desenvolvendo áreas agrícolas, entre outros sectores”⁹. A diversificação da cooperação bilateral promovida por ambas as partes poderá incentivar o intercâmbio cultural e fazer evoluir o polémico modelo “petróleo por infraestruturas”¹⁰, resultando num melhor contexto para o desenvolvimento do *soft power* chinês em Angola e para uma parceria sustentável.

iii. A educação e a especialização tornar-se-ão os focos de cooperação cultural entre os dois países. Reconhecendo no último Plano Nacional de Desenvolvimento as fraquezas no sentido de “baixo nível de qualificação da população economicamente ativa, fundamentalmente nas profissões de natureza técnica; alto índice de analfabetismo no meio rural; escassez de quadros com formação académica e profissional qualificada; escassez de técnico-profissional; deficiente conhecimento e gestão dos vastos recursos agrícolas, pesqueiros ou minerais”, o governo angolano realça a elevada relevância da educação e da formação profissional na fase atual de desenvolvimento¹¹. Usufruindo dos benefícios do salto económico nas décadas recentes, a China poderá partilhar com Angola mais experiências nas áreas fundamentais para o desenvolvimento industrial e socioeconómico angolano, tais como a agricultura, a mineração, o petroquímico, a saúde, etc., proporcionando intercâmbios tecnológicos e formações para os quadros angolanos. O aumento da competitividade dos recursos humanos angolanos contribuirá não somente para o desenvolvimento do próprio país, mas também aliviará a pressão exercida sobre as empresas chinesas nesta altura devida à escassez de pessoal qualificado e ao alto custo dos recursos humanos.

iv. Com a diversificação da cooperação bilateral, os profissionais bilíngues ou

⁹ *Agência Angola Press*, “Embaixador Chinês Optimista na Superação da Crise Económica em Angola”, 28 de janeiro de 2016.

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/0/4/Benguela-Embaixador-chines-optimista-superacao-crise-economica-Angola,85129d9c-7a52-4a16-ad5b-3edd5dd07fae.html

¹⁰ Foster *et al.*, *Building Bridge: China's growing role as infrastructure financier for sub-Saharan Africa* (Washington DC: The world Bank, 2009), xii.

¹¹ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* (2012), 23.

multilíngues continuarão a ser muito procurados. Apesar da falta de estatísticas precisas sobre os chineses formados em português que trabalham em Angola, na atualidade, uma boa parte dos anúncios de ofertas de emprego para licenciados em língua portuguesa encontram-se entre as empresas chinesas que operam em Angola, o conhecimento linguístico sendo considerado como um elemento fundamental para os negócios. Tendo em conta esse facto, o embaixador Cui Aimin, quando entrevistado pelos *media* angolanos na cimeira do FOCAC em Joanesburgo, sublinhou que, além da cooperação económica e comercial, é importante lançar as bases para o intercâmbio cultural, nomeadamente através do ensino da língua chinesa e portuguesa, de forma a influenciar positivamente outros domínios da cooperação bilateral¹². Neste contexto, na China é de prever que o curso de língua portuguesa continue a ser popular entre os estudantes universitários, sendo considerado uma garantia de mais oportunidades de emprego; em Angola, o estabelecimento do primeiro Instituto Confúcio fornece aos angolanos um acesso à língua e cultura chinesas, o que, para além de promover a influência cultural chinesa, poderá proporcionar-lhes uma maior competitividade no mercado de trabalho.

Sendo um dos focos estratégicos da autoridade chinesa, a construção do *soft power* em Angola, bem como em todos os países africanos, assume, em geral, duas funções relevantes. Em primeiro lugar, trata-se de promover a sua imagem global no cenário internacional, a fim de atingir um desenvolvimento pacífico do país. No estudo sobre a cooperação sino-africana, Alden resume as três principais percepções sobre o papel da China em África por parte da comunidade internacional, que são, nomeadamente, o parceiro (“*partner*”), o competidor (“*competitor*”) e o colonizador (“*colonizer*”)¹³. Ressaltando um relacionamento com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a China tem lutado por reforçar a sua imagem como um parceiro de longa data, promover uma visão objetiva quanto à competição económica

¹² *Macauhub*, “China e Angola Negociam Acordo sobre Conversão Monetária”, 1 de dezembro de 2015. <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/12/01/china-e-angola-negociam-acordo-sobre-conversao-monet-aria/>

¹³ Chris Alden, *China in Africa* (London: Zed Books, 2007), 5.

com os países africanos, e refutar a acusação de colonizador. Como caracteriza Nye, “*hard power is push, soft power is pull*”¹⁴, pelo que a combinação apropriada dessas duas forças é considerada como a chave para um desenvolvimento mais sustentável e pacífico do país. A segunda função é solucionar pacificamente os conflitos e as controvérsias provocados pela sua crescente presença em África, a fim de criar um ambiente comercial mais favorável nestes países. Como aponta Greg Mills, diretor do *think tank* Brenthurst Foundation, o *soft power* é uma ferramenta importante para reduzir a sensibilidade ao medo da dominação, seja pelos países ocidentais seja pela China, tendo particularmente em consideração a história colonial africana e a perniciosa “mentalidade de soma zero” que prevalece entre os africanos quanto aos investimentos ou às operações dos estrangeiros em África¹⁵. Para este efeito, é de prever que a construção do *soft power* assumirá uma importância crescente no intercâmbio sino-angolano.

O presente estudo do caso angolano tenta cumprir duas funções. Por um lado, procura uma melhor compreensão da situação atual e dos limites do *soft power* chinês em Angola que possa proporcionar uma visão alternativa para a avaliação abrangente das relações sino-angolanas, a qual poderá constituir um ponto de partida para a futura elaboração de abordagens sobre o tema do *soft power* chinês no país africano. Por outro lado, Angola partilha semelhanças com outros países em desenvolvimento, cuja cooperação com a China segue o modelo de “matérias-primas por produtos manufaturados”, ou seja, a sua economia baseia-se fortemente na exportação de recursos naturais e matérias-primas. Este é um modelo de cooperação que está a enfrentar obstáculos e controvérsias na atualidade. Assim sendo, a análise do caso de Angola integra-se no estudo global sobre a construção do *soft power* chinês no mundo em desenvolvimento, que assume um papel importante para a concretização da “ascensão pacífica” da China.

¹⁴ Joseph Nye, *The Future of Power* (New York: Public Affairs, 2011), 20.

¹⁵ *Apud.* David Smith, “Chinese Hospital Heals Sore Spot in Zambia”, *The Guardian*, 29 de abril de 2013. <http://www.theguardian.com/global-development/2013/apr/29/china-aid-build-hospital-zambia>

Referências Bibliográficas

Agência Angola Press. “Angola: China apoia país no combate à febre-amarela”. 18 de fevereiro de 2016 (página consultada a 23 de fevereiro de 2016).

URL:http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/saude/2016/1/7/Angola-China-apoia-pais-combate-febre-amarela,69c33407-847e-4aba-a6cb-3729e76aacd4.html

Agência Angola Press. “Angola: Visita do PR à China é destaque político”. 13 de junho de 2015 (página consultada a 20 de janeiro de 2016).

URL:http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/5/24/Angola-Visita-China-destaque-politico,feaab8d2-d8f9-4132-ac89-033893aae56d.html

Agência Angola Press. “Diplomata Defende Inclusão de Mandarim no Ensino”. 8 de maio de 2014 (página consultada a 25 de janeiro de 2016).

URL:http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2014/4/19/Diplomata-defende-inclusao-Mandarim-ensino,ed261d7a-3ba4-4b8d-a3f3-e4110db7099b.html

Agência Angola Press. “Embaixador Chinês Optimista na Superação da Crise Económica em Angola”. 28 de janeiro de 2016 (página consultada a 4 de março de 2016).

URL:http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/0/4/Benguela-Embaixador-chines-optimista-superacao-crise-economica-Angola,85129d9c-7a52-4a16-ad5b-3edd5dd07fae.html

Agência Angola Press. “Primeiro-ministro chinês inaugura Centro de Formação Profissional”. 09 de maio de 2014 (página consultada a 23 de fevereiro de 2016).

URL:http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/4/19/Primeiro-ministro-chines-inaugura-Centro-Formacao-Profissional,24d2db66-752d-4af9-b4e2-ca88aa79d514.html

Alden, Chris. *China in Africa*. London: Zed Books, 2007.

Angola 24 Horas. “Emprestimos Contraídos por Angola Aproximam-se de 10 Bilhões de Dolares”. 5 de novembro de 2015 (página consultada a 25 de janeiro de 2016).

URL:<http://www.angola24horas.com/index.php/economia/item/5075-emprestimos-contraidos-por-angola-aproximam-se-de-10-bilhoes-de-dolares>

Barker, Chris. *Culture Studies: Theory and Practice* (3ª ed.). London: Sage, 2008.

BBC China. “Rengyou 30 duo ming Zhongguo gongmin zai Angola bei jiya 仍有 30 多名中国公民在安哥拉被羁押” (“Ainda Há Mais de Trinta Cidadão Chineses Detidos em Angola”). 21 de dezembro de 2014 (página consultada a 27 de janeiro de 2016).

URL:http://www.bbc.com/zhongwen/simp/china/2014/12/141221_chinese_workers_angola

Bender, Jeremy. “China’s Military Budget is Booming”. *Business Insider*, 4 de março de 2015 (página consultada a 4 de janeiro de 2016).

URL:<http://www.businessinsider.com/chinas-military-budget-is-booming-2015-3>http://news.ifeng.com/a/20150304/43266774_0.shtml

Benedict, Ruth. *The Chrysanthemum and the Sword. Patterns of Japanese Culture (reprinted edition)*. Bonston: Mariner Books, 1989.

Câmara do Comércio Angola-China (CCAC). *Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola*. 2015.

Center for China And Globalization. *The Blue Book of Global Talent: Annual Report on the Development of Chinese Students Studying Abroad (2015)*. Shanghai: Social Sciences Academic Press, 2015.

China Daily. “31 ming Angola liuxuesheng jinri Changsha biye 31 名安哥拉留学生今日长沙毕业” (“31 Angolanos Licenciados em Changsha Hoje”). 29 de junho de 2012 (página consultada a 28 de fevereiro de 2016).

URL: http://www.chinadaily.com.cn/hqgj/jryw/2012-06-29/content_6312316.html

China Social Science Net. “Xi Jinping: tisheng Ruanshili, jianghao Zhongguo gushi 习近平: 提升软实力, 讲好中国故事” (“Xi Jinping: Aumentar o Soft Power Chinês e Contar uma Boa História Chinesa”). 15 de setembro de 2015 (página consultada a 6 de janeiro de 2016).

URL:http://www.cssn.cn/zxz/zxzzt_zxz/ryjs/gcsy/201509/t20150915_2343220.shtml

Chow, Edward C. “China’s Soft Power in Developing Regions: New Major Player in the International Oil Patch”. In Carola McGiffert ed., *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*. Washington D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2009.

Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar da China. “Zhongguo yuanwai yiliao dashi ji 中国援外医疗大事记 1963.4 - 2012.12” (“Recordações da Ajuda Externa Médica da China 1963.4 - 2012.12”). 1 de agosto de 2013 (página consultada a 25 de janeiro de 2016).

URL:<http://www.nhfpc.gov.cn/gjhzs/gzdt/201308/15eb6805aa0c4da9a5c0c092bda08082.shtml>

Confúcio. *Os Analectos*. trad. Maria de Fátima Tomás. Sintra: Europa-América, 1982.

Diário do Povo. “Angola vai ter o seu primeiro Instituto Confúcio”. 9 de fevereiro de 2015 (página consultada a 25 de fevereiro de 2016).

URL: <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0209/c310888-8848066.html>

Diário do Povo. “Cria-se uma nova situação na Parceria Estratégica Sino-Angolana”. 8 de junho de 2015 (página consultada a 20 de janeiro de 2016).

URL: <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0608/c310816-8903670.html>

Diário do Povo. “Xi Jinping e José Eduardo dos Santos Encontram-se para Aprofundar as Relações Bilaterais”. 4 de dezembro de 2015 (página consultada a 27 de janeiro de 2016).

URL: <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/1204/c310816-8985898.html>

Embaixada da República Popular da China em Angola. “Entrevista ao Embaixador da China em Angola, S.E. Sr. Gao Kexiang, pelo Jornal de Cultura”, 21 de janeiro de 2013 (página consultada a 25 de janeiro de 2016).

URL: <http://ao.chineseembassy.org/por/sghd/t1006715.htm>

Embaixada da República Popular da China em Angola. “Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China”. 21 de novembro de 2010 (página consultada a 20 de janeiro de 2016). URL: <http://ao.chineseembassy.org/por/zagx/t771206.htm>

Embaixada da República Popular da China em Angola. “Zhu Angela shiguan linshi daiban Li Chong jieshou An guojia dianshitai zhuanfang 驻安哥拉使馆临时代办李翀接受安国家电台专访” (“Conselheiro Político da Embaixada Chinesa Entrevistado pela Rádio Nacional de Angola”). 26 de junho de 2015 (página consultada a 20 de janeiro de 2016). URL: <http://ao.chineseembassy.org/chn/sghd/t1276487.htm>

Esteves, Dilma. *Relações de Cooperação China-África: o Caso de Angola*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

Forum on China–Africa Cooperation (FOCAC). “Xi Announces 10 Major China-Africa Cooperation Plans for Coming 3 Years”. 8 de dezembro de 2015 (página consultada a 28 de janeiro de 2016).

URL: http://wcm.fmprc.gov.cn/pub/zflt/eng/lttda/dwjbzjjhys_1/t1322068.htm

Foster, Vivien, et al. *Building Bridge: China’s growing role as infrastructure financier for sub-Saharan Africa*. Washington DC: The World Bank, 2009.

Foucault, Michel. *A Ordem do Discurso*. trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

French, Howard W. *China's Second Continent: How a Million Migrants Are Building a New Empire in Africa*. New York: Knopf, 2014.

Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Angola. *Zhong An channeng hezuo ji maoyi touzi huanjing zhinan 中安产能合作暨贸易投资环境指南 2016 (Guia da Cooperação Industrial Sino-Angolana e do Ambiente do Investimento Comercial 2016)*. Beijing, 2015.

Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial em Angola. “Empresa China Patrocina 30 Jovens Angolanos para Estudar na China numa Iniciativa Chamada ‘PELA AMIZADE COM ANGOLA’”. 26 de agosto de 2014 (página consultada a 22 de fevereiro de 2016). URL: <http://ao2.mofcom.gov.cn/article/chinanews/>

Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial em Angola. “Inauguração da Escola Primária Doada pela China para Angola”. 24 de fevereiro de 2014 (página consultada a 22 de fevereiro de 2016).

URL: <http://ao.mofcom.gov.cn/article/sqfb/201402/20140200497843.shtml>

Gao Zhanxiang 高占祥. *Wenhua li 文化力 (Poder Cultural)*. Beijing: Peking University Press, 2008.

GlobeScan. “Negative Views of Russia on the Rise: Global Poll”. *BBC World Service*, 2014.

Guan Shijie 关世杰. “Zhongguo wenhua Ruanshili: zai Meiguo de xianzhuang yu sikao 中国文化软实力：在美国的现状与思考” (“O Soft Power Cultural da China nos Estados Unidos: Situação Atual e Considerações”). *Social Sciences Abroad*, no.5, 2012.

Guo Ji 郭纪. “Xinwen ziyou yu meiti zeren 新闻自由与媒体责任” (“A Liberdade de Imprensa e a Responsabilisade dos Media”). *Qiushi Journal*, no.16, 2009.

Hale, David. “How China’s Economic Rise Is Changing Global Commodity Markets”. In Michael Hudson *et al.* (2013), *China in the Next 30 Years*. Beijing: Central Compilation & Translation Press, 2012.

Harrison, Lawrence E. “Culture and Economic Development”. In Lawrence Harrison *et al.*, *How Much Does Culture Matter*. Cato Institute, 2007.

He Qinglian. “‘Modelo Chinês’ Pprejudica o Mmundo”. *Epoch Times*, 26 de abril de 2013 (página consultada a 7 de janeiro de 2016).

URL: <https://www.epochtimes.com.br/modelo-chines-prejudica-o-mundo/#.VpTCfJOLS Ax>

Horton, Helena. “Chinese Communist Party release bizarre English-language propaganda music video about their Five Year Plan”. *The Telegraph*, 27 de outubro de 2015 (página consultada a 12 de janeiro de 2016).

URL: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/11958034/Chinese-Communist-Party-release-bizarre-English-language-propaganda-music-video-about-their-Five-Year-Plan.html>

Hu Jintao 胡锦涛. “Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007”. *Xinhua Net*, 24 de outubro de 2007 (página consultada a 13 de dezembro de 2015).

URL:http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm

Hu Wenzhong 胡文仲. “The Strengths and Weaknesses of China’s Foreign Language Education in the Past 60 Years”. *Foreign Language Teaching and Research (bimonthly)*, vol.41, no.3, 2009.

Huntington, Samuel P. *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. trad. Henrique M. Lajes Rebeiro. Lisboa: Gardiva, 1999.

Information Office of the State Council of The People's Republic of China. “China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)”. Agosto de 2013 (página consultada a 13 de dezembro de 2015).

URL:http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm

Information Office of the State Council of The People's Republic of China. “China's Foreign Aid (2014)”. Julho de 2014 (página consultada a 9 de dezembro de 2015).

URL:http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm

Jia Haitao 贾海涛. “Wenhua Ruanshili lilun de yanjin yu xin tupo 文化软实力理论的演进与新突破” (“A Evolução da Teoria de Soft Power Cultural e o Seu Novo Avanço”). *Social Science*, no. 5, 2011.

Keller, William W.; Rawski, Thomas G. ed. *China's Rise and the Balance of Influence in Asia*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007.

Kurlantzick, Joshua. *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*. New Haven: Yale University Press, 2007.

Li Zhi 李智. “Ruanshili de shixian yu Zhongguo duiwai chuanbo zhanlue 软实力的实现与中国对外传播战略” (“A Realização do Soft Power e a Estratégia de Comunicação Externa da China”). *Contemporary International Relations*, no.7, 2008.

Lin Yanghuan 林扬欢. “A Contrastive Analysis of Competitiveness Between English and Portuguese in Macau”. *Journal of Xiamen University of Technology*, vol. 20 no.2, junho de 2012.

Lin Zhishen 蔺智深. “Feizhou qidai dierge ‘Zheng He shidai’ 非洲期待第二个‘郑和时代’” (“África na Esperança da Secunda ‘Era de Zheng He’”). *Xinhua Net*, 11 de julho de 2005 (página consultada a 3 de dezembro de 2015).

URL: http://news.xinhuanet.com/world/2005-07/11/content_3203346.htm

Liu Deding 刘德定. *Dangdai Zhongguo wenhua Ruanshili yanjiu 当代中国文化软实力研究 (Um Estudo sobre o Soft Power Cultural da China Contemporânea)*. Beijing: The People's Press, 2012.

Liu Gang 刘罡. “Português Língua Estrangeira na China em Números”. *Portu-Nês*, no.1, edição especial, 2015.

Liu Haifang. “The Untold Story of Chinese Perceptions of Angola”. In Marcus Power e Ana Alves ed., *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Oxford: Fahamu Publishing house, 2012.

Liu Haifang. “China-Africa Relations through the Prism of Culture: The Dynamic of China’s Cultural Diplomacy with Africa”. *China Aktuelle*, vol.3, 2008.

Macauhub. “China e Angola Negociam Acordo sobre Conversão Monetária”. 1 de dezembro de 2015 (página consultada a 25 de fevereiro de 2016).

URL:<http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/12/01/china-e-angola-negociam-acordo-sobre-conversao-monetaria/>

Maurício, José. “Mais de Meio Milhão de Imigrantes Ilegais”. *Jornal SOL*, 13 de janeiro de 2015 (página consultada a 27 de janeiro de 2016).

URL: <http://sol.co.ao/noticia/122003>

Ministério das Relações Exteriores da China. “Zhongguo tong Nanfei de guanxi 中国同南非的关系” (“As Relações entre a China e a África do Sul”), setembro de 2014 (página consultada a 4 de abril de 2016).

URL: http://www.mfa.gov.cn/chn//pds/gjhq/gj/fz/1206_39/sbgx/t6639.htm

Ministério das Relações Exteriores da China. “Zhongguo tong Niriliya de guanxi 中国同尼日利亚的关系” (“As Relações entre a China e a Nigéria”), julho de 2014 (página consultada a 4 de abril de 2016).

URL: http://www.fmprc.gov.cn/chn//gzh/cgb/zcgmzysx/fz/1206_41/1206x1/t6666.htm

Ministério das Relações Exteriores da China. “The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018)”. Dezembro de 2015 (página consultada a 5 de abril de 2016). URL: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1323159.shtml

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola. *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. 2012.

Mohan, Giles; Power, M. “New African choices? The politics of Chinese engagement in Africa and the changing architecture of international development”. *Review of African Political Economy*, vol. 35, no.1, 2008.

Nye, Joseph. “China's Soft Power Deficit”. *Wall Street Journal*, 9 de março de 2012 (página consultada a 5 de dezembro de 2015).

URL:<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>

Nye, Joseph. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011.

Nye, Joseph. "The Limits of Chinese Soft Power". Project Syndicate, 10 de julho de 2015 (página consultada a 5 de dezembro de 2015).

URL:<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-civil-society-nationalism-soft-power-by-joseph-s--nye-2015-07>

Nye, Joseph. "The Rise of China's Soft Power". *Wall Street Journal Asia*, 29 de dezembro de 2005 (página consultada a 14 de novembro de 2015). URL: http://belfercenter.hks.harvard.edu/publication/1499/rise_of_chinas_soft_power.html

Nye, Joseph. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1990.

Nye, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

Nyíri, Pál. "The Yellow Man's Burden: Chinese Migrants on a Civilizing Mission". *The China Journal*, no. 56, julho de 2006.

Pereira, Rui P. "A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e Suas Implicações para Portugal: O Setor da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso". *Nação e Defesa*, Nº. 128, 5ª Série, 2011.

Plucinska, Joanna. "Watch the Utterly Inane Music Video China Is Using to Promote Its New Five-Year Plan". *Time*, 27 de outubro de 2015 (página consultada a 12 de janeiro de 2016). URL: <http://time.com/4088362/china-five-year-plan-music-video/>

Power, Marcus; Alves, Ana ed. *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Oxford: Fahamu Publishing House, 2012.

Premium Times. "Nigeria-China Trade Hits \$101 Billion in 11 Years". 31 de março de 2016 (página consultada a 4 de abril de 2016).

URL:<http://www.premiumtimesng.com/business/201067-nigeria-china-trade-hits-101-billion-11-years.html>

Qu Xing 曲星. *Zhonguo waijiao wushi nian 中国外交五十年 (50 Anos da Diplomacia Chinesa)*. Nanjing: Jiangsu People's Publishing House, 2000.

Rede Angola. "Mais de Meio Milhão de Imigrantes Ilegais no País". 6 de janeiro de 2015 (página consultada a 12 de março de 2016).

URL: <http://www.redeangola.info/mais-de-meio-milhao-de-imigrantes-ilegais-no-pais/>

Reuters. "Angola's dos Santos in China Seeking Cash for Ailing Economy". 10 de junho de 2015 (página consultada a 20 de janeiro de 2016).

URL: <http://uk.reuters.com/article/angola-china-idUKL5N0YW03820150610>

Richard E. Nisbett. *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently...and Why*. New York: Free Press, 2003.

Rosaldo, Renato. "Of Headhunters and Soldiers". *Issues in Ethics*, vol.11, no.1, 2000.

Rowlatt, Justin. *The Chinese Are Coming: Episódio 1*. BBC TWO, 24 de fevereiro de 2011.

Schwab, Klaus ed. *The Global Competitiveness Report 2014-2015*. Geneva: World Economic Forum, 2014.

Shen Chen 沈陈. “Zhongguo touzi Nanfei xu chaoyue ‘Angela Moshi’ 中国投资南非需超越‘安哥拉模式’” (“Investimentos Chineses na África do Sul Têm de Superar o ‘Modo Angola’”). *The Paper*, 17 de Abril de 2015 (Página consultada a 12 de janeiro de 2016). URL: http://www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1322028

Shu Yunguo 舒运国. “China’s Aid to Africa: History, Theory and Features”. *Journal of Shanghai Normal University (Philosophy & Social Sciences Edition)*, vol.39, no.5, 2010.

Smith, David. “Chinese Hospital Heals Sore Spot in Zambia”. *The Guardian*, 29 de abril de 2013 (página consultada a 3 de abril de 2016).

URL:<http://www.theguardian.com/global-development/2013/apr/29/china-aid-build-hospital-zambia>

Sousa, Ivo Carneiro *et al.* ed. *China-Africa: Emerging Relations*. Macau: Saint Joseph Academic Press, 2011.

The Guardian. “China in Africa: Soft Power, Hard Cash”. 30 de abril de 2013 (página consultada a 20 de dezembro de 2015).

URL:<http://www.theguardian.com/global-development/series/china-africa-soft-power-hard-cash>

Wang Huning 王沪宁. “Zuowei guojia shili de wenhua: Ruanquanli 作为国家实力的文化: 软权力” (“Cultura Como Um Poder Nacional: o Soft Poder”). *Fudan Journal*, no.3, 1993.

Wei Zhengeng 魏政恩, Zhang Jin 张锦. “Guanyu wenhua Ruanshili de jidian renshi he sikao 关于文化软实力的几点认识和思考” (“Reflexões sobre o Soft Power Cultural”). *Theory Journal*, no.3, março de 2009.

Wike, Richar *et al.* “Global Publics Back U.S. on Fighting ISIS, but Are Critical of Post-9/11 Torture”. *Pew Reaseach Center*, 2015.

World Bank Group. *Doing Business 2015: Going Beyond Efficiency*. 2015.

Xinhua News. “Chinese Aid Contributes to West Africa's Fight Against Ebola”. 7 de janeiro de 2016 (página consultada a 4 de abril de 2016).

URL: http://news.xinhuanet.com/english/2016-01/07/c_134988086.htm

Xinhua News. “Jianchi jiuyou shouhuo 坚持就有收获” (“Persistência Traz Melhores Resultados”). 8 de janeiro de 2016 (página consultada a 14 de janeiro de 2016).

URL: http://news.xinhuanet.com/fortune/2016-01/08/c_1117714388.htm

Yan Haiyan 阎海燕. “Zhongguo ‘xinyilun Yiminchao’ de yuanyin ji duice tanjiu 中国‘新一轮移民潮’的原因及对策探究” (“Análise de Causas e Contramedidas da ‘Nova Onda de Emigração’ da China”). *Social Science Review*, vol. 26, no.2, 2011.

Yan Xuotong 阎学通, “‘Heping Jueqi’ de fenqi, yiyi he celue” (“Divergências, Significâncias e Estratégias da ‘Ascensão Pacífica’ da China”). *Chinese Social Science Journal*, no.5, 2004.

Yan Xuotong 阎学通. “Ruanshili de hexin shi zhengzhi shili 软实力的核心是政治实力” (“O Núcleo do Soft Power é o Poder Político”). *Global Times*, 22 de maio de 2007.

Yang Linhuan 杨丽环. “A Contrastive Analysis of Competitiveness Between English and Portuguese in Macau”. *Journal of Xiamen University of Technology*, vol. 20 no.2, junho de 2012.

Yu Yang 禹洋. “Zhongguo Lianxu 6 nian ju Feizhou diyida maoyi huoban guo 中国连续6年居非洲第一大贸易伙伴国” (“A China Tem Sido o Maior Parceiro Comercial de África por 6 Anos”). *Economic Daily*, 27 de novembro de 2015 (página consultada a 2 de janeiro de 2015).

URL: http://www.chinadaily.com.cn/hqcj/zgjj/2015-11-27/content_14360937.html

Zhang Chun 张春. “Yiliao waijiao yu Ruanshili peiyu 医疗外交与软实力培育” (“Diplomacia da Saúde e a Construção do Soft Power”). *Contemporary International Relations*, no.3, 2010.

Zhang Guozuo 张国祚. “Zhongguo Ruanshili de tese yu liliang 中国软实力的特色与力量” (“As Características e a Força do Soft Power Chinês”). *People’s Daily*, 16 de março de 2015 (página consultada a 20 de dezembro de 2015).

URL: <http://opinion.people.com.cn/n/2015/0316/c1003-26698156.html>

Zhao Ning 赵宁. “Huiyu canban de Zhongguo duifei yuanzhu 毁誉参半的中国对非援助” (“A Polémica Ajuda Externa da China à África”). *21CCOM*, 20 de julho de 2015 (página consultada a 6 de janeiro de 2016).

URL: http://www.21ccom.net/articles/world/zlwj/20150710126692_all.html

Zhao Yuezhi. *Communication in China: Political Economy, Power, and Conflict*. Lanham: Rowan & Littlefield, 2008.

Zhong Nan. “Power Giants Work on Local Touch”. *China Daily*, 20 de dezembro de 2013 (página consultada a 20 de janeiro de 2016).

URL: http://africa.chinadaily.com.cn/weekly/2013-12/20/content_17187099.htm

Zhou Haijin 周海金. “The Living Condition of Overseas Chinese in Africa and Their Relations with the Local Ethnicities”. *Southeast Asian Studies*, no.1, 2014.

Anexos

I. Entrevista com Liu Tianjiao, Ex-gerente de Relações Públicas da Huawei Technologies, Lda.

17 de janeiro de 2016, por Skype (You: autora. Liu: entrevistada.)

You: Enquanto um dos líderes mundiais na indústria de telecomunicações e uma das primeiras empresas chinesas a entrar em Angola, a Huawei considera Angola como um mercado importante para a sua expansão internacional?

Liu: Bastante importante. A Huawei entrou no mercado angolano em 1998, quando as condições de infraestruturas do país ainda eram precárias, e nem falar sobre as facilidade de telecomunicações. Isto era um grande desafio, mas também uma oportunidade valiosa. Quando eu cheguei em 2011, as condições já tinham melhorado bastante. Com o esforço feito nestes anos, a Huawei tornou-se o principal fornecedor no setor de telecomunicações em Angola, tendo estabelecido uma cooperação contínua com a Unitel, a Movicel, a Angola Telecom, etc., e a quota de mercado local dos nossos telemóveis atingiu 42% em 2014. O mercado angolano contribui anualmente com um valor importante, que não posso revelar neste momento, para o rendimento total da nossa sucursal do sul de África.

You: Para uma empresa de alta tecnologia como a Huawei, o pessoal técnico deve ser um fator-chave para o desenvolvimento empresarial. A vossa empresa encontrou algumas dificuldades em relação aos recursos humanos em Angola?

Liu: É verdade. Como muitas outras empresas chinesas, tínhamos bastante dificuldade a este respeito, particularmente na fase inicial da nossa operação em Angola. Dizem que naquela altura era muito difícil recrutar pessoal qualificado aqui e tínhamos de trazer todo o pessoal da China ou pedir apoio às sucursais em outros países de língua portuguesa, tais como Portugal e o Brasil, resultando no alto custo de recursos humanos e na instabilidade da equipa. Aliás, como

poucos chineses sabiam falar português naquela altura, a comunicação entre nós e os clientes, as vezes, encontrou certas dificuldades.

You: Então, quais são as vossas abordagens para resolver este questão?

Liu: Podemos dizer que a Huawei é uma das primeiras empresas chinesas a dedicarem grande atenção à formação dos recursos humanos locais, uma vez que, diferentemente das empresas construtoras ou comerciais, é muito importante para nós ter uma equipa de profissionais locais com alta qualificação técnica. Aliás, temos a responsabilidade de ensinar os nossos clientes a utilizar e manter os equipamentos vendidos. Assim sendo, em 2005, a Huawei resolveu doar um centro de formação de informática e telecomunicações, com um investimento total de aproximadamente 7 milhões de dólares americanos. Em maio de 2011 este centro foi concedido formalmente ao Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação de Angola. Estima-se que, até hoje, foram formados mais de 1,000 angolanos neste centro. Além disso, assinámos um acordo com o Ministério em 2014, prometendo oferecer apoio a mais talentos para se especializarem na China. O recurso humano é uma base fundamental para o desenvolvimento sustentável de Angola, bem como um fator-chave para a nossa cooperação.

You: E agora, a Huawei Angola tem profissionais angolanos qualificados para exercer os cargos tecnológicos importantes?

Liu: Hoje a Huawei tem aproximadamente 200 funcionários em Angola e mais de 60% deles são angolanos, exercendo tanto a função de motorista e agente de limpeza, como de contabilista, gerente de contas, gerente técnico, ou gerente de relações públicas como eu. No entanto, essa taxa de localização ainda não alcançou o nosso objetivo de 80%. Devido a fatores históricos e sociais, muitos jovens angolanos perderam a oportunidade de estudar, e muitas pessoas com educação superior deixaram o país para buscar melhores condições no estrangeiro. Mesmo agora, não é fácil recrutar profissionais qualificados aqui; aliás, a distinta cultura empresarial constitui outro desafio. Felizmente, com o esforço do nosso gerente de recursos humanos, um colega angolano com rica

experiência profissional nas empresas multinacionais, encontramos cada vez mais talentos angolanos para os cargos importantes, os graduados das universidades angolanas e portuguesas sendo considerados uma fonte importante. Nesta altura, já temos vários colegas angolanos muito bem qualificados nas áreas de finança e de *marketing*, no entanto, na equipa técnica ainda há uma lacuna. Portanto, realizamos constantemente formações técnicas dos nossos empregados ou parceiros angolanos, seja em Angola seja nos centros de formação situados na África do Sul, no Brasil ou na China. Tenho confiança de que eles conseguirão assumir a maioria dos trabalhos técnicos por si próprios no futuro.

You: Na sua experiência profissional, o que acha sobre os colegas angolanos? Teve alguns choques culturais?

Liu: Como eu falo o português e conheço algo da cultura dos países de língua portuguesa, acho que a diferença cultural não me traz grande problema. Eu sei que alguns colegas chineses queixam-se de que os angolanos são preguiçosos, mas, para dizer a verdade, eu acho que tal “preguiça” refere-se a, de facto, apenas um diferente modo de vida. Os angolanos adoram música e dança, dão muita importância à sua vida pessoal, e, portanto, não gostam de trabalhar horas extras, o que afeta, às vezes, o nosso processo de trabalho.

You: Tem razão. Isso é diferente do “espírito de lobo” defendido pela vossa empresa ou do nosso provérbio tradicional “primeiro come o amargo, depois sentes o doce”.

Liu: É verdade. Mas o que devemos fazer é respeitarmo-nos mutuamente e avançarmos para um objetivo comum. A diferença cultural deve ser uma coisa interessante, em vez de um obstáculo para o trabalho de equipa.

You: Para além da diferença cultural, acha que a língua também constitui um obstáculo para o entendimento mútuo?

Liu: Acho que sim, mas a situação está a melhorar. Antigamente era muito difícil recrutar chineses que sabiam falar português, e tínhamos de comunicar com os clientes ou colegas angolanos em inglês. Embora os nossos colegas tenham bom

domínio da língua inglesa, a maior parte dos angolanos não conhece o inglês, o que traz muitos problemas à vida quotidiana. Aliás, como o inglês é uma língua segunda para ambas as partes, às vezes a expressão imprecisa resulta em mal-entendidos. Nos últimos anos, visto que mais universidades estabelecem cursos de língua portuguesa, temos cada vez mais escolhas. Agora temos 5 colegas chineses formados em português, e ainda uma colega angolana que, licenciada da China, domina muito bem o mandarim.

You: Ter mais pessoal multilingue não só facilita a comunicação de trabalho, mas também revela um respeito pelos clientes angolanos, não é?

Liu: Exatamente. Antigamente vários clientes queixaram-se de que, se os chineses quisessem fazer negócios com Angola, teriam de, em primeiro lugar, conhecer a língua deste país. Porém, ainda estamos a enfrentar uma certa carência de pessoal multilingue, porque muitos licenciados com bom domínio da língua portuguesa tem relutância em trabalhar em Angola por causa da deficiência de infraestruturas e do problema da insegurança, apesar da promessa de um salário bastante elevado. Acho que isto também é um problema para muitas outras empresas chinesas em Angola.

You: Em geral, com base na sua experiência, quais são as barreiras principais no intercâmbio cultural com os angolanos?

Liu: A primeira deve ser a língua, como já afirmei. Mas, à medida que o número dos licenciados em língua portuguesa na China aumenta e as condições sociais de Angola se melhoram, creio que essa situação irá mudar. Além disso, acho que nós chineses também temos de tomar uma atitude mais aberta perante o povo angolano e a cultura angolana, pois alguns chineses que conheço vivem só no seu pequeno “mundo chinês” e consideram o país como apenas um lugar para ganhar dinheiro. Como é que possível haver intercâmbio se não se mostrar nenhum interesse pela sociedade angolana?

II. Entrevista com Kid dos Santos Carvalho, Diretor de Planeamento da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

27 de janeiro de 2016, por Skype (You: autora. Carvalho: entrevistado.)

You: Realizou uma viagem de negócios para China e mantém contato com alguns empresários chineses, então o que acha sobre os chineses que conhece?

Carvalho: Eu estou muito impressionado pelo seu incansável esforço e dedicação no trabalho. O povo chinês é muito trabalhador, o que merece o nosso respeito. Acho que os chineses têm sempre um objetivo claro e lutam com todas as suas forças. Aliás, eles são muito pragmáticos e realistas. Alguns parecem orgulhosos mas em geral são pessoas simpáticos.

You: E o que acha sobre a presença chinesa em Angola? Acredita que a cooperação beneficia ambas as partes?

Carvalho: Acredito que sim. A China fornece tecnologia, mercadoria e capital que Angola deseja, e em contrapartida Angola proporciona matérias-primas e recursos naturais de que a China necessita. Acho que é uma cooperação muito prática e de benefício mútuo. No entanto, é importante manter uma cooperação sustentável, isto é, esperamos que a China, ao invés de seguir o modelo de “matérias-primas por produtos manufacturados”, possa ajudar Angola a desenvolver as suas próprias indústrias. Por exemplo, tendo em conta as condições naturais do país, os empresários chineses podem reforçar a cooperação com a parte angolana na agricultura, na pecuária, no petroquímico, e na indústria de transformação, sectores muito promissores no futuro. Angola possui ricos recursos naturais e abundante mão de obra, o que é uma vantagem exclusiva para o desenvolvimento industrial. O mais importante é que tanto o governo angolano como as empresas chinesas em Angola dediquem maior esforço à formação profissional.

You: Teve algum problema na sua cooperação com os chineses, por causa do “choque cultural”?

Carvalho: Em geral, o meu contacto com os chineses tem sido agradável, porque respeitamos e confiamos uns nos outros, apesar das diferenças no modo de pensar e de agir. Só que, não sei se é por causa da cultura ou da personalidade individual, alguns chineses são muito ansiosos pelo sucesso, o que pode levar à violação das regras a fim de garantir o resultado desejado.

You: Sim, isso é um problema. O forte desejo de sucesso profissional é o motivo que levou as centenas de milhares de chineses a Angola, mas é uma vergonha que alguns desses se tenham aproveitado da imperfeição do mercado ou da falta de supervisão para “seguir por um atalho”. Então, Na sua ótica, qual é a opinião geral do público angolano em relação a China? O povo angolano tem confiança na cooperação *win-win* com a China como você?

Carvalho: Eu acho que, em geral, o povo angolano adota uma atitude positiva a este respeito, pelos menos na minha própria experiência. Mesmo que a cooperação sino-angolana revele deficiências às vezes, é incontestável que ambas as partes beneficiam destas relações. Curiosamente, parece-me que muitos amigos meus com educação superior partilham uma visão positiva, ao passo que já ouvi de vez em quando queixas contra a China, por parte dos trabalhadores braçais, motoristas e pequenos comerciantes, de que os chineses roubam os empregos dos angolanos e que as empresas chinesas provocam a corrupção do governo, etc.

You: Nesta altura a cooperação económica é obviamente o foco principal dos dois países, também do seu trabalho. Então o que acha sobre a importância do intercâmbio cultural para a cooperação entre os dois países? Está contente com a situação atual do intercâmbio cultural sino-angolano?

Carvalho: Acho muito importante a cooperação cultural. Não sei se há algum projeto de intercâmbio cultural a nível diplomático, mas nós e algumas empresas chinesas temos mantido cooperação na formação profissional, o que, acredito, é o âmbito mais importante na cooperação cultural. Angola está a desenvolver-se a um ritmo acelerado, portanto o que queremos são não só os novos prédios, maquinas e mercadorias “*made-in-China*”, mas também a tecnologia e a força

de trabalho qualificada. O filho dum amigo meu está a frequentar uma universidade em Pequim com bolsa de estudo do governo chinês, acho que isso é mesmo uma boa prática de cooperação. Aliás, também é importante reforçar o ensino das línguas, isto é, espero que haja mais angolanos a falar o mandarim e mais chineses a falar o português aqui. Por exemplo, quando tenho reuniões com os parceiros chineses, na maioria dos casos, a comunicação é feita em inglês. Não estou a dizer que o uso do inglês causa problema de compreensão entre nós, mas, como você sabe, nem todos os meus colegas sabem falar o inglês, particularmente os com mais idade, que provavelmente preferem falar o francês ao invés do inglês! Acho que o uso da língua dos parceiros, sobretudo nas ocasiões formais, é um modo de mostrar apreço e respeito por eles. Com o alargamento da cooperação, creio que a demanda por profissionais bilíngues ou multilíngues ainda vai aumentar; aliás, diz-se que o mandarim é uma “língua do futuro”, não é? Portanto, se calhar a autoridade deve criar alguns cursos de língua chinesa nas universidades, ou mesmo no ensino secundário.

You: De facto, os cursos de língua portuguesa na China propagaram-se bastante nos últimos anos, e o primeiro Instituto Confúcio em Angola já entrou em funcionamento este ano, o que fornecerá boa oportunidade aos angolanos para aprender a língua e a cultura chinesas. Em geral, adota uma atitude positiva perante a China, mas eu também já ouvi algumas vozes críticas, sobretudo em relação à corrupção, à má qualidade das mercadorias chinesas, à migração ilegal, etc., qual é a sua visão sobre estes impactos negativos?

Carvalho: Embora esteja a melhorar, o mercado angolano ainda não está muito bem regularizado, tal como em muitos outros países africanos. Portanto, precisamos não somente parceiros confiáveis, mas também uma paradigma de cooperação de benefício mútuo. Como eu já referi, os chineses são um povo muito trabalhador e “*objective-oriented*”, ou seja, muito pragmático. Esta característica devia ser uma vantagem, mas também conduz a comportamentos impróprios ou até mesmo ilegais de algumas empresas chinesas em Angola, o que também tinha experienciado no meu trabalho. Em geral tenho confiança na

cooperação em benefício mútuo, mas acho muito importante que o governo chinês reforce a supervisão das empresas e do seu pessoal no estrangeiro. Por exemplo, alguns empresários trouxeram trabalhadores braçais chineses para cá com vistos de negócios de curta duração, a fim de economizar despesas ou evitar os procedimentos rigorosos. Quando os seus vistos expirarem, estas pessoas permanecerão em Angola sem nenhuma documentação legal. Esta abordagem não só rouba os empregos aos angolanos, mas também alimenta a corrupção dos polícias e funcionários de imigração. Já teve a experiência de ser parado na rua por um polícia a inspecionar o seu passaporte e que, seja com vistos apropriados ou não, lhe pediu uma “gasosa”, ou não?

You: É verdade, isso também acontece com muitos colegas meus!

Carvalho: Embora sejam factos individuais, estas empresas estragam a imagem da China e provocam o conflito entre os dois povos. Para a maioria dos angolanos que não conhecem bem a China, notícias negativas assim podem facilmente influenciar a atitude deles perante a China.

You: Então, do ponto de vista de um angolano, para além de melhor regularizar os comportamentos empresariais e individuais, que medidas acha seriam as mais eficazes para afirmar o *soft power* chinês em Angola?

Carvalho: A cooperação educacional, com certeza. Há muitas coisas que podemos aprender da China, tais como a medicina, a tecnologia, a agricultura, bem como a experiência do desenvolvimento económico. Angola precisa de profissionais qualificados em vez de cooperação temporária. Tomando como exemplo um projecto em que participo, a Sonangol está a cooperar com uma empresa chinesa que se encontra a estabelecer uma fábrica de fertilizantes em Angola, aproveitando as tecnologias chinesas e o recurso de gás natural do nosso país. Com efeito, a empresa chinesa terá a oportunidade de conquistar um espaço no mercado angolano, enquanto nós adquirimos tecnologia e pessoal bem formado do nosso parceiro chinês, o que se encontra em plena consonância com o princípio da cooperação *win-win* defendida pelos dois governos.

III. Entrevista com Xiao Changying, Secretário da Secção Política da Embaixada da República Popular da China em Angola

1 de março de 2016, por Skype (You: autora. Xiao: entrevistado.)

You: A Embaixada Chinesa em Angola tem alguma instituição especializada na área cultural? Como está a funcionar?

Xiao: Ainda não. Normalmente, a instituição responsável pelas cooperações ou intercâmbio culturais é a Secção Cultural da Embaixada, que já se estabeleceu em vários países africanos que mantêm fortes laços bilaterais com a China, tais como a Nigéria, a Argélia e a África do Sul. Porém, em Angola ainda não há esta secção, nem a posição de conselheiro cultural. Por enquanto, todos os trabalhos relativos à cooperação cultural, tais como a concessão da bolsa de estudo na China, as relações com os *media* angolanos, a realização de visitas culturais, etc., fazem parte das funções da Secção Política em que eu trabalho. Além disso, ainda somos responsáveis pelos intercâmbios de alto nível, pelos assuntos políticos bilaterais, etc.

You: Será que é porque existe pouco intercâmbio cultural entre os dois países, ou porque o intercâmbio cultural é pouco apoiado pelo governo chinês?

Xiao: Claro que não! Agora vivem neste país aproximadamente 260 mil chineses, o que é um número enorme. As relações comerciais vêm-se desenvolvendo a ritmo acelerado desde o estabelecimento da paz em 2002, Angola sendo considerada como uma terra de esperanças para as empresas chinesas. Neste contexto, a intensa cooperação comercial estimula, seja de maneira direta ou indireta, o intercâmbio cultural entre os dois países. Acho que na fase inicial da cooperação China-Angola, sobretudo na primeira década do séc. XXI, ambas as partes incidiram sobre os resultados económicos, e, portanto, consideraram o intercâmbio cultural como um “acessório” desta relação. No entanto, com o desenvolvimento de Angola, tanto o governo angolano como o chinês reconhecem cada vez mais a importância de cooperação cultural, visto que, por

um lado, a falta de comunicação resultou em mal-entendidos ou incompreensões que impediram frequentemente o desenvolvimento da cooperação entre as duas partes; por outro lado, Angola padece de um atraso relativo à educação e especialização, ao passo que as empresas chinesas revelam uma necessidade premente de mão de obra qualificada. Portanto, em 2008, os dois governos assinaram um acordo para a cooperação cultural. Realizámos, ao abrigo deste acordo, várias atividades culturais, tais como a visita do grupo dos médicos tradicionais chineses, a doação de escola primária, as apresentações de dança e música chinesas, etc., e alguns artistas angolanos também foram convidados para participar as atividades culturais na China. De facto, a ausência da Secção Cultural nesta altura resulta principalmente da carência de pessoal na nossa embaixada. No entanto, como a cooperação cultural assume crescente relevância para ambos os países hoje em dia, acho que esta secção será estabelecida no futuro.

You: Agora a maior secção na embaixada deve ser o Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial, não é?

Xiao: Certo. Como você sabe, a cooperação económica e comercial assume sempre a primazia para os dois lados. O Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial tem cinco funcionários, enquanto nós, embora tenhamos de tratar dos assuntos mais diversificados, somos apenas três.

You: As duas culturas são bastante distintas. Tem algumas experiências relativas ao “choque cultural” no seu trabalho ou na sua vida em Angola?

Xiao: Sim, apesar de considerar a cultura africana muito interessante e atraente, o “choque cultural” às vezes também me traz problemas. Por exemplo, a pontualidade e a eficiência são consideradas muito importantes para os chineses, enquanto os angolanos parecem mais flexíveis a este respeito. Portanto, a vezes, quando precisamos de combinar alguma coisa urgente com o governo angolano, como por exemplo, a agenda duma visita oficial ou duma conferência a realizar dentro de poucos dias, tenho de continuar a pedir repetidamente o seu retorno. Claro, quando me queixo deste facto, os angolanos podem

considerar-me como uma pessoa indelicada e impaciente.

You: Como avalia a influência cultural da China em Angola?

Xiao: A promoção da cultura chinesa em Angola beneficia da base sólida das relações comerciais entre os dois países, e pode-se notar cada vez mais influência cultural chinesa neste país. Por parte da vida civil, observam-se mais restaurantes chineses, mais angolanos a experimentar a massagem ou a medicina tradicional chinesa, mais angolanos a visitar a China para negócios ou turismo, etc.; por parte da cooperação governamental, a equipa médica chinesa no Hospital Geral de Luanda ganha uma boa reputação junto do povo angolano, o governo chinês concede continuamente aos jovens angolanos bolsas de estudo nas universidades chinesas, e o primeiro Instituto Confúcio em Angola já entrou em funcionamento. Creio que a cultura chinesa, incluindo a língua, a culinária, o turismo, a educação, a medicina, etc., constitui um atrativo para os angolanos. Como o governo chinês vem dedicando mais importância à promoção da cultura chinesa a nível mundial, podemos prever uma cooperação mais aprofunda e diversificada nesta área com Angola. Acredito também que o estabelecimento do primeiro Instituto Confúcio no país levará o intercâmbio cultural a um novo patamar.

You: Como referiu, nos últimos anos o governo chinês tem prestado cada vez maior atenção à promoção cultural e ao estabelecimento da sua imagem internacional, de forma a consolidar o seu *soft power*. Então, quais são, na sua opinião, as abordagens mais eficazes no caso de Angola?

Xiao: O *soft power* é um tema quente nesta altura. A China empenha-se em estabelecer uma imagem amigável, moderna e harmoniosa no cenário internacional. Na minha opinião, para atingir tal meta, em primeiro lugar, a China pode aproveitar os seus ricos recursos culturais acumulados ao longo da história, o que é uma vantagem exclusiva para o país, e promover o conhecimento e a apreciação da cultura chinesa a nível mundial; segundo, em Angola, acho importante reforçar a cooperação e o apoio na área cultural, ou seja, fornecer oportunidades de formação profissional, apoiar a educação e a

saúde, promover o ensino da língua chinesa, organizar visitas mútuas das entidades culturais, etc. A cooperação cultural é fundamental para a afirmação do *soft power* no país.

You: Claro, este processo deve ser duradouro e não é sempre um mar de rosas. Afinal existe uma distinção clara entre as duas culturas. Segundo o inquérito que fiz, alguns angolanos revelam que os comportamentos negativos das empresas ou individuais chineses, tais como a corrupção, a violação das regras comerciais, a imigração ilegal, exploração laboral, etc., impediram o entendimento mútuo entre os dois povos. O que acha sobre o impacto dessas notícias negativas? O governo chinês adotaram algumas abordagens para lidar com estes problemas?

Xiao: É verdade. As vezes também temos de enfrentar tais assuntos desagradáveis. De facto, estes problemas existem não só em Angola, mas também em muitos países em desenvolvimento. Os chineses no estrangeiro apresentam a imagem do país, pelo que tais factos têm um impacto muito negativo na construção do *soft power* chinês. Como diz o provérbio chinês: “A boa notícia ainda não saiu da porta, já a má se espalhou por toda parte.” Tais casos, embora sejam individuais, atraem facilmente a atenção do público e levam à desconfiança para com a China. É importante regular os comportamentos dos cidadãos chineses e das suas atividades comerciais no estrangeiro, porém, na verdade, é difícil para a autoridade chinesa controlar isto. A este respeito, por um lado, a nossa embaixada está sempre disposta a auxiliar a parte angolana na investigação judicial ou na aplicação de leis e regulamentos do país; por outro lado, dedicamo-nos à promoção da consciência jurídica e ao reforço da responsabilidade social das empresas chinesas em Angola. Por exemplo, a Câmara do Comércio Angola-China, uma organização sob a supervisão do Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada, lançou o primeiro relatório relativo à responsabilidade social corporativa das empresas chinesas em Angola, a fim de partilhar as boas práticas e promover a consciência da responsabilidade social das empresas chinesas.

IV. Questionário de Avaliação do *Soft Power* Chinês em Angola

1. A sua faixa de idade é _____
A. 18 – 29
B. 40 – 49
C. 30 – 39
D. Superior aos 50
 2. O nível da qualificação académica é _____
A. Ensino secundário ou inferior
B. Licenciatura
C. Mestrado ou superior
-
3. A sua atitude geral sobre a China é _____
A. Positiva
B. Neutra
C. Negativa
 4. Indique TRÊS palavras que acha melhor descrever os chineses, na sua impressão.
_____, _____, _____
A. Fiel
B. Trabalhador
C. Humilde
D. Simpático
E. Disciplinado
K. Outras _____
F. Desonesto
G. Preguiçoso
H. Ambicioso
I. Antipático
J. Indisciplinado
 5. Você acha que, em geral, o relacionamento atual entre a China e Angola é _____
A. Bom
B. Neutro
C. Mau
 6. Você acha que a presença da China no desenvolvimento de Angola é _____
A. mutuamente vantajosa
B. beneficia mais os chineses do que os angolanos
C. prejudica os interesses angolanos quando beneficia os chineses
 7. Você considera a rápida ascensão da China como uma ameaça à paz mundial?

A. Não, a China não causa nenhuma ameaça
B. Mantenho uma postura neutra
C. Sim, a China deve ser uma grande ameaça
-
8. Você considera que a cultura chinesa _____
A. é interessante de gosta de conhecer mais
B. não lhe interessa
C. é incompreensível e desagradável

9. Quais são as áreas culturais que lhe interessam mais sobre a China?
(escolha múltipla) _____
- | | |
|---------------------------------|----------------------------|
| A. Língua | G. Medicina tradicional |
| B. História e tradições | H. Educação |
| C. Turismo | I. Filmes/ programas de TV |
| D. Filosofia e ideologia | J. Literatura |
| E. Culinária | K. Nada lhe interessa |
| F. Belas artes/ músicas/ danças | L. Outras _____ |
10. Quais são as fontes principais do seu conhecimento da cultura chinesa?
(escolha múltipla) _____
- | | |
|--|----------------------------|
| A. Contato com os chineses no seu trabalho ou estudo | G. Turismo |
| B. Atividades culturais organizadas pelas entidades chinesas | H. Mercadorias chinesas |
| C. Leituras | I. Filmes/ programas de TV |
| D. Belas artes/ músicas/ danças | J. Outras: _____ |
| E. Restaurantes chineses | |
| F. Educação/ formação | |
11. Quais são, na sua opinião, os TRÊS principais obstáculos para a compreensão mútua entre as duas nações?
_____, _____, _____
- | |
|-------------------------------|
| A. Língua |
| B. Regime político |
| C. Caráter / hábitos |
| D. Ideologia / modo de pensar |
| E. Religião |
| F. Concorrência económica |
| G. Costumes / tradições |
| H. Outros: _____ |